



XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 12 DE JUNHO DE 2024

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Em declaração política, a Deputada [Ana Catarina Mendonça Mendes](#) (PS) mencionou a vitória do PS nas eleições europeias, enfatizando a importância do voto em mobilidade e realçando o maior número de eurodeputadas eleitas. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Hugo Soares](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [António Filipe](#) (PCP), [António Pinto Pereira](#) (CH), [Bernardo Blanco](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L) e [Marisa Matias](#) (BE).

Em declaração política, a Deputada [Cristina Rodrigues](#) (CH) referiu-se à situação das forças de segurança, apelando ao Governo para que ouça as reivindicações desses profissionais no sentido de melhorar as suas condições de trabalho. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro Neves de Sousa](#) (PSD) e [Pedro Vaz](#) (PS).

Em declaração política, o Deputado [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL) teceu considerações acerca da liberdade de expressão como pilar fundamental da democracia e direito humano, salientando a necessidade de se distinguir palavras

e ações. Posteriormente, respondeu a pedidos de esclarecimento das Deputadas **Rita Matias** (CH) e **Isabel Mendes Lopes** (L).

Em declaração política, a Deputada **Marisa Matias** (BE) fez referência ao conflito existente na Faixa de Gaza e exortou o Governo para que assuma e defenda a solução de dois Estados. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados **Inês de Sousa Real** (PAN), **Rui Tavares** (L), **Paula Santos** (PCP), **Rodrigo Saraiva** (IL), **João Paulo Rebelo** (PS) e **Bruno Ventura** (PSD).

Em declaração política, o Deputado **António Filipe** (PCP) criticou a decisão de um tribunal arbitral que condenou o Estado português ao pagamento de uma indemnização a um consórcio privado por incumprimento de contrato, defendendo que os litígios contratuais que envolvam o Estado devem ser apreciados nos tribunais administrativos. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados **Rodrigo Alves Taxa** (CH) e **André Rijo** (PS).

Em declaração política, a propósito da celebração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, o Deputado **Rui Tavares** (L) recordou a efeméride dos 500 anos do nascimento de Luís Vaz de Camões e fez uma distinção entre os conceitos de patriotismo e nacionalismo. Respondeu, posteriormente, a pedidos de esclarecimento dos Deputados **Marcos Perestrello** (PS) e **António Filipe** (PCP).

Em declaração política, o Deputado **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD) defendeu a preparação da agricultura portuguesa para o futuro, no âmbito da PAC (política agrícola comum), de forma a aumentar a produtividade em sintonia com a defesa do ambiente e a promoção da saúde pública. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados **João Paulo Graça** (CH), **João Pinho de Almeida** (CDS-PP), **Mário Amorim Lopes** (IL), **Isabel Mendes Lopes** (L), **Joana Mortágua** (BE), **Inês de Sousa Real** (PAN), **Ricardo Pinheiro** (PS) e **Paula Santos** (PCP).

Em declaração política, a Deputada **Inês de Sousa Real** (PAN) defendeu a regulamentação da indústria do *lobbying*, com a criação de um registo da transparência e regras de transparência aplicáveis a entidades públicas. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados **Pedro Pinto** (CH), **Mário Amorim Lopes** (IL), **Pedro Delgado Alves** (PS) e **Andreia Neto** (PSD).

No âmbito dos n.º 2 e 3 do artigo 79.º do Regimento, o Ministro dos Assuntos Parlamentares (Pedro Duarte) proferiu uma declaração política, em nome do Governo, após o que respondeu a perguntas dos Deputados **Alexandra Leitão** (PS), **Hugo Soares** (PSD), **Pedro Pinto** (CH), **Rui Rocha** (IL), **Joana Mortágua** (BE), **Paula Santos** (PCP), **Isabel Mendes Lopes** (L), **João Pinho de Almeida** (CDS-PP) e **Inês de Sousa Real** (PAN). No final, a Deputada **Alexandra Leitão** (PS) usou da palavra em defesa da honra da bancada relativamente a afirmações do Ministro dos Assuntos Parlamentares, que deu explicações.

Deu-se conta de dois Deputados do PSD e de um Deputado do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 165/XVI/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 145 e 147 a 149/XVI/1.ª.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs 107/XVI/1.ª (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento do Professor Santana Castilho, 114/XVI/1.ª (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto) — De pesar pelo falecimento de Casimiro de Brito e 121/XVI/1.ª (apresentado pelo PAR) — De pesar pelo falecimento do embaixador Paulo Jorge Lopes Lourenço, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Voto n.º 117/XVI/1.ª (apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas) — De congratulação à ACOS (Associação de Agricultores do Sul) pela organização da 40.ª edição da Ovíbeja.

Foram aprovados o Projeto de Resolução n.º 144/XVI/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Suíça e o Projeto de Deliberação n.º 5/XVI/1.ª (PAR) — Prorrogação do período normal de funcionamento da Assembleia da República.

Foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a Proposta de Lei n.º 3/XVI/1.ª (GOV) — Aprova medidas fiscais para a dinamização do mercado de capitais, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, o Código do Imposto do Selo e o Estatuto dos Benefícios Fiscais. Foi igualmente aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 146/XVI/1.ª (PAN) — Pela implementação e fomento das *green bonds* em Portugal.

Foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a Proposta de Lei n.º 6/XVI/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a isentar de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis e imposto do selo a compra de habitação própria e permanente por jovens até aos 35 anos, através da alteração do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e do Código do Imposto do Selo.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 174/XVI/1.ª (PAN) — Cria uma isenção de IMT aplicável à compra de primeira casa por sujeitos passivos com idade compreendida entre os 35 anos e os 45 anos, e 176/XVI/1.ª (BE) — Altera as taxas do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT).

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 112/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que condene a aprovação de legislação anti-LGBTI+ no Gana e que inclua informação sobre questões LGBTI+ no Portal Diplomático e na *app* «Registo Viajante».

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 86/XVI/1.ª (BE) — Auditoria aos vistos *gold* atribuídos ao abrigo do regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional

Foi rejeitada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 1/XVI/1.ª (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, tendo sido aprovado, na generalidade, na especialidade (assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à mesma proposta de lei.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Lei n.º 66/XVI/1.ª (BE) — Altera as deduções específicas do IRS.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Lei n.º 70/XVI/1.ª (PS) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, tendo a Deputada **Paula Santos** (PCP) proferido uma declaração de voto.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Resolução n.º 71/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo o reforço de medidas para apoio ao alojamento universitário em Portugal.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar uma Deputada do BE e um Deputado do PS a intervir em tribunal.

O Presidente (**Rodrigo Saraiva**) encerrou a sessão eram 19 horas e 58 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Muito boa tarde, Srs. Deputados.
Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 4 minutos.

Peço às autoridades o favor de abrirem as portas das galerias para a entrada do público.

Pausa.

Pedia às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados o favor de se sentarem, para podermos entrar no primeiro ponto da ordem do dia, que são as declarações políticas, e o Plenário ter condições para ouvir os oradores.

Pausa.

Vou dar então a palavra à Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendes, para uma declaração política em nome do Partido Socialista.

Srs. Deputados, a Sr.^a Deputada vai usar da palavra.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: As eleições europeias do último domingo confirmaram a vitória dos democratas e dos europeístas. Apesar das ameaças internas e externas que o projeto europeu tem vivido, venceu a democracia e venceu o projeto europeu.

Aqueles que estão contra uma ideia de Europa humanista, solidária, respeitadora dos direitos humanos...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — E o PCP?

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — ... saíram claramente derrotados nestas eleições. Saiu claramente derrotada nestas eleições a extrema-direita,...

Vozes do CH: — Oh!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — ... em Portugal representada pelo Chega. Continuaremos, pois, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a ter uma maioria...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E os imigrantes?

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Já lá vamos!
Como dizia, continuaremos a ter uma maioria de europeístas estável,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E as portas abertas?!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — ... que, apesar de ter opiniões divergentes em muitas matérias, tem objetivos comuns: os objetivos de uma Europa de paz e de uma Europa de coesão social e territorial.

Foi aliás, Sr.^{as} e Srs. Deputados, essa convergência que, ao longo dos anos, permitiu fazer avançar sempre o projeto europeu. Foi mesmo essa convergência que permitiu recentemente soluções para proteger cidadãos e empresas, quer na resposta à pandemia, quer na resposta às consequências decorrentes da guerra.

Os cidadãos europeus mostraram nestas eleições que querem inequivocamente uma Europa solidária, democrática, livre, inclusiva, aberta ao mundo e a todos aqueles que escolhem a Europa para viver.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Lindo! Venham todos!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, em Portugal venceram também os europeístas. Mas não há como ignorar que o grande vencedor destas eleições europeias foi, inequivocamente, o Partido Socialista.

Aplausos do PS.

Risos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Três meses depois das eleições legislativas, os portugueses confirmaram o PS como o maior partido português: mais votos, maior percentagem e mais mandatos que os três partidos que compõem a AD (Aliança Democrática) juntos.

Vencemos num contexto nacional em que o Governo procurou condicionar o resultado das eleições pela sua intervenção direta na campanha eleitoral, ignorando as advertências da Comissão Nacional de Eleições (CNE); um Governo que, a cada semana, se encarregou de fazer uma catadupa de anúncios, procurando, pela propaganda, criar a ideia, que é falsa, de que estaria a governar.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, governar não é anunciar ou inaugurar.

Vozes do PSD: — Oh!

Risos do Deputado do CH Bruno Nunes.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Governar não é fazer oposição ao anterior Governo.

Vozes do CH: — Ah!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Governar é mesmo encontrar a resposta para os problemas dos portugueses.

Aplausos do PS.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o que sobra de todos estes anúncios, para além da derrota na noite eleitoral? Sobram mesmo promessas sem prazo, para que a validade não possa ser nunca escrutinada por esta Assembleia da República. Sobra também o desmentido de toda uma narrativa do Governo que colocava em causa a credibilidade de Portugal junto da União Europeia.

Em apenas dois meses — dois meses —, o Governo foi desmentido três vezes pela própria Comissão Europeia:...

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

... primeiro, nas contas públicas, com a confirmação do Comissário de que a situação portuguesa era sólida; depois, na execução do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), com a Comissária a confirmar que a execução portuguesa estava acima da média europeia; e, finalmente, no domínio das migrações, Sr.^{as} e Srs. Deputados, depois do fantasma lançado, o desmentido categórico sobre uma suposta suspensão de Portugal do espaço Schengen.

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Suposta?! É putativa! É putativa!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Está tudo bem!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Mais recentemente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, também o Banco de Portugal é muito claro quanto ao rumo que este Governo está a seguir. Desde logo, desmente a narrativa de que as contas não estavam certas. Com todas as medidas aprovadas até ao final de abril, a previsão é de um excedente orçamental, este ano, de 1 %.

E vai mais longe, confirmando aquilo que o PS tem vindo a dizer desde a campanha eleitoral das legislativas: com as medidas do programa da AD, Portugal voltará, no próximo ano, ao défice excessivo orçamental.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Desbaratar a credibilidade conquistada ao longo destes oito anos, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é mesmo uma irresponsabilidade.

O PS vence as eleições europeias pelo seu compromisso de sempre com o projeto europeu. Foi assim com a adesão à CEE (Comunidade Económica Europeia) com Mário Soares. Foi assim com a entrada no euro e a Agenda de Lisboa com António Guterres. Foi assim na assinatura do Tratado de Lisboa com José Sócrates. Foi assim na resposta à pandemia, na construção do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, na resposta à guerra e à crise inflacionista com António Costa.

Com o PS houve sempre avanços no projeto europeu e na Europa social. Nas respostas à crise, bem se viu a diferença entre a solidariedade dos socialistas e a resposta com austeridade da direita.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Isso! Isso!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, há duas notas incontornáveis nestas eleições. A primeira é o papel absolutamente cívico de todos os portugueses que, com uma resposta de voto em mobilidade, participaram massivamente nestas eleições, baixando significativamente a abstenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh, foram 3 %!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Em segundo lugar, temos a maior participação de eleitas femininas, o que faz com que, nos 28 elementos eleitos para o Parlamento Europeu, haja 8 mulheres, 4 das quais do Partido Socialista, contribuindo assim para o compromisso firme do PS de, pela primeira vez, ter uma candidatura nacional liderada por uma mulher eleita nas nossas eleições.

Aplausos do PS.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Não são 28, são 21!

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Termino, Sr.^{as} e Srs. Deputados, com o compromisso firme em relação aos próximos desafios que sabemos vir a encontrar. Sabemos hoje, com grande grau de probabilidade, que podemos vir a ter à frente do Conselho Europeu um europeísta convicto...

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Termino já, Sr. Presidente. É a última intervenção. Termino já.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Até amanhã!

O Sr. **Presidente**: — É a última intervenção? Então tem a tolerância da última intervenção neste Plenário.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Obrigada, Sr. Presidente.

Permitam-me que termine, Sr.^{as} e Srs. Deputados, com a consciência dos desafios que enfrentaremos nos próximos cinco anos na Europa. Mas sabemos também que, com grande grau de probabilidade, podemos vir a ter à frente do Conselho Europeu um europeísta convicto, um defensor radical da democracia e dos direitos humanos, um homem de diálogo e de construção de consensos, que demonstrou que há alternativa às soluções da austeridade defendidas pela direita, algo tão importante nesta etapa da União Europeia.

António Costa é o homem certo para, nos próximos cinco anos, liderar o Conselho Europeu na procura de respostas comuns que precisamos de construir.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É, é!...

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — É por isso também, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que quero saudar o apoio que o atual Governo manifestou à eventual candidatura de António Costa a Presidente do Conselho Europeu, o que prestigiará o País.

Aplausos do PS.

Sr.^{as} e Srs. Deputados — e pedindo a sua tolerância por 30 segundos, Sr. Presidente —,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Mais?!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — ... há 25 anos, entrei neste Parlamento com a certeza e a responsabilidade de que a eleição para Deputado à Assembleia da República significa honrar aqueles que se bateram pela democracia. É por isso, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que agradeço a todas as bancadas,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Todas...?

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — ... a todos com quem privei ao longo dos anos, recordando muitos em todas as bancadas, que não vou nomear, para não esquecer nenhum.

Permitam-me, Sr.^{as} e Srs. Deputados — e peço desculpa ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista por usar este tempo —, apenas que diga: até breve a todos, que saibamos sempre honrar os nossos mandatos, honrando sempre os valores da democracia e da liberdade. Viva a nossa democracia!

Aplausos do PS, do L, do CDS-PP, do PAN, de Deputados do PSD e do Deputado da IL Rodrigo Saraiva.

Deputados do CH acenaram, fazendo um gesto de despedida.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem sete pedidos de esclarecimento. Responde como?

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — A um grupo de três e a outro grupo de quatro, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Vou, assim, dar a palavra ao Sr. Deputado Hugo Soares, do PSD, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a primeira palavra é de reconhecimento à Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendes, nesta que é a última intervenção da Sr.^a Deputada neste Parlamento, desejando as maiores felicidades a alguém que aprendi a respeitar, ao trabalhar com ela e

ao ouvi-la. Deixo os meus cumprimentos e os cumprimentos desta bancada à Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendes.

Dirijo também uma palavra ao Partido Socialista, na pessoa do Sr. Secretário-Geral, pela vitória nas eleições europeias do passado domingo. Nesta bancada, e no partido que aqui representamos, não há vitórias de Pirro, nem há vitórias maiores ou vitórias piores. Há vitórias, há os que ganham as eleições, e há os que não lograram os seus objetivos. Não somos daqueles que, mesmo quando perdem, entendem que ganharam ou acusam os outros de ganharem por pouquinho. Deixo uma palavra, por isso, de parabéns ao Partido Socialista pela vitória que logrou.

Aplausos do PSD.

Agora que recordei a questão do pouquinho, recordo a posição do agora Secretário-Geral do Partido Socialista quando, em 2014, aquele que ontem se despediu de nós, o Deputado Francisco de Assis, ganhou as eleições, precisamente, também, ficando o PSD em segundo lugar — mas ganhou por 4 %. Na altura, o Partido Socialista apressou-se a classificar essa vitória do então Secretário-Geral António José Seguro como uma vitória de pouquinho — e foi por 4%! —, e até se criaram movimentos que culminaram na saída do Dr. António José Seguro e na entrada do Dr. António Costa.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Deixo uma palavra de cautela para o Secretário-Geral do Partido Socialista por ter ganho por muito, muito pouquinho.

Risos de Deputados do PSD.

Cuidado com essa vitória, Dr. Pedro Nuno Santos!...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Deixo uma palavra final, Sr. Presidente, a propósito da intervenção da Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendes, em jeito de pergunta. Já falámos sobre as eleições europeias, mas a Deputada Ana Catarina Mendes quis trazer aqui a campanha eleitoral e o facto de o Governo ter governado, dizendo ela que o Governo, durante a campanha eleitoral, esteve em campanha eleitoral em vez de governar, fazendo até alusão a uma participação da Comissão Nacional de Eleições.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Não!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E eu termino, Sr. Presidente: ó Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendes, é capaz de me dizer quem é que, em pleno dia das eleições, desrespeitou as disposições legais, tendo a CNE recomendado que se retirassem dos telejornais — coisa que até tenho dúvidas que seja legítima —,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... as declarações da candidata Marta Temido, que fez campanha eleitoral no dia das próprias eleições?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Também para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendes, queria, em primeiro lugar, naturalmente, cumprimentá-la pela intervenção e pela circunstância da mesma.

Nós não começámos a debater aqui, nem aprendemos a respeitar-nos aqui, já debatíamos antes de qualquer um de nós ter a oportunidade de representar os seus partidos aqui, na Assembleia da República, e foi sempre um prazer a forma elevada como a Sr.^a Deputada conduziu as intervenções que fez, com as nossas divergências, mas certamente sempre com essa preocupação.

Depois, cumprimento o Partido Socialista pela vitória eleitoral de domingo passado, que é isso mesmo, é uma vitória eleitoral: como a Sr.^a Deputada disse, teve mais votos, elegeu mais mandatos, portanto, é uma vitória.

Mas acho que a leitura que a Sr.^a Deputada fez merece uma reflexão mais profunda, porque, não estando em causa a vitória eleitoral do Partido Socialista, está em causa analisarmos o que pode ser a estabilidade governativa e a construção de maiorias em Portugal. E, se há coisa que fica evidente deste resultado, é que as eleições europeias confirmam a circunstância, que já tinha sido demonstrada nas eleições legislativas, de o Partido Socialista não ter condições, hoje em dia — seja com geringonças, como fez no passado, seja com *Frankensteins*, como tentou fazer na Madeira —, pelo resultado de qualquer eleição dos últimos meses, para ter maioria em qualquer Parlamento e em qualquer circunstância no nosso País.

Portanto, a pergunta que lhe faço é: em que momento é que o Partido Socialista vai ter a humildade de perceber que não tem condições e que não há nenhum resultado eleitoral que lhe dê a mera expectativa de ter uma maioria? Isto ainda que os Srs. Deputados continuem a fazer uma distinção, o que eu acho extraordinário!

A Sr.^a Deputada felicitou a derrota do extremismo, mas devia ter saudado também o facto de, em Portugal, a extrema-esquerda ter eleito menos Deputados.

Vozes do CH: — Ora!

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foi bom! Foi bom, porque os partidos que em Portugal, nos últimos cinco anos, combateram o modelo europeu, e o nosso modelo europeu, elegeram menos Deputados:...

Vozes do PSD e da IL: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... o PAN, o PCP e o Bloco de Esquerda.

Aplausos de Deputados do PSD e do Deputado da IL Bernardo Blanco.

Ou seja, todos aqueles que, em nome de Portugal, combateram a Europa como nós a conhecemos elegeram menos Deputados, e isso é bom.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tenho pena de que a Sr.^a Deputada não o tenha salientado, e pergunto-lhe mesmo isto: não tendo o PS condições para construir uma alternativa, quando é que vai assumir responsabilmente o seu papel de oposição?

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Qual é a tua maioria?!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — O PAN?!

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento também, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do Partido Comunista Português.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendes, tenho de gerir o tempo, porque, como não é a minha última intervenção, não terei a mesma tolerância.

Queria cumprimentá-la, Sr.^a Deputada, e ao Partido Socialista: a si, pessoalmente, pela sua eleição, e ao Partido Socialista, que foi, de facto, o partido mais votado nesta eleição, desejando-lhe, naturalmente, Sr.^a Deputada, as maiores felicidades no mandato que vai exercer no Parlamento Europeu.

Tem razão a Sr.^a Deputada quando refere que, de facto, este resultado eleitoral se traduz numa derrota para o atual Governo, precisamente por ter participado na campanha eleitoral como participou.

Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — Vocês ganham sempre!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Não foi participar na campanha eleitoral com os membros do Governo a apelarem ao voto no PSD e no CDS, que isso é naturalíssimo. Foi o Governo ter tido uma azáfama de anúncios de medidas...

Vozes do PSD: — Ah!...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... para intervir diretamente procurando influenciar o resultado eleitoral.

Protestos do PSD.

O Sr. **Silvério Regalado** (PSD): — Vocês ganham sempre!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — E, nesse sentido, a Sr.^a Deputada tem razão, porque essa tentativa do Governo de influenciar o resultado não resultou.

Mas, Sr.^a Deputada, há um ponto crítico na sua intervenção que queria referir. É que a Sr.^a Deputada fez um discurso, diria, eurossatisfeito, de eurocontentamento, a entoar o *Hino à Alegria*.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Aí está! Aí está! Aí estão os extremismos!

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Srs. Deputados do PSD, só tenho 2 minutos, se me permitem, queria fazer uma pergunta à Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Deputada fez um discurso de eurossatisfação, quando é uma evidência que quem não está preocupado com os caminhos que a Europa está a seguir é porque está distraído, Sr.^a Deputada. E, nesse sentido, acho que a sua intervenção foi muito eurodistraída, porque dá a ideia de que, enquanto os socialistas e o Partido Popular Europeu tiverem nem que seja mais um Deputado no Parlamento Europeu, tudo bem. Tudo bem! E, portanto, tudo corre bem.

Mas a Sr.^a Deputada ignorou um profundo mal-estar que perpassa pelos países, pelos povos, da União Europeia, que tem uma tradução eleitoral que não é, em muitos casos, a melhor, pelo contrário — votam naquilo que de pior existe na União Europeia —, mas que os poderes dominantes da União Europeia, designadamente os partidos do centrão da União Europeia, ignoram olímpicamente.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — No PCP só há bem-estar!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Portanto, parece que não há preocupação com o facto de morrerem milhares de pessoas no Mediterrâneo a quererem chegar à Europa. Não há preocupação com o facto de haver um rufar de tambores da guerra na União Europeia. Não há preocupação com o facto de haver...

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado não vai embora, por isso...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Vou terminar, Sr. Presidente.

Não há preocupação com o facto de os povos da União Europeia estarem a viver pior e de isso pôr em causa, evidentemente,...

O Sr. **Presidente**: — Obrigado.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... aquilo que os senhores dizem que é o projeto europeu, e que é um projeto neoliberal de aprofundamento das desigualdades. Não a vi preocupada com isso, Sr.^a Deputada,...

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... e isso também nos preocupou.

Aplausos do PCP.

Protestos do Deputado do CH Miguel Arruda.

O Sr. **Presidente**: — Já leva alguns créditos, no dia em que for embora, relativamente ao tempo que usou agora a mais.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Já vai! Já vai!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendes, dispõe de 3 minutos para responder. Faça favor.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito obrigada aos Srs. Deputados Hugo Soares, João Almeida e António Filipe pelas palavras que me dirigiram, a mim, pessoalmente, mas também a esta bancada, reconhecendo aquilo que é evidente: quem ganha por um ganha, quem perde perde as eleições, e o Partido Socialista saiu vencedor destas eleições europeias.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Só me esqueci de dizer que perderam um Deputado, peço desculpa!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, não haja qualquer dúvida, e eu vou referir aquilo que o Secretário-Geral do meu partido referiu na noite das eleições: o Partido Socialista não criará nenhuma crise de instabilidade política. Mas há uma coisa que as forças que unem o Governo, e em particular as forças que estão na AD, têm mesmo de perceber: é que os portugueses pediram que houvesse outra forma de governar, que haja maior diálogo, não é faz-de-conta.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Dou um exemplo muito simples, porque esse se passou diretamente comigo, Sr.^{as} e Srs. Deputados. A Europa vive um problema de migrações.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ah, e o Governo fez mal?

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Em Portugal, nós temos um problema de migrações.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Isso é verdade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Criado pelo PS! Criado por vocês! Criado por si! E agora vai-se embora!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — O Governo quis, em plena campanha eleitoral, aproveitar o tema e apresentar um plano aos portugueses, fazendo de conta que tinha dialogado com as bancadas da oposição. Ora, isso não é governar, Sr.^{as} e Srs. Deputados, lamento imenso, não é construir soluções, e não foram construídas.

Em segundo lugar, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Almeida, com todo o respeito que tenho por si, sei que, às vezes, no debate político, e no calor do debate político, se confundem as coisas. Assim como não confundo, nem nunca confundi, o CDS com aquilo que é a extrema-direita e a agenda da extrema-direita,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é o quê? Tem de explicar o que é!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — ... não pode ser confundida a esquerda deste Parlamento...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É extrema-esquerda, é!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — ... com aquilo que é um partido antissistema e contra a democracia...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Coreia do Norte! Venezuela! Está a brincar comigo?! É extrema-esquerda, é!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — ... como é o Chega. Não podemos confundir! Lamento, não podemos confundir.

Aplausos do PS e do L.

Protestos do CH, tendo Deputados batido com os pés no chão.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Agora, Sr. Deputado António Filipe, Sr.^{as} e Srs. Deputados...

Continuação de protestos do CH e contraprotestos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A conversa não é com o Livre!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É extrema-esquerda, é!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados...

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Sr.^{as} e Srs. Deputados...

Protestos do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Peço aos serviços que parem o tempo.

Pausa.

Srs. Deputados, vamos continuar com o nosso debate.

Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendes, faça o favor de continuar.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, reafirmo: não confundo as bancadas...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Faz mal! Faz mal!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — ... que, neste Parlamento, contribuíram, e muito — ainda ontem, de resto, tivemos aqui o debate —, para a construção e para a consolidação da nossa democracia.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não, não!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O debate de ontem esclareceu que não!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Vergonha!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Mas, Srs. Deputados, e Sr. Deputado António Filipe, isso não permite que deixe de lhe dizer que não estou eurodistráida, como o Sr. Deputado disse. Estou muito preocupada com o rumo de muitas das questões que estão em cima da mesa na agenda europeia. Mas há uma coisa que é positiva, e para a qual Portugal contribuiu: a extrema-direita não venceu para destruir o projeto europeu, como todas as sondagens podiam tê-lo apontado.

Protestos de Deputados do CH.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Deixa-nos só sentar no sítio certo; depois até choram!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Mas, em segundo lugar, Srs. Deputados, nós não nos distraímos, nesta bancada, sobre a posição que temos em relação à guerra, e em relação àquilo que é uma invasão e um desrespeito do direito internacional, na guerra que está a acontecer na Ucrânia, que ainda não acabou. E essa, sim, deixa também, Sr.^{as} e Srs. Deputados, muitas incertezas em relação ao futuro.

Aplausos do PS.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Como isso é para lá de Badajoz...!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É, são uns fofinhos! Eles são pró-russos, mas até são fofinhos!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — O Mário Soares até deitava as mãos à cabeça!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — É verdade!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — É, é! Deitaram o muro abaixo e agora olha! Vergonha!

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado António Pinto Pereira, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Ana Catarina Mentas, na noite das últimas eleições europeias, o Sr. Primeiro-Ministro, talvez para desviar as atenções de um resultado que estava abaixo das suas expectativas e das do próprio PSD, atirou para a fogueira...

Risos e protestos do PSD e do PS.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Olha quem fala!

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Ainda não acabei! Ainda não acabei!
Atirou para a fogueira o nome de António Costa...

Continuação de protestos do PSD e do PS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, tenho de dar aqui uma indicação: faz parte do calor do debate democrático haver estas emoções, que são boas. Portanto, faz parte da democracia. O que temos é também de ter um tempo para nos ouvirmos uns aos outros, porque senão o debate torna-se mais complicado.

Por isso, vamos agora ouvir o pedido de esclarecimento do Sr. Deputado António Pinto Pereira, do Chega.

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dizia eu que o Sr. Primeiro-Ministro atirou para a fogueira o nome de António Costa como candidato ao cargo prestigiado de Presidente do Conselho Europeu. Recuso-me a aceitar a sua complacência com o exercício de cargos públicos e a mancha do envolvimento de políticos em processos-crimes.

Também não compreendo o apoio do PSD a um ex-Primeiro-Ministro do PS que continua mantido na mancha da suspeição de envolvimento num processo-crime,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — ... por achar que isso deve ser irrelevante.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Muito bem!

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Para o mundo do vosso partido, já está no padrão da normalidade ser suspeito ou arguido, ou estar relacionado com factos que põem em causa interesses e valores do Estado, atingidos no exercício de cargos políticos.

Aplausos do CH.

Risos do PSD.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — E vocês, quantos são?!

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Mas esse não é o nosso padrão. O vosso paradigma de ética política é muito diferente do nosso. Nós, aqueles que vocês chamam de radicais da extrema-direita, somos os que defendem o País, os nossos valores, o orgulho do nosso passado, as nossas tradições, a nossa cultura de matriz cristã.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — A Europa que os senhores têm ajudado a criar tem permitido o contínuo crescimento da agenda ideológica *woke* de esquerda, que nós combatemos.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Quanto à Sr.^a Deputada, quando fala na derrota da direita na noite eleitoral, foi o Partido Socialista que perdeu um Deputado.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E o PCP outro, e o Bloco outro, e o PAN outro...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — O Ventura já se demitiu?

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — A derrota não foi da direita, porque nós conseguimos, à direita, mais quatro Deputados,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mais quatro!

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — ... dois do Chega e dois da Iniciativa Liberal.

Protestos de Deputados do PS.

Esperem lá, ainda não acabei!

E estes Deputados foram retirados ao PS, ao PCP, ao Bloco de Esquerda e ao PAN. Por isso, quanto a derrotas, estamos falados!

Aplausos do CH.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Qual é o problema do PS?

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não há?!

Protestos do CH e do CDS-PP e contraprotestos do PS.

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Agora que têm o apoio do PSD...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, se é o próprio Chega a fazer também os apartes...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas não é o Chega!

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Não é o Chega, é o CDS! É o CDS!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — O João Almeida não é do Chega!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O João Almeida ainda não é do Chega! Ainda não é!

Aplausos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos uma agenda muito cheia. Eu, às vezes, tenho inveja de não ser o *Speaker* do Parlamento inglês.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — *Order!*

O Sr. **Presidente**: — Às vezes, tenho inveja de não ser o *Speaker*, para dizer: «*Order! Order*, Srs. Deputados, *order!*»

Aplausos de Deputados do PSD e da IL.

Temos de deixar acabar o pedido de esclarecimento, que já vai com 17 segundos de tolerância, e o Sr. Deputado não vai para a Europa, portanto, não pode beneficiar da mesma tolerância. Mas pedia para concluir a sua pergunta, se faz favor.

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Vou concluir, Sr. Presidente.

Agora, junto com o PSD — porque a coligação é positiva entre o PSD e o PS no apoio a António Costa, é evidente —, temos aquele que, durante oito anos, abandonou e deixou este País no estado deplorável em que se encontra, com a degradação das instituições democráticas, o desprezo pelas Forças Armadas, a humilhação das forças de segurança, o abandono dos agricultores,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Muito bem...

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — ... a falta de resposta dos tribunais, a inexistência das urgências, o menosprezo total pelos nossos idosos e pelos nossos jovens, a quem retiraram tudo: a esperança, o futuro, o lugar que aqui poderiam ter para viver.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem...

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Estou a terminar, Sr. Presidente.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Chega!

O Sr. **Presidente**: — Já está, Sr. Deputado.

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — A minha pergunta, Sr.^a Deputada, é esta: não se envergonham de escolher o nome de António Costa...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — ... para o Conselho Europeu?

Aplausos do CH.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Também querias ir?

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, cumprimento a Sr.^a Deputada.

Ouvi estas intervenções e já nem tinha a certeza se estávamos a falar mesmo das eleições do domingo, porque a realidade é que o Bloco de Esquerda perdeu um eurodeputado, o PCP perdeu um eurodeputado,...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E o Livre?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — ... o PAN perdeu um eurodeputado, o Livre não elegeu porque não quis,...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Ah!

Risos da IL e do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O Livre duplicou! Tu duplicaste para baixo!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Porque não quis, isso é verdade!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — ... o PS perdeu um eurodeputado. Por isso, gostava de saber que...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Livre foi um dos vencedores da noite! Conseguiu impedir o Paupério de ser eleito!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Parabéns, Rui!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Estou a tentar, Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente**: — É natural que, a seguir a um ato eleitoral, as emoções ainda venham da campanha, e estou a tentar também ser tolerante q. b. (quanto baste), mas pedia a ajuda dos Srs. Deputados.

Sr. Deputado Bernardo Blanco, faça favor.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A AD tem os mesmos Deputados, o Chega elegeu dois, apesar de ter perdido 800 000 votos, a Iniciativa Liberal elegeu dois eurodeputados e o PS perdeu 1 eurodeputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A geringonça perdeu quatro!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Por isso, pergunto se confirma isto: essa grande vitória do PS é que perdeu 1 eurodeputado?

Mais, que grande vitória é essa, quando a maioria da esquerda — aliás, a maioria dos partidos — não perdia...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Geringonça menos quatro!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — ... há 30 anos; não tinha uma derrota tão grande nas eleições europeias há 30 anos?

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Tiveram dois eurodeputados, também! Calma!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — O Bloco, calma, perdeu um eurodeputado. Calma, calma.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — São dois! Não dá para isso tudo!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — De qualquer forma, gostava ainda de falar um bocadinho da parte final da sua intervenção, relativamente a António Costa.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Se querem saber o que é ter dois eurodeputados, a gente ensina!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Acho que a Iniciativa Liberal também teve um bom resultado, porque desde o início foi clara a dizer que não apoiaria António Costa, enquanto o PSD sempre foi dúbio, e agora diz que apoia; o Chega agora parece que mudou de posição, mas disse que António Costa não era um mau candidato.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não foi o Chega que disse!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ficaram quatro! Olha quatro!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Disse que António Costa não era um mau candidato...

Protestos do CH, do CDS-PP e do L.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — O Tânger, é verdade! Bem lembrado!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — O Tânger não é o Chega!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Ai, o Tânger não é o Chega?! Está esclarecido!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — O Cotrim é a Iniciativa Liberal?

O Sr. **Presidente**: — Peça para parar o tempo, faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Tenham calma!

O Sr. **Presidente**: — Não tenho problema. Como digo, comigo podem contar até à meia-noite, uma da manhã, sem problema.

Protestos do PSD, do PS e do CH.

Srs. Deputados, o Sr. Deputado Bernardo Blanco tem de ter condições para poder fazer a pergunta, para a qual já só dispõe de cerca de 20 segundos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E tem! Pode falar à vontade, não pode é mentir!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Estou a tentar, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Obrigado, Sr. Presidente.

É algo novo em democracia: os candidatos dos partidos não representam os partidos. É aquilo que o Chega nos diz.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

De qualquer forma, o candidato do Chega...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Assim, está bem!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — ... disse que António Costa não era um mau candidato e que admitia apoiá-lo...

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Não foi isso que disse!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — ... e, por isso, o único partido que disse que António Costa não tinha reformado Portugal e também não iria reformar a Europa foi a Iniciativa Liberal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mentira! Isso é que é mentira!

Risos de Deputados do PS, do Deputado do L Rui Tavares e do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Pedro, escolheram o candidato errado. Não é minha a culpa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — De qualquer forma, quero terminar, Sr. Presidente,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — O nosso pior candidato é o vosso melhor resultado! E nem assim conseguem, coitados!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — ... desejando um bom mandato à Sr.^a Deputada, com quem tivemos sempre uma relação cordial. Quero dizer-lhe que não estará livre, certamente, de escrutínio,...

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

... pois teremos dois eurodeputados, que certamente a respeitam muito, a escrutinar o seu trabalho. Por isso, quero desejar-lhe um bom mandato também.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, também com a tolerância daqui e não a tolerância da Europa.

Vozes do PSD: — Também ganhou!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Deputado tem de começar a falar, antes de haver apartes. Depois, há os apartes ao que o Sr. Deputado disser, mas, antes, é preciso que diga ao que vem. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias,...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não podes referir as galerias, pá! Estás a insultar a Mesa!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... Cara Deputada Ana Catarina Mendes,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falta de respeito!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Podemos parar o tempo?

Protestos do PSD e do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não faça isso, pá!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, sei a razão pela qual foi feita esta observação, mas trataremos da matéria, novamente, na Conferência de Líderes,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Faz sempre igual, é uma falta de respeito!

O Sr. **Presidente**: — ... no que diz respeito ao facto de o Sr. Deputado se dirigir às galerias e não aos Srs. Deputados.

Esta é uma matéria que já tem sido objeto de alguma discussão e faremos, na Conferência de Líderes, novamente, uma reflexão a este propósito.

Há divergências, não só semânticas, relativamente ao sentido da expressão «caro e caros cidadãos», mas veremos isso na Conferência de Líderes, para não estarmos agora aqui a ter um episódio à margem dos conteúdos.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Por isso, Sr. Deputado, peço que não repita a frase inicial, porque já a sabemos,...

Risos do CH.

... e pode fazer o favor de continuar.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Sem birrinha, agora!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem, Sr. Presidente. Sei que só podemos dirigir-nos a quem está fora destas bancadas se for para insultar, injuriar ou ofender, mas para saudar não.

Vozes do CH: — Oh!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Cara Colega Ana Catarina Mendes, posso dizer-lhe que não precisei de aprender a respeitá-la, tal como sei que a Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendes nunca precisou de aprender o respeito, porque sempre respeitou toda a gente nesta Câmara, como Deputada e como Ministra.

Aplausos do L e do PS.

O que posso dizer é que fiquei a conhecê-la melhor e que lhe ganhei amizade,...

Vozes do CH: — Oh!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... que também existe entre bancadas parlamentares diferentes, além de termos causas comuns.

Quero dar os parabéns ao PS pela sua vitória nestas eleições e aproveitar para dar também os parabéns à Iniciativa Liberal, que teve um extraordinário resultado...

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

... e deve justamente ser considerado um vencedor destas eleições europeias.

Gostaria, acima de tudo, de lhe dirigir este pedido de esclarecimento, não só para saudações, mas para falarmos daquilo que importa, que é futuro e trabalho em nome das causas que importam à Europa e ao nosso País.

Creio que o nosso País não pode estar dependente, por muito orgulho que possamos ter — patriótico, que é natural —, de alguns percursos excecionais de políticos a chegarem a cargos de topo na União Europeia — António Costa, eventualmente, no futuro, como Durão Barroso antes.

É discutível o proveito que Portugal tenha exatamente de ter alguém num lugar de topo da União Europeia, se não tiver depois portugueses representados nas instituições da União Europeia,...

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

... mas a verdade é que Portugal está sub-representado em tudo o resto que importa na União Europeia. Temos menos funcionários nas agências,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Com certeza! Não ligamos nenhuma a isso! Somos pacóvios!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... temos menos diretores-gerais, temos menos funcionários no Banco Central Europeu, e isso importa a Portugal. Importa a Portugal enquanto os altos funcionários estão lá, quando regressam...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... e pela rede de contactos que faz com que também Portugal tenha mais peso nas instituições...

O Sr. **Presidente**: — Para terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... e o debate português seja mais relevante aqui.

E, para terminar, a pergunta é muito simples e tem a ver com algo no qual já trabalhamos juntos, quando era Ministra dos Assuntos Parlamentares, e em que temos de continuar a trabalhar. É que Portugal institua um instituto europeu...

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, muito obrigado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... equivalente ao que temos — Sr. Presidente, só um instante —...

Vozes do CH: — Ah!

O Sr. **Presidente**: — Não há um instante.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... ao que existe em Bruges ou em Florença.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sei que a tolerância foi muito grande, é só terminar a pergunta e o ponto.

O Sr. **Presidente**: — Não, vai com 38 segundos de tolerância.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sim, sim, mas com isto termino...

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... e para o qual busco o compromisso da Sr.^a Deputada, agora no Parlamento Europeu.

Aplausos do L.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Marisa Matias, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, Caras e Caros Colegas, é absolutamente normal que, em campanhas europeias, haja contaminação da política nacional — nada contra, é assim mesmo em todos os países —, mas acontece, nas campanhas europeias, uma coisa que normalmente é muito diferente daquilo que se passa no Parlamento Europeu, que são as tentativas de demarcação permanentes.

Há tentativas de demarcação em relação a tudo: tentativas de demarcação da direita em relação ao Chega e à extrema-direita,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Direita radical!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — ... tentativas de demarcação do PS em relação ao PSD e ao CDS; enfim, tentativas de demarcação que depois, infelizmente, na política quotidiana das grandes decisões do Parlamento Europeu, não são assim tão frequentes e não são assim tão visíveis e passam mais diluídas.

A prova disso foi agora, neste mandato que passou, para não irmos mais atrás, o que aconteceu com o pacto das migrações. É um pacto vergonhoso, um pacto que permite deter e deportar crianças e, no entanto, houve uma unanimidade nos partidos do centro em relação a essa proposta.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — O mesmo em relação à governação económica, e poderia fazer inúmeras citações.

Portanto, a minha pergunta, Sr.^a Deputada — a quem aproveito para desejar também bons trabalhos em Bruxelas e Estrasburgo — é muito simples: agora que terminaram as demarcações da campanha eleitoral, que as eleições já chegaram ao fim, qual será efetivamente a posição do Partido Socialista nestas grandes questões?

Poderemos contar com essas demarcações na defesa do direito à habitação, dos direitos humanos e não os acordos de circunstância que são feitos e que infelizmente acabam por decidir sempre tudo no mesmo?

Podemos contar com essa demarcação?

Podemos, aliás, contar com a demarcação em relação à presidência da Comissão da Sr.^a von der Leyen,...

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — ... uma vez que o Partido Socialista aproveitou para a atacar tanto, durante a campanha? Gostaria de saber, se fosse possível, se vão ou não vão apoiar a Sr.^a Presidente da Comissão.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendes. Dispõe de três minutos, que espero que tente que não sejam «parlamentário-distraídos».

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, vou tentar. Queria agradecer a todas as Sr.^{as} Deputadas e a todos os Srs. Deputados as perguntas que colocaram, dizendo ao Sr. Deputado do Chega,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — António Pinto Pereira!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — ... ao Sr. Deputado António Pinto Pereira...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não é Deputado do Chega?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É do Chega!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — ... que vergonha é mesmo conseguir ter dito o que disse e fazer acusações a quem é completamente inocente, sem sequer se rir um bocadinho.

Protestos do Deputado do PS Pedro Nuno Santos.

Vergonha mesmo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, devia ser o Sr. Deputado puxar para aqui e ajudar a alimentar um assunto que, do meu ponto de vista, corrói e destrói a democracia. São suspeições.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sabe bem!

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Não é inocente! Não é inocente! O processo não foi arquivado!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — O Dr. António Costa não é arguido, não é suspeito.

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — É suspeito! É suspeito!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Todo o País sabe e o Sr. Deputado também o sabe.

Aplausos do PS.

Mais, Sr. Deputado, vou dizer-lhe isto: o Sr. Deputado é advogado. Não sei como é que os seus clientes foram defendidos em tribunal, quando consegue dizer tal coisa, sem se rir — sem se rir! —, sabendo que a pessoa não é nem suspeita nem arguida.

O Sr. **António Pinto Pereira** (CH): — Eu não rio!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Isso, sim, é uma vergonha para a democracia.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então demitiu-se porquê?!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Pelo menos, algum respeito!

Vozes do PS: — Vergonha!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — E digo-lhe também, Sr. Deputado, com à-vontade de quem trabalhou lado a lado, 10 anos, com o Dr. António Costa:...

Protestos do CH.

... há 30 anos que acompanho a sua carreira política e devo dizer-lhe que tudo o que fez em Portugal, ao longo dos últimos 10 anos — podem discordar —, do meu ponto de vista, não coloca, em momento algum, o Dr. António Costa sob suspeição de nenhum comportamento que seja atacável em democracia, nem do ponto de vista ético nem do ponto de vista da sua honorabilidade.

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

Sr. Deputado Bernardo Blanco, aproveito para saudá-lo pelo resultado da Iniciativa Liberal e a eleição de dois eurodeputados, mas devo dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado: em democracia ganha-se ou perde-se as eleições.

Vozes do PSD: — A sério?!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — O Partido Socialista teve mais votos, maior percentagem e maior número de mandatos para o Parlamento Europeu. É o vencedor da noite eleitoral.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD.

Mas há uma pergunta que gostava de fazer ao Sr. Deputado, e faço-a ao Sr. Deputado porque sei que o Sr. Deputado é um homem estruturalmente democrata. Por isso, pergunto-lhe: está à espera de se juntar à extrema-direita para a escolha para um grande cargo do Parlamento Europeu?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, só vocês é que podem, é?! Só o PS é que pode!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça Mendes** (PS): — Ou estará, como sempre estive, na sua família política, com o PPE (Partido Popular Europeu) e com os socialistas e democratas?

Espero, Sr. Deputado, que tenha sido só um arrufo pós-campanha e que não seja essa a posição que o Deputado João Cotrim terá na Europa.

Quanto ao futuro da Europa e ao instituto europeu, Sr. Deputado Rui Tavares, assim como aqui assumi compromissos, estar na Europa não é estar fora de Portugal e, por isso, estar no Parlamento Europeu é ter um olhar sobre como é que os eurodeputados podem também influenciar a política dos seus Estados-Membros. Por isso, estarei atenta a um compromisso assumido na anterior Legislatura sobre a criação de um instituto europeu.

Sr.^a Deputada Marisa Matias, sim. Espero que a Sr.^a Deputada Marisa Matias tenha ouvido bem a nossa campanha e tenha percebido que um dos compromissos que o Partido Socialista tem, e terá, é a defesa de uma política de habitação para a Europa.

Mas também quero dizer-lhe: a Sr.^a Deputada tem 15 anos de Parlamento Europeu e sabe que o Parlamento Europeu é a arte do compromisso, é a capacidade que temos de responder a cada uma das situações.

Devo dizer-lhe, como já disse várias vezes, que nem todas as matérias do Pacto sobre Migração e Asilo me satisfazem. Antes pelo contrário, envergonham-me, como europeia, como democrata e como defensora dos direitos humanos, mas é por isso que a voz dos parlamentares europeus tem de ser ouvida, para a implementação deste pacto. Espero que Portugal não retroceda, em matéria de imigração, nos próximos anos, e estaremos também atentos a isto.

Termino, sim, agradecendo ao Sr. Presidente a sua tolerância e também o contacto que tivemos, ao longo dos anos, aqui no Parlamento.

Aplausos do PS, do Deputado do PSD Cristóvão Norte e do Deputado da IL Bernardo Blanco.

O Sr. **Presidente:** — Eu também, a título pessoal, quero desejar à Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendes os maiores sucessos no novo mandato. Sei que vai honrar o mandato e vai orgulhar e dignificar também Portugal.

Conheci-a quando fui Ministro da Defesa e quando pude ter também a interação, na altura como Deputada e depois também com o debate parlamentar que tivemos muitas vezes. Por isso, deixo aqui também o meu testemunho de agradecimento e de muito sucesso na nova etapa que vai ter na sua vida.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então, ninguém bateu palmas?

O Sr. **Presidente**: — Quero só informar a Câmara de que está presente um grupo de alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Cristelo, Paredes. É quem está presente, neste momento.

Aplausos gerais.

Para uma intervenção, vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, do Chega.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Chega, nesta declaração política, decidiu falar das forças de segurança.

Sim, vamos novamente falar de polícias e, sim, iremos falar tantas vezes quantas forem necessárias até estes terem o reconhecimento que merecem.

Aplausos do CH.

Passou mais uma semana sem que o Governo conseguisse chegar a acordo com os sindicatos para acabar com aquela que foi uma enorme injustiça implementada pelo Partido Socialista, que atribuiu o conhecido subsídio de risco apenas a uma das forças de segurança.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Note-se que estamos de acordo com a sua atribuição. Porém, com esta medida, o Partido Socialista criou divisões, tentou mostrar que há uns polícias que são melhores do que outros, quando a verdade é que todos trabalham para servir Portugal e os portugueses.

Aplausos do CH.

Os agentes da PSP (Polícia de Segurança Pública), os guardas republicanos, os guardas prisionais, os guardas-florestais, a Polícia Marítima, entre outros, foram humilhados com esta diferenciação.

Por isso, é urgente desfazer esta injustiça e assegurar que todas as forças de segurança tenham direito ao mesmo subsídio de risco.

Em período de campanha eleitoral, Luís Montenegro garantiu que, se ganhasse as eleições, e cito, «o Governo vai encetar logo de início negociações com as forças de segurança, para, com sentido de responsabilidade, proceder à valorização do seu estatuto remuneratório, porque precisamos de forças e serviços de segurança respeitados».

É verdade que formalmente está a haver diálogo. Porém, existem dúvidas sobre a real vontade de mudar alguma coisa.

Na sexta-feira passada, através de um comunicado que congrega 11 entidades representativas da PSP e GNR (Guarda Nacional Republicana), o Governo é acusado de ter uma postura intransigente e de se recusar a valorizar de forma justa a condição policial da PSP e da GNR, ao apresentar como proposta final um valor de subsídio de risco que fica muito aquém daquele considerado mínimo de dignidade pelas estruturas.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Aquilo que o Governo propõe não vai além dos 300 €, pagos de forma faseada até 2026, o que significa uma valorização inferior à de um assistente operacional da PJ (Polícia Judiciária). Portanto, mantém-se esta distinção entre as diversas forças.

Os sindicatos acusam o Primeiro-Ministro de estar a faltar ao compromisso que assumiu com a plataforma, em fevereiro, data na qual afirmou que iria reparar a injustiça criada face aos colegas da PJ. Este, por sua vez, terá apelidado as reivindicações salariais dos profissionais de segurança como «cenários irrealistas».

Aparentemente, Luís Montenegro, candidato, não partilha da mesma opinião que Luís Montenegro, Primeiro-Ministro.

Aplausos do CH.

Mas este não é um problema novo, nem tão pouco da exclusiva responsabilidade do Partido Social Democrata.

No início da XIV Legislatura, em 2020, numa enorme manifestação das forças de segurança à porta da Assembleia da República, André Ventura dizia «se não fizermos nada agora, devemos ter vergonha daqui a quatro anos», referindo-se, naquela data, ao subsídio de risco e à violência contra os polícias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Em 2024, é lamentável, mas é verdade: nada foi feito.

Aplausos do CH.

Mas a vergonha não é do Chega, que sempre esteve e sempre estará ao lado dos polícias.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Isso!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — A vergonha é de quem governou ao longo dos anos. A vergonha é da esquerda, que, sempre que pode, aproveita para atacar os polícias...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Exato!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — ... e ignora aquelas que são as reivindicações mais do que justas — eu diria até mínimas.

Como é que podemos exigir a estes homens e mulheres que façam o seu trabalho, se não lhes damos condições para isso?

Os guardas-florestais, por exemplo, estão inseridos na hierarquia da GNR, usam os mesmos veículos, as mesmas fardas, as mesmas armas, são um órgão de polícia criminal, mas não têm direito a subsídio de risco, nem de turno, nem de escala.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Exatamente!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Trabalham fins de semana, fazem missões com outros militares do SEPNA (Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente), muitas vezes em patrulhas mistas, mas, no fim do mês, levam para casa 800 €.

Aplausos do CH.

Os guardas prisionais, também eles, têm sido recorrentemente esquecidos nesta matéria.

Todos estes profissionais têm reivindicações justas, necessárias e, especialmente, que beneficiam não só a eles, mas toda a sociedade. As suas carreiras devem ser valorizadas. Estas profissões precisam de ser mais atrativas. Não podemos continuar a ficar com concursos em que as vagas ficam preenchidas pela metade. É preciso apostar na formação, rever a tabela de gratificados e as tabelas remuneratórias e assegurar subsídio de risco a todas as forças de segurança, com um valor justo e equitativo, além de ser necessário respeitar a pré-aposentação.

Por outro lado, e à parte das questões remuneratórias, é preciso assegurar o respeito pelas forças de segurança.

No ano de 2023, foram agredidos 1300 polícias, só entre janeiro e agosto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado! É verdade!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Em 2022, em média, foram agredidos seis polícias por dia. Ainda esta semana, um polícia foi gravemente agredido em Portalegre, estando hospitalizado e tendo sido sujeito a uma cirurgia devido a essa mesma agressão, a quem desde já desejo as rápidas melhoras.

Aplausos do CH.

Todos os dias, os polícias saem à rua para manter a ordem e para nos defenderem e estão sujeitos a violência e a faltas de respeito. Tudo isto, com um suplemento de risco com uma componente fixa que ronda os 100 €.

Ser polícia hoje é, mais do que nunca, exemplo de coragem e resiliência,...

Aplausos do CH.

... ficando desde já aqui prestada, pelo Chega, a sua justa homenagem e agradecimento.

As suas funções tornam-se ainda mais importantes num quadro de aumento da criminalidade e especialmente da criminalidade violenta e grave.

Estes números não vão melhorar se ignorarmos a situação em que se encontram as forças de segurança, se continuarmos a ignorar que são mal pagos, que trabalham muitas vezes em esquadras sem condições, que têm camaratas também sem condições, sem o equipamento necessário e, às vezes, nem veículos têm.

Como é que vamos conseguir mudar esta tendência de aumento da criminalidade, especialmente do aumento da criminalidade grave, sem alterar as circunstâncias em que os polícias se encontram?

Aquilo que acontece é que reiteradamente nos esquecemos de que os polícias também são pessoas, têm família, precisam de pagar as suas contas.

Se a situação atual não se inverter, nós veremos cada vez mais polícias a abandonar a profissão, uma menor capacidade de atrair novas pessoas para estas carreiras e, conseqüentemente, teremos ruas mais inseguras, por evidentemente haver uma incapacidade de resposta e um enorme sentimento de impunidade.

Termino, deixando um desafio ao PSD: tal como pedido pelos sindicatos, sentem-se à mesa com eles, mas, dando sinais claros de compromisso para com os polícias, demonstrem que estão efetivamente de boa-fé e cumpram finalmente a vossa palavra. As nossas forças de segurança merecem.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem dois pedidos de esclarecimento. Pretende responder em conjunto?

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Neves de Sousa, do Partido Social Democrata.

O Sr. **Pedro Neves de Sousa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, como é óbvio, penso que todos nós aqui, nesta Assembleia da República, sabemos qual é a importância das forças de segurança e que essa importância está muito relacionada com aquilo que é a paz, a tranquilidade e a ordem públicas, que devem prevalecer numa democracia como aquela que nós temos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Neves de Sousa** (PSD): — Mas a verdade é que o PSD e o CDS tomaram posse neste Governo há muito pouco tempo e a verdade é que o cenário que encontraram foi um cenário de grande intranquilidade na Administração Pública.

Infelizmente, não foi só nas forças de segurança. Foi no caso dos oficiais de justiça, com greves anunciadas nos tribunais, e foi também o caso dos professores.

E acredite que, neste período de tempo, alguns desses problemas já foram solucionados. Aquilo que não tinha solução na área da educação foi solucionado, aquilo que aparentemente era muito difícil na área da justiça já foi solucionado e as forças de segurança também vão ser solucionadas.

A verdade é que, por parte deste Governo, houve sempre um compromisso de diálogo, de diálogo com os trabalhadores da função pública das várias áreas, para que se encontre a desejada paz social.

Por isso mesmo é que este Governo — e o programa eleitoral e o Programa do Governo assim o dizem — fez com que assumíssemos um compromisso de diálogo, mas não só de diálogo, de resolução dos problemas. Porque, Sr.^a Deputada, é muito fácil falar,...

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Mais fácil é prometer!

O Sr. **Pedro Neves de Sousa** (PSD): — ... mas mais difícil é fazer, é concretizar, é efetivar, e o que este Governo fez em dois meses foi mais do que o Governo do Partido Socialista fez nos últimos oito anos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Também não é difícil!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Às forças e serviços de segurança, é verdade! E o resto...

O Sr. **Pedro Neves de Sousa** (PSD): — Sr.^a Deputada, há várias formas de negociar, e a Sr.^a Deputada, que tem formação jurídica, sabe disso. Quando tentamos chegar a um acordo com a parte contrária, temos duas soluções: ou se começa a apresentar propostas muito baixinhas, para que a parte contrária diga que não, e isso cria instabilidade e um clamor social, ou se apresentam propostas sérias.

E a pergunta que lhe quero deixar — e esta reflexão é muito importante — é a seguinte: acha que 300 € por mês é um valor reduzido, perante o que ganham, neste momento, as forças de segurança?

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Neves de Sousa** (PSD): — Não acha que 300 € por mês para a PSP e para a GNR é uma proposta séria deste Governo, que pretende resolver o problema que, neste momento, se vive? Era esta a questão.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Vaz, do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, o líder do PSD, candidato a Primeiro-Ministro e hoje Primeiro-Ministro, dizia na campanha eleitoral que a reivindicação das forças de segurança relativamente ao suplemento remuneratório era justa e havia prioridade assumida na resolução desta questão.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Posteriormente, ainda no debate que teve com o líder do Partido Socialista, afirmou e, nomeadamente, voltou a criticar a injustiça e a concordar com as reivindicações pela injustiça criada relativamente ao suplemento remuneratório que tinha sido atribuído à Polícia Judiciária.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso! Tal e qual!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Já Primeiro-Ministro, disse que era importante ter em conta que qualquer alteração provoca mexida muito substancial nas contas do País, para não estarmos a falar em cenários irrealistas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tal e qual! Quanto aumentou e quanto é que propõe?

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Isto é, antes das eleições, concordava com a reivindicação de um suplemento remuneratório igual ao da Polícia Judiciária; depois das eleições, a história já não é bem assim.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Peçam desculpa às forças de segurança!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Por outro lado, o partido Chega tem proposto, para uma série de carreiras especiais da Administração Pública, não só para as forças de segurança, uma série de aumentos — aumentos de 20 % para os profissionais de saúde, a reposição total do tempo dos professores, o equipamento total das forças de segurança, o suplemento das forças de segurança igual ao da Polícia Judiciária, aumentos de pensões e reduções de impostos, em montantes mais ou menos estimados de mais de 13 000 milhões de euros por ano.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ouviram?!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Portanto, a questão que lhe queria colocar, Sr.^a Deputada, é a seguinte: considera o Chega que o suplemento atribuído a um órgão de polícia criminal, que é a Polícia Judiciária, que tem missões diferentes da missão das forças de segurança, deve ser exatamente igual ao suplemento que é atribuído às forças de segurança, à polícia e à GNR? É essa a pergunta que gostava de lhe fazer.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD, do CH e do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ainda vos vou ver a votar o contrário disso!

O Sr. **Presidente**: — Agora, vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, para responder.

Continuação de protestos de Deputados do PSD, do CH e do CDS-PP.

Srs. Deputados, dou a palavra à Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, para responder. Tem 3 minutos.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Neves de Sousa, de facto, e sendo sucinta, efetivamente o Chega não considera que essa é uma proposta séria.

Como o Sr. Deputado sabe, neste momento existe uma componente fixa, que é de cerca de 100 €, e uma componente variável de 200 e tal euros. Portanto, quanto a oferecer 300 € até 2026,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quanto é que a Sr.^a Deputada dá?

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — ... estamos de acordo, obviamente, com as reivindicações das polícias...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — ... e não, não achamos que seja uma proposta séria.

Aplausos do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quanto é que o Chega propõe?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Podia ter feito a pergunta!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — O Chega tem uma proposta em que, por acaso, o PSD, na anterior Legislatura, se absteve. Portanto, a proposta era de 500 €.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, abstiveram-se!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — 500 €! Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Alguém dá mais?!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — De qualquer forma, Sr. Deputado,...

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada está a responder aos pedidos de esclarecimento que foram feitos, não aos pedidos de esclarecimento que estão a ser feitos.

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Deputado Pedro Vaz, no que diz respeito ao Partido Socialista, eu gostava de recordar alguns pontos que me parecem fundamentais para esta discussão.

Na anterior Legislatura, o Chega apresentou uma iniciativa para aumentar para 500 € a componente fixa do suplemento de serviço e risco das forças de segurança,...

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — E para 600?

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — ... apresentou um projeto para criminalizar o incitamento ao ódio contra os membros dos órgãos de polícia criminal,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ouve e aprende!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — ... apresentou um projeto pela prevenção do suicídio nas forças de segurança, apresentou um projeto para a abertura do processo negocial para a alteração dos índices remuneratórios da Polícia de Segurança Pública,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E mais e mais e mais!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — ... e por aí adiante.
Sabe o que é que todos estes projetos têm em comum? O Partido Socialista votou contra todos!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Todos!

Aplausos do CH.

Por isso lhe digo, Sr. Deputado, que, nesta matéria, parece-me que o Partido Socialista deve pedir para sair e não para falar,...

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — ... porque aqui não tem nada, nada a acrescentar.

No que diz respeito também à diferenciação entre as forças de segurança, parece-me evidente que o Chega não concorda com essa diferenciação. Todos os polícias têm a sua função, têm a sua importância,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — ... e criar discriminações não é benéfico nem para as pessoas,...

Protestos do Deputado do PS Pedro Vaz.

... nem para a sociedade, nem para os polícias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — Portanto, parece-me que, nessa matéria, o Partido Socialista também está mais do que apresentado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, da IL.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A liberdade de expressão foi o fator mais determinante no desenvolvimento das sociedades civilizadas. Poucos passos teriam sido dados na política, na sociedade e na ciência sem a liberdade de expressão. Avanços científicos, políticos e sociais, que temos hoje por garantidos e consensuais, teriam sido impossíveis de alcançar sem a liberdade de expressar ideias que chocavam, que contrariavam as crenças de cada momento e as verdades tidas por absolutas. A liberdade de expressão é um fator de promoção de desenvolvimento, mas não tem uma função puramente utilitarista.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Como todas as liberdades!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — A liberdade de expressão é um pilar fundamental da democracia e, principalmente, uma liberdade individual, sem a qual todas as outras não podem existir.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Defender verdadeiramente a liberdade de expressão é defendê-la para todos, incluindo para os que consideramos ignorantes ou fanáticos.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Como todas as verdadeiras liberdades, a liberdade de expressão é universal e indivisível: ou existe para todos ou não existe verdadeiramente. Não haveria verdadeiramente liberdade religiosa se ela fosse só para cristãos, judeus ou muçulmanos. Não haveria verdadeiramente liberdade individual se ela fosse garantida apenas a pessoas de determinado sexo ou etnia. Como qualquer outra liberdade, também a liberdade de expressão só existe verdadeiramente se for para todos e garantida sem reservas.

Por isso, iremos sempre defendê-la para todos, desde o académico na universidade ao cidadão comum nas redes sociais, passando por jornalistas e políticos, independentemente de concordarmos com eles. A liberdade de expressão é um direito e não um privilégio concedido sob reserva.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — A liberdade de expressão não deve ser racionada, nem é um prémio destinado apenas aos que obedecem ou dizem apenas aquilo que lhes é pedido. A liberdade de expressão é um direito humano e não uma recompensa por bom comportamento.

Aplausos da IL, do CDS-PP e de Deputados do PSD.

Quando restringimos a liberdade de expressão de quem não gostamos, não enfraquecemos só aqueles de quem não gostamos; enfraquecemo-nos a nós próprios, negamos a todos, incluindo a nós mesmos, o direito de ouvir e contra-argumentar, de desmontar as ideias dos outros, condenamo-nos a nós e aos outros a ficarmos fechados em bolhas, numa prisão intelectual, onde só ouvimos as nossas opiniões e as de quem pensa algo parecido.

Mas defender a liberdade de expressão incondicional não equivale a endossar tudo aquilo que é dito e escrito, por muito questionável que seja.

Defender a liberdade de expressão de todos não significa concordar com aquilo que cada um diz. Aqueles que desejam limitar a liberdade de expressão tentam confundir as duas coisas, propositadamente, para condicionar os defensores da liberdade de expressão. Alguém que defenda a liberdade de expressão de forma honesta e coerente irá defendê-la mesmo quando — ou principalmente quando — discorda fortemente de quem está a defender.

A liberdade de expressão também significa que somos livres para responder da forma que queremos ao que não concordamos. Exercer a sua liberdade de expressão, dizer aquilo que pode desagradar a alguns, também implica saber ouvir respostas de que podemos não gostar.

Se permitir não é concordar, criticar também não é cancelar. Criticar e desafiar com palavras é a única resposta digna a outras palavras, porque não nos podemos esquecer de que quando falamos de liberdade de expressão, estamos a falar de palavras. As palavras podem ser instrumentos poderosos, mas, por si só, não mudam a realidade. As palavras não são ações e, por isso, a sua expressão não equivale à ação que descrevem. Por muito explosivas que as palavras sejam, não são bombas. Por muito duras que as palavras sejam, não são pedras. As palavras até podem magoar, mas não são armas físicas. Para parar uma ameaça física, pode-se usar a restrição física, a prisão e até a violência, se necessário. Mas a resposta a palavras agressivas não é a agressividade física, mas sim outras palavras que as contrariem.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Daqui a pouco tempo, marcam-se os 10 anos do terrível ataque à revista *Charlie Hebdo*, em que terroristas responderam a palavras e desenhos com ações. Nessa revista, expressavam-se ideias que, certamente, causarão repulsa a muitos de nós. Mas, na altura, apesar da repulsa, todos, da direita à esquerda, se disseram *Charlie*. Quantos hoje não qualificariam algum do conteúdo *Charlie Hebdo* como discurso não merecedor de defesa de liberdade de expressão? Quantos hoje não estariam disponíveis para aprovar legislação que impedisse alguma daquelas publicações? Ou seja, quantos hoje defendem que o monopólio estatal do uso da violência seja usado para impedir que algumas palavras sejam ditas? Da nossa parte, responderemos a palavras com palavras e não com agressões ou com limitações legais.

Da nossa parte, seremos sempre *Charlie*, sempre em defesa da liberdade de expressão e de uma sociedade livre.

Aplausos da IL, do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento e tenho indicação de que responde em simultâneo.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Rita Matias, do Chega, se faz favor.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto: «(...) não sou feminista, porque me considero uma mulher realizada [...] — aliás — [...] O feminismo, em minha opinião, é uma luta de mulheres frustradas que pretendem uma igualdade que nunca atingiram.» Esta frase que acabei de dizer podia ser minha, mas não é. É uma frase de Vera Lagoa ou Maria Armada Falcão,...

Protestos de Deputados do PS.

... uma das primeiras jornalistas mulheres, uma amante de liberdade de expressão, alguém que batalhou contra o antigo regime e que rapidamente identificou os vícios do novo regime.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Até tem uma série na televisão!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Há um detalhe: esta personagem foi completamente apagada dos últimos 50 anos da história da nossa democracia.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E muito mal! Muito mal!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — E porquê? Porque temos uma cultura de cancelamento que vai avançando de tal forma que até esta pequena frase que aqui citei conseguiu desestabilizar,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Oh! Oh! Oh!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... porque vivemos um período de ditadura do pensamento único, em que parece que temos de estar em cómodas, em gavetas, das quais não podemos sair.

Aplausos do CH.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É verdade, é verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Olhe para eles todos contentes!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É assustador vivermos num mundo em que, se sou mulher, tenho de ser feminista; em que, se sou racializada, tenho de me identificar nas palavras de Mamadou Ba; ou, por exemplo, se sou homossexual, tenho de olhar para a bandeira do arco-íris e rever-me.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente! Tem, tem! Experimentem fazer ao contrário!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Aquilo que eu quero saber hoje é: neste novo mundo, de que lado fica a Iniciativa Liberal?

É porque a sua posição não tem sido clara. Às segundas, quartas e sextas, gostam de defender a liberdade de expressão. O problema é que nos outros dias abraçam estas formas de coletivismo, estas formas de avanço do comunismo, e o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, como economista, sabe que, quando a teoria económica do comunismo e quando o regime comunista mostrou que não conseguiria triunfar, avançaram para uma forma açucarada, que é esta, da imposição de novos coletivos.

Afinal, de que lado é que os liberais vão ficar? Vão permitir o avanço desta cultura *woke*, desta extrema-esquerda e desta esquerda que limita cada vez mais a liberdade dos jovens, por exemplo, nas universidades, ou vão-se juntar aos patriotas, àqueles que querem combater a Agenda 2030, a agenda globalista que reconhece que, acima de tudo, somos seres menos livres e que queremos caminhar para a liberdade?

Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, entre a liberdade e o totalitarismo, o Chega escolhe sempre a liberdade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — E a Iniciativa Liberal, vai continuar a ficar ao lado do totalitarismo?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para formular um pedido de esclarecimento, dou a palavra à Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre. Faça favor.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, nós concordamos, somos pela defesa da liberdade de expressão, somos contra a censura e também sabemos que os crimes de ódio têm aumentado no País. E por isso, tenho uma pergunta muito simples para lhe fazer: como é que protegemos a liberdade de expressão e a liberdade de todas as pessoas, quando o aumento dos discursos de ódio provoca aquela que é a pior censura, que é a autocensura,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Deputado Rui Tavares!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... que inibe as pessoas de se mostrarem como são e de mostrarem a sua identidade? Estamos a falar, por exemplo, do caso de pessoas ciganas,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E das pessoas do Chega também?

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... que são constantemente atacadas por discursos de ódio e que, muitas vezes, têm de esconder que são pessoas ciganas para poderem ter acesso a um emprego e para viverem na sua plenitude.

E, portanto, como é que protegemos a liberdade de expressão de todas as pessoas, incluindo daquelas que são vítimas do discurso de ódio...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — As pessoas do Chega, por exemplo.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... e que veem a sua própria liberdade de expressão inibida por uma autocensura que é provocada pelo mal-estar e pelo discurso de ódio que outros provocam?

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Eles têm lá autocensura!

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, para responder. Tem 3 minutos, se faz favor.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço às Sr.^{as} Deputadas Rita Matias e Isabel Mendes Lopes.

Começando por responder à Sr.^a Deputada Rita Matias, pode ter a certeza de que nós estaremos sempre na defesa da liberdade de expressão, mas tal como disse ali, na tribuna, defenderemos sempre o seu direito a dizer aquilo que pensa, mesmo quando discordamos. Mas também defenderemos o direito de quem discorda de si, de criticar aquilo que diz. Faz parte! Quem usa a sua liberdade de expressão tem de respeitar a liberdade de expressão dos outros.

Criticar não é cancelar. Há cancelamentos, mas criticar, até criticar em massa, não é cancelar, faz parte da liberdade de expressão. E da mesma forma que nós respeitaremos sempre a sua liberdade de expressão de dizer aquilo que bem entende, respeitaremos também a liberdade de expressão de quem a critica, de quem nos critica a nós pelas nossas posições, e essa será sempre a nossa posição.

Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, como eu disse, palavras não são ações, e acho que é importante distinguir as duas coisas...

Protestos da Deputada do L Isabel Mendes Lopes.

... e, acima de tudo, é importante distinguir aquilo que referi, não tentar fazer essa confusão, porque essa confusão é sempre um ataque a quem defende a liberdade de expressão. Defender a liberdade de expressão de algumas pessoas não é defender aquilo que elas dizem, porque palavras não são ações, a não ser que as próprias palavras façam parte de uma ação.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Lá está!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Ninguém diria que duas pessoas a falar ao telefone combinando matar alguém estão no exercício da sua liberdade de expressão. Não estão, porque aquelas palavras fazem parte de um processo de ação. Portanto, nós estaremos sempre na defesa de que as pessoas podem dizer coisas mesmo que nos crie algum tipo de repulsa. Mas nunca nos podemos esquecer: palavras são palavras, não são armas.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — E o discurso de ódio?

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Uma palavra, por muito afiada que seja, não é uma espada; por muito explosiva que seja, não é uma bomba.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Deputada Marisa Matias.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Escreveu Mosab Abu Toha, o poeta palestino e bibliotecário em Gaza, que um lar «é a sombra das árvores no caminho para a escola antes de serem arrancadas / é o retrato a preto e branco do casamento dos meus avós antes de as paredes desmoronarem [...] / é o forno onde a minha mãe cozia pão e assava frango antes de uma bomba reduzir as nossas casas a cinzas.»

Um lar é onde cabe tudo o que está a ser retirado aos civis em Gaza.

Jorge Moreira da Silva, Diretor-Executivo da UNOPS (United Nations Office for Project Services), dizia, há dias, já não encontrar adjetivos para descrever o que se passa em Gaza, que neste momento já não vivemos uma crise humanitária, mas sim uma crise da humanidade.

Mais de 35 000 pessoas mortas, mais de metade destes mortos e assassinados são crianças e mulheres; mais de 100 000 crianças órfãs; dezenas de milhares de pessoas feridas e amputadas.

O que está a acontecer em Gaza tem nomes, e esses nomes são: ocupação, genocídio, limpeza étnica. Corpos soterrados, valas comuns, crise sanitária profunda, com corpos em decomposição nos escombros. Um cheiro de carne podre insuportável, é o que nos dizem. São estas as descrições de quem está lá a viver ou a tentar, pelo menos, sobreviver. Falta tudo. Faltam alimentos, medicamentos e água.

Às bombas, Israel usa a fome como arma de guerra. Israel está a levar a cabo uma nova *Nakba*, com a cumplicidade dos Governos europeus.

O Serviço de Ação Antiminas da ONU (Organização das Nações Unidas) estimou que, no final de abril, havia 37 milhões de toneladas de detritos em Gaza e que pelo menos 10 % dos engenhos que foram disparados não explodiram. Por isso, estão misturados. É este o perigo adicional que existe.

Há 14 anos, eu entrava pela primeira vez em Gaza, no primeiro grupo que conseguiu romper o bloqueio total imposto por Israel. Entrei por Rafah, onde hoje estão mais de 1 milhão de pessoas deslocadas a morrer à fome, onde assistimos a imagens de horror e inferno e onde, há poucas semanas, as tendas dos refugiados foram bombardeadas, depois de lhes terem dito que estavam em segurança.

Desde 7 de outubro, há já poucas paredes que sobram, incluindo hospitais e escolas.

Esmaga-nos a total impunidade de um Governo que não olha a meios para aniquilar um povo.

É a ajuda humanitária que não chega porque Israel não deixa e, quando deixa, seleciona. À porta de Rafah, acumulam-se as filas de camiões parados. Impedem a entrada de serviços e materiais médicos, de materiais para construir cozinhas, de paletes carregadas com água, porque, segundo eles, podem ter utilização dupla, civil e militar. Impedem a entrada de *croissants* com chocolate. E porquê? Porque, segundo eles, *croissants* com chocolate são um luxo e não ajuda humanitária. Estas não são palavras minhas, são relatos da Cruz Vermelha que, na fronteira, tenta organizar a entrada e distribuição de bens.

Quando o Tribunal Internacional de Justiça decretou que o Estado de Israel teria de tomar medidas para evitar o genocídio, o que aconteceu? O Estado de Israel diminuiu a entrada da ajuda humanitária. Quando o Tribunal Penal Internacional emitiu um mandado internacional de captura contra Netanyahu, o que é que aconteceu? O Estado de Israel mandou disparar sobre tendas de refugiados em Rafah. Tudo isto com a cumplicidade da comunidade internacional.

Que nunca se confunda um regime colonial e sionista, como o do Governo israelita, com o judaísmo e que não se permita que as atrocidades e crimes cometidos pelo regime sionista possam alimentar discursos antissionistas... anti-semitas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ah!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — E que nunca se permita também que quem quer propositadamente fazer essa confusão a use como desculpa para não agir perante um genocídio que está em curso.

Perante os assassinatos indiscriminados com recurso a armas europeias, esperaríamos dos países europeus uma voz firme a favor do embargo de armas a Israel e esperaríamos isso, também, do Governo português.

Perante a evidência trazida pelo Tribunal de Haia, só poderíamos esperar que, à semelhança da declaração de intervenção apresentada a 10 de julho de 2022, no processo da Ucrânia contra a Federação Russa, vários países se tivessem associados à ação da África do Sul e esperaríamos isso, também, do Estado português.

Perante os discursos recorrentes em relação à solução de dois Estados, esperaríamos que os Governos europeus que ainda não o fizeram reconhecessem o Estado da Palestina e continuamos a esperar isso do Estado português.

Para haver uma solução de dois Estados, é preciso que se reconheçam ambos, senão são só palavras ao vento.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — O Bloco deu entrada de projetos de resolução para o reconhecimento do Estado da Palestina e para que Portugal se associe ao processo da África do Sul. Esperamos, sinceramente, não haver maioria de cúmplices e, sim, sermos acompanhados pela maioria na libertação do povo palestino.

Aplausos do BE, do PAN e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Estamos a organizar os pedidos de esclarecimento.

Pausa.

A Sr.^a Deputada tem seis pedidos de esclarecimento. Como é que pretende responder?

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Respondo três a três.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.^{as} e os Srs. Deputados e cumprimento também o Bloco, em particular por nos trazer este tema. De facto, o genocídio que está a ocorrer na Faixa de Gaza deve merecer a nossa atenção, quer enquanto País, quer da comunidade internacional, para que sejam envidados todos os esforços para pôr fim a esta guerra sem qualquer sentido.

Nós não confundimos os regimes, efetivamente, com o povo, quer palestino, quer israelita, mas, na verdade, deve haver uma responsabilização, nomeadamente de Netanyahu e também do Hamas, pelos crimes de guerra que têm sido cometidos e que a própria ONU já reconheceu que foram efetivamente cometidos.

Mas a reposição da paz, a reconstrução da Palestina e a ajuda humanitária dificilmente vão ser feitos se países como Portugal continuarem a negar o reconhecimento dos dois Estados.

Para o PAN, é incompreensível que o Governo português ache que deve ser um caminho conjunto e não isolado, como já aconteceu, por exemplo, na vizinha Espanha, que reconheceu que a Palestina deve ter direito a este mesmo reconhecimento.

Imaginamos que o Bloco nos acompanhe neste reconhecimento, ou seja, que o Estado português deve ir mais longe, deve ter, de facto, a coragem e, acima de tudo, a humanidade de reconhecer que é mais do que uma causa justa e, por isso mesmo, o PAN já aqui trouxe várias recomendações neste mesmo sentido.

Por outro lado, não obstante o embargo do armamento que acompanhamos também, acreditamos que devemos ir mais longe enquanto comunidade internacional. O negócio da guerra tem de ser travado em todas as suas dimensões. É por isso que o PAN tem defendido que devemos colocar uma taxa sobre o armamento, sobre este negócio, para que possa reverter, não só pelos projetos de paz, os crimes de ecocídio. Não podemos continuar a ter os Estados a alimentarem o próprio negócio da guerra e a não haver — a par de outros esforços de cooperação humanitária e de reposição da paz — também aqui uma taxa que possa, de alguma forma, evitar que ainda haja quem lucre à conta do genocídio e à conta da destruição de outros povos e de outros Estados. E perguntamos, por isso, se nos acompanham também nesta posição.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, para formular um pedido de esclarecimento. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Marisa Matias, são de facto o escândalo moral do nosso tempo as atrocidades que se estão a verificar em Gaza, perante a passividade da comunidade internacional e a impotência de nós todos que nos preocupamos com os direitos humanos...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ninguém fala dos reféns?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... e que sabemos, como aliás dissemos aqui, neste mesmo Parlamento, logo a seguir aos hediondos atentados terroristas de 7 de outubro, que nos preocupamos com o mínimo patamar de decência, de limiar da humanidade, que é sabermos que aquelas crianças não escolheram onde nascer...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ninguém escolhe!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ninguém escolhe,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... mas alguém por elas, e esse é o problema, Sr. Deputado Hugo Soares. Alguém por elas escolhe quantas bombas mandar e como fazê-las morrer. E é esse o escândalo moral do nosso tempo e é isso que nos deve convocar.

Protestos do CH.

E acho que estamos todos irmanados no sentido do horror em relação ao que se pode passar. Podemos ir tão para trás na história deste conflito quanto quisermos — até aos tempos bíblicos e mais atrás —, mas, na verdade, de uma coisa não nos escapamos: é que aquelas crianças que agora morreram, que perderam a vida, perderam-na no nosso tempo, sob os nossos olhares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Estamos de acordo!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E, portanto, importa saber o que fazer, e é para isso que é dirigida a minha pergunta, duas perguntas, aliás. Uma primeira tem a ver com o reconhecimento do Estado da Palestina. Evidentemente, não pode haver solução de dois Estados sem serem reconhecidos os dois Estados. E, portanto, do ponto de vista do direito nacional e internacional, e também do ponto de vista prático — que é depois o posterior das relações entre Estados —, há uma questão que quero colocar e que tem a ver com a Autoridade Palestiniana, a Organização para a Libertação da Palestina, que é na verdade o depositário, segundo o direito internacional, dessa capacidade de representação do povo palestino e a forma de garantir que é afastada qualquer organização terrorista — em particular o Hamas — do reconhecimento dessa independência. Ou seja, essa independência nunca pode ser a forma de permitir ao Hamas o controlo sobre os palestinianos; antes pelo contrário, deve ser a forma de dizermos aos extremistas de qualquer dos lados...

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado. Está com 15 segundos de vantagem, obrigado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... que não ganharão esta guerra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É sempre igual, sempre igual! Tanto tempo para não dizer nada!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E, muito rapidamente, quero perguntar também como fará a comunidade internacional...

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado. Está compreendido.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... para o passo seguinte, que é o da reconstrução da Palestina.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, para formular um pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, cumprimento a Sr.^a Deputada Marisa Matias pelo tema que traz à discussão. O genocídio perpetrado por Israel contra o povo palestino prossegue oito meses depois de uma violência brutal: mais de 36 000 palestinianos, dos quais mais de 15 000 crianças, foram assassinados, mais de 86 000 feridos.

Contra o clamor mundial que exige o cessar-fogo e contra as ordens do Tribunal Internacional de Justiça emitidas na sequência da acusação por genocídio apresentada pela África do Sul contra Israel, este bombardeou um campo de refugiados nos arredores de Rafah, numa área anteriormente designada como zona segura. Ainda hoje, foi conhecida a denúncia pela Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos das práticas de crimes de guerra, de massacres em massa, do recurso sistemático à tortura por Israel.

O isolamento de Israel é crescente: a Irlanda, a Noruega e a Espanha juntam-se aos 140 Estados que já reconhecem o Estado palestino.

Portugal continua sem reconhecer o Estado da Palestina, o que é condenável. É tempo de acabar com a hipocrisia e o cinismo. É tempo de Portugal reconhecer formalmente o Estado da Palestina, apoiando o seu povo na luta pelos seus direitos nacionais. Mas é também tempo de um esclarecimento do Governo quanto à inadmissível cooperação militar entre Portugal e Israel.

E as questões que gostaria de colocar são as seguintes: não concorda que o Governo tem de assumir uma posição clara, no contexto da União Europeia, defendendo a suspensão de um acordo de associação entre a União Europeia e Israel? Pergunto ainda se não concorda que há um posicionamento que é urgente: apelar a um cessar-fogo imediato e duradouro, exigir o fim definitivo dos bombardeamentos e das deslocações forçadas da população, exigir a proteção do povo palestino em Gaza e na Cisjordânia, exigir a entrada da ajuda humanitária necessária, o levantamento do infame bloqueio que, desde 2006, transformou a Faixa de Gaza numa prisão a céu aberto, reclamar a libertação de todos os presos palestinianos e todos os reféns israelitas, avançar para o imediato reconhecimento do Estado da Palestina por Portugal, soberano e independente, com as fronteiras de 1967 e capital em Jerusalém Oriental e a efetivação do direito ao retorno dos refugiados, em suma, dando cumprimento às Resoluções das Nações Unidas.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra à Sr.^a Deputada Marisa Matias. Faça favor.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, quero agradecer às Sr.^{as} Deputadas Inês de Sousa Real e Paula Santos, assim como ao Sr. Deputado Rui Tavares, pelas questões que colocaram. Eu acompanho as preocupações que foram suscitadas nas três intervenções, permitam-me que as responda também de forma mais ou menos englobada, apenas com alguns detalhes específicos em relação à Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

Acompanhamos — como referi — o que disse em relação às taxas sobre o armamento e a reversão dessas taxas, do que poderia ser a receita dessas taxas para a paz e para o ecocídio. É evidente que são escandalosos os lucros da indústria do armamento, que, a par da saúde, são os maiores negócios a nível mundial e nunca a indústria do armamento aumentou tanto como agora. Pelo menos desde a Segunda Guerra Mundial, este é o momento em que está a aumentar mais e, obviamente, tem de haver um travão.

Mas creio que tem de haver também um trabalho mais profundo na política do desarmamento, ou seja, este é um caminho sem fim, mas tem de haver esse trabalho na política do desarmamento, coisa que não está a acontecer. A verdade é que não há nenhum caminho para a paz, se continuarmos nesta corrida ao armamento como até hoje.

Em relação às outras questões, acompanho, como disse, todas as questões relacionadas com a independência, o reconhecimento do Estado da Palestina, a libertação do povo palestino, o fim do bloqueio, o reconhecimento de todas as resoluções das Nações Unidas.

Especificamente em relação ao Deputado Rui Tavares, é verdade que é preciso dar um reconhecimento à OLP, a Autoridade para a Libertação da Palestina, é preciso que esse reconhecimento exista. E é lamentável que se ignore muitas vezes que o próprio povo palestino que é refém do Hamas, em certa circunstância,...

Vozes do PSD: — Ah!!!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Ah, o quê?

O Sr. **Ricardo Santos** (PSD): — É bom dizer!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — ... é um povo — eu não sei quando é que disse qualquer coisa diferente disto, mas sinceramente há muitas surpresas neste momento — que está refém, também, porque infelizmente existe um bloqueio que não permite a nenhuma daquelas pessoas que está em Gaza ou até na Cisjordânia sair para outro lugar. Em particular em Gaza, porque não são apenas as entradas por via de Israel, mas a própria entrada do Egito, a fronteira entre a Palestina e o Egito, que é controlada por Israel e que deveria ser, obviamente, controlada pela Autoridade Palestiniana e pelo Egito. E esse trabalho tem de ser feito.

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

Aliás, o papel de Israel na constituição, na criação, no financiamento do Hamas é conhecido! Foi o próprio Yitzhak Rabin, insuspeito vencedor do Prémio Nobel da Paz, que reconheceu o papel que Israel teve — e condenou esse papel — na criação do Hamas, precisamente para eliminar qualquer possibilidade de a Autoridade Palestiniana governar o seu povo e viver em autonomia.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É só disparates!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Portanto, há aqui um círculo vicioso que se tem de romper.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Fala dos reféns!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — E rompe-se, nomeadamente, como disse a Sr.^a Deputada Paula Santos, acabando com o acordo de associação.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — São 220 reféns!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Existem artigos no acordo de associação, nomeadamente o segundo artigo, relativo ao cumprimento dos direitos humanos, que são violados há muito tempo: são violados com a ocupação,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — As mulheres também são violadas em Rafah!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — ... são violados com os colonatos, e é escusado dizer que são violados num contexto de crimes de guerra como aquele que estamos a viver agora.

Aplausos do BE.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Vergonha! Nem uma palavra para os reféns!

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da IL.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Marisa Matias, queria agradecer-lhe o tema que trouxe hoje para a declaração política do Bloco de Esquerda, e, no início deste meu pedido de esclarecimento, neste enquadramento, quero-me concentrar naquilo que penso que temos em comum — não apenas o Deputado Rodrigo Saraiva e a Deputada Marisa Matias, ou a Iniciativa Liberal e o Bloco de Esquerda, mas aquilo que acredito que é mais consensual na sociedade.

O primeiro ponto em comum é a condenação pela morte de civis, a condenação pela morte de funcionários humanitários, a condenação pela morte, até, de jornalistas, que acontece quando existem conflitos.

Em segundo, gostei de ouvir, na sua intervenção, que não se deve confundir povos com Estados, povos com governos, governos com Estados, por que cada coisa é a sua coisa e essa confusão não deve ser feita. Para alguns é conveniente, mas essa separação tem de ser feita.

Depois, o reconhecimento ou a defesa pela existência de dois Estados. É a postura mais consensual e mais comum.

E, também, o recente apoio que, felizmente, o Governo português deu ao reconhecimento da Palestina como membro pleno das Nações Unidas, indo ao encontro do artigo 4.º da Carta das Nações Unidas, reconhecendo a admissão de Estados e povos que são amantes da paz.

A questão é que, neste momento, não há paz naquele território. Há um conflito — não entre dois Estados, pois, mesmo que a Palestina já fosse um Estado, aquilo que está a acontecer não é um conflito entre dois Estados — entre um Estado democrático e uma organização terrorista. E que organização terrorista!

Quando a Sr.^a Deputada estava a responder aos outros Deputados, gostei de reconhecer no que disse algo que eu tinha escrito para lhe dizer neste pedido de esclarecimento: para além dos 250 reféns que foram feitos

no dia 7 de outubro, para além dos mortos no festival Nova, o Hamas tem o povo palestino refém. E isso é uma das características que impede que avancemos para aquilo que é o reconhecimento do Estado da Palestina neste momento.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Há pouco reconhecia, mas agora já não reconhece!

O Sr. **Presidente**: — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, vou terminar com uma pergunta, pois talvez tenhamos aqui uma divergência de *timing*.

Para haver o reconhecimento do Estado já — é algo que nós desejamos que venha a acontecer, a divergência está no *timing* —, sendo que não há fronteiras acordadas, não há um interlocutor que represente todo o povo e território, não há um Estado coerente e estruturado, não há paz nem paz negociada, a questão que coloco é esta: reconhecer o Estado agora não seria começar a casa pelo telhado?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Rebelo, do Partido Socialista, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Marisa Matias, queremos, evidentemente, cumprimentá-la por ter trazido este tema à sua declaração política. Já passaram oito meses desde os ataques terroristas de 7 de outubro, o que infelizmente já seria suficientemente dramático, e o problema é que esta tragédia não tem oito meses, esta tragédia tem décadas.

De facto, torna-se profundamente constrangedor acompanhar as notícias, acompanhar os desenvolvimentos, e é cada vez mais oportuno termos uma discussão absolutamente determinante nesta questão.

Para o Partido Socialista há um princípio, que é o princípio de dois Estados. Já aqui foi dito, nesta tarde, que não existem dois Estados se não houver reconhecimento de dois Estados, e, naturalmente, estamos a favor do reconhecimento do Estado da Palestina. O Secretário-Geral do Partido Socialista já teve oportunidade de referir que somos pelo reconhecimento do Estado, somos pelo reconhecimento e pelo cumprimento, naturalmente, do direito internacional, sobretudo dos direitos humanos.

Já não há, de facto, adjetivos para esta crise humanitária. Aliás, a Sr.^a Deputada fez aqui referência a o português Jorge Moreira da Silva ter dito que isto já não é uma crise humanitária, é mesmo uma crise de humanidade, e o Partido Socialista acompanha claramente esta posição, a atitude decente a ter.

Repare-se que, há uns tempos, o Partido Socialista defendia efetivamente uma decisão conjunta ao nível da União Europeia, mas é evidente que hoje já não há contexto para essa decisão conjunta, uma vez que temos nove Estados da União Europeia a fazer o reconhecimento do Estado da Palestina. Portanto, tem a garantia de que, se o Partido Socialista fosse Governo neste momento, Portugal já teria feito esse reconhecimento.

Sim, Sr.^a Deputada, os mandatos internacionais são para cumprir, e há apenas uma questão que lhe quero deixar. Já ouvi aqui dizer que na Comissão de Negócios Estrangeiros ninguém fala dos reféns, mas não! O Partido Socialista, naturalmente, também fala dos reféns israelitas. Recebemos familiares, justamente, desses reféns e somos solidários, naturalmente, com o sofrimento daquelas pessoas.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Sr. Presidente, há uma petição pública que vai ser discutida em breve nesta Assembleia, e queria apenas deixar uma pergunta à Sr.^a Deputada Marisa Matias. O Partido Socialista defende, evidentemente, um cessar-fogo imediato, mas essa petição defende...

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — ... determinadas relações diplomáticas com o Estado de Israel que não acompanhamos,...

O Sr. **Presidente**: — Já se compreendeu, Sr. Deputado.

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — ... e espero que o Bloco de Esquerda também não.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Ventura, do Partido Social Democrata.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Cara Deputada Marisa Matias, queria agradecer-lhe o tema que trouxe a esta Casa e que a todos muito sensibiliza.

O PSD tem como ponto cardeal orientador da sua política externa o princípio da dignidade dos povos, da liberdade, da paz e da segurança.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Justamente por isso, acompanhamos com especial preocupação e apreensão a situação humanitária dramática que se vive hoje na Faixa de Gaza.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Mas há uma coisa que o PSD não faz, o PSD não utiliza este tema, que é complexo, delicado, como tema de propaganda política para estimular qualquer tipo de audiência eleitoral.

Aplausos do PSD.

Este é um tema de Estado, e, mais do que proclamações, o PSD tem sobre este tema atos que refletem o nosso sentido de Estado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Ora repare: foi o anterior Governo do PSD e do CDS que, em sede das Nações Unidas, reconheceu à Palestina o estatuto de observador.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Mas reparemos um pouco mais: foi o atual Governo que, em dois meses de mandato, apoiou uma resolução das Nações Unidas para reconhecer a Palestina como membro de pleno direito das Nações Unidas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — O que pretendemos, hoje e para futuro, é uma solução robusta, sólida, de paz e segurança que seja duradoura para dois povos, o povo israelita e o povo palestino.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — E é por essa razão que, mais do que agir sozinhos em nome de alguma proclamação, pretendemos uma solução robusta.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Mas deixe-me dizer-lhe que todos, nesta Casa, sabemos que qualquer milímetro quadrado na Palestina controlado pelo Hamas é um milímetro onde não existe liberdade política para mulheres nem para minorias, onde a comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgénero) é destituída do direito à vida.

Aplausos do PSD.

Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.

Por isso, a questão que gostaria de colocar à Sr.^a Deputada é a seguinte: qual é, para o Bloco, o papel que deve ter o Hamas — a organização terrorista do Hamas — nesta solução de paz que todos desejamos?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Marisa Matias, que dispõe de 3 minutos para responder a este conjunto de pedidos de esclarecimento.

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Sr. Presidente, agradeço também aos Srs. Deputados Rodrigo Saraiva, João Paulo Rebelo e Bruno Ventura pelas questões que colocaram, às quais procurarei responder.

Obviamente, há muitas preocupações que partilhamos, e não vou dedicar-me a elas. Gostaria apenas de responder àquelas em que penso que vale a pena fazer o debate, e não à base comum de defesa dos direitos humanos e da humanidade.

Refere-se sistematicamente a Israel como sendo um Estado muito diferente da Palestina, porque se toma o Estado da Palestina pelo que é o grupo do Hamas e não pela Autoridade Palestiniana. Creio que este é um erro que não se deve cometer, porque quem escolhe ter como interlocutor o Hamas é quem escolhe fazer a comparação e ignorar o peso político e o poder que deve ter a Autoridade Palestiniana.

Portanto, quero deixar muito claro que, em relação à Palestina, em todas as missões e no trabalho que fazemos, o nosso interlocutor é a Autoridade Palestiniana, e não o Hamas. Se há equívocos, não sei de quem é que poderá ser.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não há equívocos, é uma pergunta!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Dito isto, sendo o Estado de Israel um Estado democrático, é também um Estado que está a usar a punição coletiva para justificar uma coisa que é injustificável, obviamente.

É um Estado democrático que está, também, a ter o povo palestino como refém, porque, se é verdade que as pessoas estão a pagar um preço enorme em Gaza — e refiro, para fazer essa distinção, que não podemos confundir a população civil de Gaza com o Hamas, como não podemos confundir o povo judeu com o Estado sionista de Israel —,...

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Não, isso não! Não faça isso!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — ... o Estado de Israel, ao fazer isso no momento em que tem o bloqueio total, é também quem faz com que os palestinianos e os habitantes sejam colocados e mantidos num regime da *apartheid* e que não possam sair de Gaza.

Dito isto, em relação ao reconhecimento do Estado da Palestina, quando é que é o *timing*? Por favor, a resolução das Nações Unidas é de 1967!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Não é de 1967, é de 1948!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Ainda não é o *timing*?!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — De 1967 até 2024 não houve *timing* nenhum para reconhecer os dois Estados?

É incompreensível que se deixe alimentar esta ocupação e que não se deixe avançar com o processo de reconhecimento dos dois Estados.

Além do mais, esperar pela União Europeia é, de facto, ficar em minoria. Diz que não queremos ir sozinhos, mas há 145 países no mundo que reconhecem o Estado da Palestina! Portanto, nós preferimos ficar acompanhados com os 36 que ainda não o reconhecem do que estar sozinhos com os 145 que já o reconhecem.

Por último, em relação ao Sr. Deputado Bruno Ventura, dirigiu-me palavras em como eu estaria a promover propaganda política para estimular a audiência. É normal, porque não nos conhecemos muito bem, mas não me revejo rigorosamente nada nesse tipo de debate político nem de argumentário. Até porque, infelizmente, em relação à Palestina e a Gaza, não é sobre quem faz mais e quem faz menos, porque o silêncio é ensurdecedor! Infelizmente, não é sobre quem faz mais ou quem faz menos, é sobre o que não estamos a fazer, todos; é sobre deixar um povo ser assassinado, um genocídio a decorrer.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Marisa Matias** (BE): — Esta é a vergonha que temos de assumir: a vergonha coletiva de deixar que um povo esteja a ser assassinado, que um genocídio decorra e estejamos aqui a discutir princípios e detalhes. Sinceramente, se este massacre fosse contra o povo israelita, se fosse contra qualquer outro povo do mundo, o silêncio era este que existe em relação a Gaza? Não era!

Portanto, peço sinceramente que olhem para esta questão da humanidade — que dizem ter, e acredito — e percebam que há um povo a ser assassinado, há um genocídio a decorrer e nós estamos a ser cúmplices.

Aplausos do BE.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não sei se os Srs. Deputados sabem, mas o consórcio privado ELOS – Ligações de Alta Velocidade, S.A. intentou uma execução contra o Estado no montante de 202 milhões de euros, decorrente de uma condenação em tribunal arbitral.

O que se passou foi o seguinte: em 8 de maio de 2010, foi celebrado entre o Estado português e a ELOS o contrato de concessão relativo ao projeto de construção, financiamento, manutenção e disponibilização de infraestruturas ferroviárias do troço Poceirão-Caia, incluindo o projeto de construção, financiamento, manutenção, disponibilização e exploração da estação de Évora.

A adjudicação do contrato de concessão foi efetuada nos termos do despacho conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, datado 19 de janeiro de 2011.

O contrato foi remetido ao Tribunal de Contas, nos termos da lei, para efeitos de visto prévio, em 11 de fevereiro de 2011 e, em 21 de março de 2012, através do seu Acórdão n.º 09/2012, o Tribunal de Contas recusou o visto. A partir daí, o Estado português ficou legalmente impedido de executar o contrato.

Não será necessário dizer nesta Assembleia que, nos termos da Constituição e da lei, o Tribunal de Contas é o órgão supremo de fiscalização da legalidade das despesas públicas e de julgamento das contas e é a entidade com poder, independência e competência para o exercício de poderes de controlo financeiro e jurisdicional, nomeadamente através do apuramento de responsabilidades financeiras sobre quem geriu e utilizou dinheiros públicos indevidamente. Compete, assim, ao Tribunal de Contas verificar se os atos,

contratos e outros instrumentos geradores de despesas estão conformes com a lei e se os respetivos encargos têm cabimento orçamental.

Havendo desconformidade dos atos e contratos com as leis em vigor, o Tribunal de Contas recusa o visto e essa recusa torna o ato ou contrato ineficaz, o que implica que o mesmo não pode produzir efeitos. O acórdão do Tribunal de Contas negando o visto prévio a um contrato, após trânsito em julgado, é obrigatório para todas as entidades públicas e privadas.

Quando um contrato está sujeito ao visto prévio do Tribunal de Contas, todos os contraentes sabem — se não sabem, deveriam saber — que sendo recusado o visto não há direito à execução do contrato, que fica legalmente proibido, nem há lugar ao pagamento de qualquer indemnização.

No caso do contrato que temos vindo a referir, houve recusa de visto prévio, com todas as consequências legais. Não obstante, a 26 de abril de 2013, a ELOS apresentou ao Estado português pedido de constituição de tribunal arbitral para efeitos de obter a compensação que entendia ser-lhe devida por força da recusa de visto do Tribunal de Contas e do cancelamento do projeto. Imagine-se! E este tribunal arbitral veio a condenar o Estado a pagar uma indemnização de cerca de 150 milhões de euros.

Atentem no absurdo, Srs. Deputados: o Estado, o que equivale a dizer «os contribuintes» — como muitos dos senhores tanto gostam de dizer —, foi condenado a indemnizar um consórcio privado por o Estado não cumprir um contrato que não poderia cumprir porque o Tribunal de Contas declarou-o ilegal.

Sucede que se o Estado pagar a condenação do tribunal arbitral incumpra a decisão do Tribunal de Contas e os seus responsáveis incorrem em responsabilidade financeira. Apesar de estar pendente nos tribunais administrativos uma ação de anulação da sentença arbitral proposta pelo Estado, esta não tem efeito suspensivo da decisão arbitral e, por isso, o consórcio promove a execução do Estado num montante, agora, de 202 milhões de euros.

O Estado fica, assim, na posição a que se refere uma conhecida canção brasileira: se fugir o bicho pega, se ficar o bicho come.

Tudo isso, Srs. Deputados, porque se permite que o Estado submeta os litígios contratuais em que se possa ver envolvido, não aos tribunais administrativos que existem para esse efeito, mas a um mecanismo espúrio de privatização da aplicação da justiça, feita para beneficiar os interesses privados, onde intervêm árbitros que não se sabe quem são nem que interesses defendem, onde não se conhecem os fundamentos das decisões, mas em que se sabe, à partida, que o Estado fica sempre a perder. Uma espécie de jogo em que o campo está sempre inclinado a favor dos interesses privados.

Protestos da Deputada da IL Patrícia Gilvaz e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

E o problema é que o caso concreto que aqui trazemos hoje, com um exemplo por demais escandaloso, não é um caso isolado. O recurso à arbitragem *ad hoc* está previsto em tudo o que é parceria público-privada (PPP), seja na saúde, seja nas PPP rodoviárias, envolvendo milhares de milhões de euros de recursos públicos.

Se esta forma privada e opaca de composição de litígios por via de arbitragem *ad hoc*, envolvendo em regra muitos milhões de euros de dinheiros públicos, não é um escândalo, não sabemos o que possa ser considerado um escândalo. Mas sabemos que sempre que o PCP apresentou nesta Assembleia iniciativas legislativas para acabar com isto, proibindo o Estado de recorrer à arbitragem para a resolução de litígios que envolvam dinheiros públicos, essas iniciativas foram rejeitadas pelo PS, pelo PSD, pelo CDS — quando cá está —, pela IL e pelo Chega.

Protestos da Deputada da IL Patrícia Gilvaz.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E o CDS está cá para chumbar outra vez!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — E é o PCP que, quando defende o interesse público e o dinheiro dos contribuintes, é acusado de ter preconceitos contra a iniciativa privada.

No dia seguinte, voltam todos a ser contra a corrupção, a dizer que o problema é a falta de regulação do *lobbying*, a bater com a mão no peito, a exigir limpezas, mas não sabe bem de quê, porque quando se aponta

a sujidade fazem de conta que não a veem. Quando se tenta tocar em interesses dos grandes negócios privados, aí é tudo limpinho!

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento. Responde um a um ou em conjunto?

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Em conjunto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para formular o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Taxa, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Filipe, ontem fiquei com a certeza de que não tem muitos conhecimentos de história e hoje fiquei na dúvida se saberá alguma coisa de matéria jurídica.

Não esquecendo o Chega que há necessidade concreta de dotar o processo arbitral de maior transparência, não deixamos de registar que o PCP pretende proibir o recurso à arbitragem quando o Estado esteja envolvido.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — O Chega, em alternativa ao que aqui vem defender o PCP, seja lá isso o que for, propõe que, em vez desta proibição — atendendo a que, de facto, o processo arbitral pode, por vezes, ser mais célere, sobretudo quando sabemos que as políticas públicas de menos morosidade nos tribunais administrativos e fiscais têm fracassado —, o Ministério Público possa ser parte nesses mesmos processos, representando assim o Estado português e o interesse do nosso povo.

O que lhe pergunto, Sr. Deputado, é se o PCP está disponível para repensar a sua posição e acompanhar-nos na nossa, que nos parece muito mais conhecedora da matéria.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Que presunção!

Risos de Deputados do PCP.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Tenham calma, já se estão a rir, mas ouçam até ao fim, para depois não ter eu de me rir.

Já que tenho tempo, coloco-lhe outra questão, Sr. Deputado. Tenho acompanhado a posição do PCP nestas matérias e li que o PCP, sobre esta questão, tem dito que proibir o Estado de recorrer à arbitragem em matéria administrativa e fiscal «é uma decisão legislativa que se impõe em nome da mais elementar estratégia de prevenção da corrupção e da decência na defesa do interesse público».

Ó Sr. Deputado, talvez nos devesse clarificar esta frase com aquilo que disse, porque às vezes quase dá a sensação de não se compreender o que é que o Sr. Deputado pretende defender: critica os privados, mas com a sua posição também não defende o interesse do Estado.

Ó Sr. Deputado, afinal de contas, o que é que o Partido Comunista Português quer? É que não se percebeu nada. Julgo, até, que nem os senhores perceberam bem o que é que vieram aqui dizer ou o que vieram aqui pedir.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado André Rijo, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **André Rijo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado António Filipe, queria, obviamente, em nome do Partido Socialista, começar por saudar a pertinência do tema que nos traz na declaração política de hoje do Partido Comunista.

Não me vou deter no caso concreto que V. Ex.^a aqui nos trouxe, obviamente, mas queria abordar um pouco mais a substância deste tema da arbitragem.

Sem prejuízo de reconhecermos que, efetivamente, a arbitragem *ad hoc* oferece algumas dúvidas — e, naturalmente, é um tema que pode e deve ser revisitado — e, sobretudo, que o Estado, tendencialmente, não deveria recorrer a este sistema, no que diz respeito à arbitragem institucionalizada a nossa posição é muito clara. Ou seja, ela foi instituída em Portugal por instrumento legislativo, está a fazer o seu caminho e, obviamente, o Centro de Arbitragem Administrativa (CAD) também tem recursos e competências, que devem ser eventualmente melhorados, para prestar um bom serviço, neste caso também na contratação pública.

Ora, estamos a falar de um sistema — a arbitragem — que, tendencialmente, é mais célere na composição dos litígios entre as partes e estamos também a falar de um sistema que, potencialmente, oferece maior qualidade na decisão, eventualmente também por questões de especialização técnica.

Sabemos que um dos constrangimentos à implementação de políticas públicas em Portugal e à celeridade com que elas são implementadas é, de facto, o quadro legislativo da contratação pública, e, portanto, se introduzirmos aqui mais um fator, que é o de excluir liminarmente a hipótese de os contraentes públicos recorrerem a um sistema de arbitragem, poderemos estar a criar mais areia na engrenagem e a tornar o processo mais moroso.

Por isso, a pergunta que lhe queria fazer era a seguinte: não considera que excluir liminarmente o recurso à arbitragem pode, efetivamente, colocar em causa o avanço, a celeridade e a implementação das políticas públicas que todos nós entendemos como convenientes para a salvaguarda do interesse público?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, dispondo de 3 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rodrigo Taxa, não sei quais são os conhecimentos que o Sr. Deputado tem na matéria — como é jovem, até podia ter sido meu aluno, mas não foi! —,...

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — E teria todo o gosto nisso!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — ... mas não me pareceram muito sólidos. Pelo que o Sr. Deputado veio dizer, pareceu-me que o Chega defendia o Ministério Público nos tribunais arbitrais. Mas, então, não são tribunais arbitrais, são outra coisa. O Ministério Público tem presença nos tribunais do Estado, como deve ter. Repito, como deve ter!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Não foi nada disso que eu disse!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O Sr. Deputado disse que ouviu a minha intervenção e não percebeu. Ó Sr. Deputado, o que é que eu posso fazer?!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Seja sério!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Quando muito, quando nos encontramos, posso fazer um desenho!

Risos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Seja sério!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — De outra maneira, não sei como posso fazer para o Sr. Deputado perceber. Mas depois falaremos sobre isso, tranquilamente, e o Sr. Deputado perceberá.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Portanto, não respondeu a mesmo a nada!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O Sr. Deputado André Rijo colocou bem a questão, mas vamos ver o seguinte: o que disse foi que os tribunais são muito morosos, particularmente os tribunais administrativos; e são, todos sabemos que são muito morosos, mas esse é o problema que o Estado tem de resolver.

Não podemos criar formas de composição privada de litígios... Nada contra que os particulares o possam estabelecer entre si, que duas empresas que contratam uma com a outra possam estabelecer entre si o recurso a um tribunal arbitral nos temos a lei. O problema é quando é o próprio Estado — que deveria dar o exemplo no recurso aos tribunais públicos, porque é para isso que eles existem — que se submete a mecanismos arbitrais, com a experiência que o País já tem, que, designadamente no caso das PPP rodoviárias e ferroviárias, é a de sentenças de tribunais arbitrais com uma total opacidade. Ninguém sabe, e não está publicado em lado nenhum, quem são os árbitros nem quais são os interesses que os árbitros defendem, nem qual é o fundamento das decisões. O que sabemos é que o Estado é condenado.

Portanto, a simples observação empírica disto, que é reconhecida — não por nós! — pelo próprio CAD, que é público, denuncia isto e denuncia os tribunais *ad hoc* como algo de completamente espúrio num Estado de direito democrático e do ponto de vista da mais elementar defesa do interesse público.

Sei que os senhores discordam de nós relativamente à proposta que fazemos como forma de resolver isto, que é a de o Estado não recorrer à arbitragem e de quem tiver litígios com o Estado recorrer aos tribunais. Mas, se os senhores discordam desta solução, há soluções intermédias em que podem pensar, designadamente: obrigar à transparência das decisões arbitrais, à transparência sobre quem são os árbitros, à comunicação obrigatória ao Ministério Público das decisões que são tomadas e da respetiva fundamentação.

Se os senhores quisessem ir por aí, já era um caminho em que se podia andar. Já era um caminho, mas não vejo vontade, do PS para a direita, em fazer esse caminho. Não vemos vontade de se fazer esse caminho, e era importante que esse caminho se fizesse.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Não respondeu a nada!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Passamos, agora, à declaração política do Grupo Parlamentar do Livre, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas: Comemorou-se ontem o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Anteontem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem, comemorou-se anteontem.

E comemoram-se também agora os 500 anos, aproximadamente, do nascimento do poeta Luís Vaz de Camões. Não conhecemos exatamente a data do seu nascimento, sabemos que terá sido em 1524 ou 1525, provavelmente a 23 de janeiro.

Falou-se também, nas últimas semanas, e não foi pouco, de pescadores indonésios. E pode parecer que uma coisa não tem nada a ver com a outra, mas sabemos que, quando Camões...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Estás todo trocado!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Talvez até o Sr. Deputado Filipe Melo saiba que, quando morreu, Camões estava acompanhado apenas de alguém que velava por ele.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não sou desse tempo!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não se sabe exatamente se era amigo, se era um filho adotivo... Poderia até — assim são as malhas que tece a história — ser um escravo! Mas sabe-se o seu nome. O seu nome era Jau, o que significa oriundo da ilha de Java; o que significa indonésio, nos dias de hoje. Ou seja, o nosso poeta nacional Camões, quando morreu — só, pobre, como reza a lenda — tinha ao seu lado como único amigo, até ao seu último suspiro, um indonésio.

Devemos ter orgulho de muita coisa no nosso País. Uma das coisas de que devemos ter orgulho é de sermos o único país do mundo que tem como data nacional a data da morte de um poeta e que, através da sua data nacional, celebra a cultura, celebra a poesia, celebra a sua própria língua. Devemos ter orgulho de ser de um país que conseguiu que esse Dia de Camões — que nasceu no século XIX para unificar a pátria em torno de uma narrativa, depois dos tempos de humilhação com o ultimato britânico —, que depois foi cooptado pelos nacionalismos do século XX em «Dia da Raça», tenha sido «retransformado» pela democracia em qualquer coisa que nos une às nossas comunidades, às nossas diásporas, àqueles que falam português pelo mundo e que, pela língua, nos fazem maiores do que apenas Portugal.

No Brasil, noutros países de língua portuguesa, estuda-se Camões como se estuda Pessoa, cujo aniversário se comemora amanhã, 13 de junho, como se fossem poetas seus, porque os são. Em Portugal estuda-se menos Craveirinha ou Clarice Lispector ou Machado de Assis, e infelizmente, porque haveria lugar nos nossos currículos para estudar os outros grandes poetas e escritores da nossa língua.

Mas os 500 anos de Luís Vaz de Camões e o facto de a pátria como conceito estar permanentemente sob reinvenção, como o próprio Dia de Camões nos demonstra, e a necessitar de ser atualizado — porque a pátria deve ser viva para quem nela vive, para o presente e para o futuro, e não deve estar embalsamada nem morta no passado —, deve levar-nos a uma reflexão acerca de quais são, afinal, os amigos e os inimigos da pátria; e de como é que o patriotismo pode ser algo que ajuda a consolidar-nos como comunidade e a projetar-nos no futuro, em vez de ser algo que nos divide e nos coloca contra o mundo e contra a nossa própria comunidade.

Dizia eu que quando Camões morreu estava acompanhado apenas de um estrangeiro, de um estrangeiro do outro lado do mundo: um indonésio. Mas Camões também não teria sido Camões, jamais, se não tivesse saído do País. Não teria passado, provavelmente, de um poeta trovadoresco como tantos outros. Foi porque sabia latim, grego, italiano e castelhano, foi porque andou pelo mundo que ele temperou a nossa língua e conseguiu fazer dela um idioma moderno, através de uma epopeia que foi reconhecida por toda a gente naquele século XVI.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Está cansado de ouvir falar de Camões, Sr. Deputado Filipe Melo?!

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Eu sei, eu sei! O seu patriotismo é de pouca dura. Tem pouca paciência para ouvir falar do nosso poeta maior, eu sei! Passemos adiante.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Camões merece mais.
Nos últimos dias, também...

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, isto é uma intervenção de declaração política, não é um diálogo entre o Deputado Rui Tavares e o Deputado Filipe Melo. Portanto, pedia, neste caso a ambos: a um, enquanto pessoa que está a assistir, para criar as condições para que o orador possa falar; e, ao orador, para falar para os 230 Deputados e não especificamente para um.

Pode continuar a sua intervenção, Sr. Deputado. Muito obrigado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito bem, Sr. Presidente.

Também neste dia 10 de junho se coloca a questão de quem defende a pátria e de quem defende uma coisa a que chamam «nacionalismo», que é muito mais recente do que a pátria e bastante mais daninha do que ela.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É patriotismo!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Nós vimos, há 29 anos, infelizmente, a morte sair à rua num dia 10 de junho e assassinar alguém, nosso concidadão — nascido nosso concidadão e, depois, de novo nosso concidadão, por sua vontade e por ter servido o País, inclusive no serviço militar — nunca esqueceremos: Alcindo Monteiro.

Aplausos do L, do PS, do PCP e do Deputado do PSD Carlos Reis.

E nessa noite trágica vimos como o nacionalismo é inimigo da pátria, é inimigo da nossa capacidade de convivência, é inimigo da nossa capacidade de ser um futuro, com aqueles, aliás, a que as malhas do passado já nos ligavam.

No dia 10 de Junho, é preciso lembrar não só Camões mas também Alcindo Monteiro. É preciso ter políticas públicas que premeiem quem procura a inclusão; é preciso dar bolsas de estudo com o nome de Alcindo Monteiro aos jovens que procurem fazer fomentar o convívio na nossa sociedade.

Ora, vimos também, infelizmente, que nacionalistas, inimigos da pátria, usaram de novo o 10 de Junho para vilipendiar e manchar o nosso nome, e com a cumplicidade de muitos. Esses, são aqueles que fazem Portugal apenas do tamanho das suas próprias visões excludentes da humanidade.

Neste 10 de Junho, olhando para a nossa comunidade, para as nossas comunidades lá fora, para aqueles que escolhem viver em Portugal, lembrando-nos de Camões e do seu fiel Jau, afirmemos Portugal como um país aberto ao mundo, conhecedor do seu passado e capaz de incluir.

Aplausos do L.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Isso tudo para dizer o quê?! Não se percebeu!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — A pátria não se reinventa, Sr. Deputado!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, enquanto regressa ao seu lugar, informo-o de que tem dois pedidos de esclarecimento.

Responde individualmente ou em conjunto?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Em conjunto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Então, para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Marcos Perestrello, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Sr. Presidente. Sr. Deputado Rui Tavares, veio aqui lembrar, a propósito do 10 de Junho, do Dia de Camões, e das comemorações dos 500 anos de Camões, duas personagens. Veio lembrar duas pessoas, ambas ligadas a Camões, porque as duas são o espelho do Portugal global: Jau, o indonésio, e Alcindo Monteiro, também ele de origem africana, mas português de corpo inteiro.

Jau mereceu a homenagem da cidade de Lisboa, e tem hoje uma importante rua na cidade de Lisboa.

Vozes do PS: — Bem lembrado!

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Alcindo Monteiro, penso que não tem, mas o significado da sua vida e o significado da sua morte talvez o justificasse. E o Sr. Deputado, se calhar, como vereador na Câmara de Lisboa, podia tomar a iniciativa nesse sentido.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Mas, Srs. Deputados...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Já foi tomada, já existe!

O Sr. **Marcos Perestrello** (PS): — Já existe, Sr. Deputado? Muito obrigado pela informação, mas não existe uma rua.

Sr. Deputado, gostava de tomar aqui as palavras usadas pelo Presidente Jorge Sampaio no seu primeiro discurso de 10 de Junho como Presidente da República — que, a propósito de Camões, utilizou a expressão «patriotismo democrático», considerando Camões o pai do patriotismo democrático —, pelas razões que o Sr. Deputado aqui referiu, mas também porque nenhum português olhou para o mundo de forma mais universalista e mais cosmopolita do que Luís Vaz de Camões. O seu fascínio, o seu encantamento por tudo o que era diferente, desde as terras e as culturas às gentes, era notório na sua epopeia *Os Lusíadas*, mas também na lírica camoniana.

Era por isso, Sr. Deputado, que Camões afirmava Portugal e os portugueses no fascínio por tudo o que era diferente. Um poeta, um homem muito à frente do seu tempo. E era por isso muito importante que as comemorações dos 500 anos deste patriota que foi Luís de Camões, o pai de um patriotismo democrático, olhassem como Camões olhava sempre: para o futuro e não para o passado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Tavares, a intervenção que aqui trouxe tem toda a pertinência e, obviamente, atualidade. O quinto centenário do nascimento de Luís Camões deve ser condignamente assinalado, e, aliás, informo que o PCP tomou a decisão, ele próprio, de desenvolver um conjunto de iniciativas destinadas a assinalar o quinto centenário do nascimento de Camões.

A propósito da sua intervenção, gostaria de fazer aqui duas breves citações. A primeira de Óscar Lopes, que escreveu, relativamente a Luís de Camões: «Só se pode ver Camões e todas as suas condignas dimensões humanas se colocarmos a sua obra na perspetiva de vários séculos de luta, quer do povo português, quer de muitos outros povos, contra a exploração feudal, capitalista e capitalista imperialista, luta pela autodeterminação real, inclusivamente económica e cultural, do povo português, e de todos os povos que com ele podem hoje livremente dar-se as mãos, num combate que continua, e agora inequivocamente, em comum.»

Óscar Lopes, não sei se os Srs. Deputados já ouviram falar, mas foi uma grande figura da cultura portuguesa do século XX.

E há uma segunda citação que gostaria de fazer, porque, em 1979, o PCP decidiu assinalar o quarto centenário do falecimento de Luís de Camões. Nessa altura, afirmou Álvaro Cunhal o seguinte: «Camões não é a voz da reação e do colonialismo. Camões é a voz do nosso povo, d' *Os Lusíadas*, a voz da insubmissão ante os privilégios, a voz do progresso social e científico, a voz da nação portuguesa, num elevado sentido humanista.»

Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, alguém que, há quase 500 anos, escreveu que «todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades» é alguém muito à frente do seu tempo, e é muito justo que esta figura universal, que é Luís de Camões, seja condignamente celebrada no quinto centenário do seu nascimento.

Aplausos do PCP e dos Deputados do PS Alexandra Leitão, Isabel Alves Moreira e Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito obrigado, Sr. Presidente, e muito obrigado Srs. Deputados Marcos Perestrello e António Filipe.

Efetivamente, não há um Camões só, há um Camões dependendo da perspetiva que cada um de nós tem dele, tal como a pátria também depende da maneira como cada um de nós estabelece e sente os seus laços. Ninguém gosta da sua família de maneira igual ao seu irmão, ninguém gosta da sua cidade de maneira igual ao seu vizinho, mas isto é que faz a riqueza de cada família, de cada cidade, de cada pátria: o gostarmos de uma forma que é natural, que é sentida, que é feita da experiência vivida, quer tenhamos nascido nessa cidade ou não, e não sermos forçados a gostar, não sermos conformados a uma cartilha, como alguns gostariam.

E é muito importante, para responder ao Sr. Deputado Marcos Perestrello, que esse sentido democrático... Não sei se Camões chamaria a si mesmo um patriota democrático, porque a palavra tinha outras tonalidades e outros sentidos na sua época, mas uma coisa poderíamos, certamente, saber: era um poeta e um patriota, cujo patriotismo nascia a partir do povo, e, portanto, de *demos*, a partir das próprias pessoas.

Nesse sentido, sim, acho que tem plena atualidade reatualizarmos o patriotismo do ponto de vista democrático. Ou seja, percebermos que não podemos deixar a ideia de comunidade, a ideia de pátria — num sentido que também é ele próprio cosmopolita, de sermos cidadãos do mundo — àqueles que se reveem apenas no nacionalismo. E aí, também respondendo ao Sr. Deputado António Filipe, notar que essa é uma distinção que faz parte do património da esquerda, mesmo de todas as esquerdas, em tradições que em muitas coisas não poderiam ser mais distantes. A distinção entre patriotismo e nacionalismo faz parte do património de todas as esquerdas, e ela é hoje mais importante do que nunca, porque nos distingue daqueles que acham que podem eles definir quem é ou quem não é português, quem é português de bem ou quem é português de mal,...

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

... daqueles que, aliás, falam tanto de patriotismo que se enfadam a ouvir falar de Camões, quando não vem pela chancela da sua própria família política.

Pois a esses, podem ter a certeza, não vos damos monopólio de patriotismo nenhum, antes pelo contrário, fiquem com o monopólio de um nacionalismo divisionista. A pátria é de todos.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

O Sr. Deputado António Filipe citou o famoso soneto 53 de Luís Vaz de Camões, *Mudam-se os Tempos, Mudam-se as Vontades*. Creio que na raiz de muito daquilo que nos opõe politicamente, hoje em dia, às correntes mais extremistas, mais reacionárias, mais intolerantes e autoritárias é algo que, de facto, Camões já identificava nesse soneto: o medo da mudança.

Há aqueles que têm medo da mudança e querem que as outras pessoas à sua volta tenham medo da mudança. O que Camões nos ensinou, nesse soneto eterno, é que a mudança é perene, não podemos ter medo dela porque ela está sempre aqui, e ela tem ainda uma característica da qual não podem os progressistas nunca esquecer-se, e está no último verso desse soneto: «Que não se muda já como soía» — o que quer dizer que não só a mudança é perene como a própria mudança nunca é igual.

A mudança muda, está sempre a mudar e nós progressistas,...

Protestos do CH.

... quando o tempo muda, temos de nos habituar a mudar, também, e a trabalhar em conjunto para responder àqueles que não querem que o tempo mude, que não querem que a pátria seja de todos e que não querem que Portugal seja do mundo.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à declaração política do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Oliveira e Sousa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha eles todos amiguinhos!

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Saio em defesa da agricultura, das gentes do campo e do mundo rural.

Na semana em que a agricultura marca a agenda e decorre um dos maiores certames da agricultura em Portugal, a Feira Nacional de Agricultura, uma primeira mensagem é para saudar o Governo por ter tido já, em tão pouco tempo, a capacidade de se reconciliar com a agricultura e com os agricultores.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — Depois de anos de um Governo que tanto os desprezou, esta saudação é justa, é oportuna e é merecida.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Srs. Deputados, permitam-me dirigir-vos uma pergunta, para a qual nutro a esperança de obter uma resposta unânime por parte desta Câmara: concordarão VV. Ex.^{as} que, nesta nossa passagem pelo planeta, devemos alicerçar o progresso compatibilizando o desenvolvimento sustentável com o crescimento, tendo por base a produção e a aplicação do conhecimento que a humanidade vem produzindo?

Se assim é, o que justifica o tempo que consumimos em acesas disputas, as mais delas sob a pressão de preconceitos, quando temos a ciência em franco progresso à nossa mercê,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — ... que nos permitiria vencer o enorme desafio que enfrentamos enquanto humanidade, perante a violência das alterações climáticas, a necessidade de alimentarmos uma população crescente sem depauperarmos os recursos naturais, alterarmos a nossa relação com a energia e as suas fontes e, em simultâneo, sermos competitivos num mundo globalizado?

Dessas disputas resultam verdadeiros dogmas. Dogmas que dividem e confundem a sociedade, mas que se transformam em atraso. Um atraso que se torna endémico e que nos impede de progredir na economia, no bem-estar das pessoas e mesmo na defesa do ambiente. Deveríamos todos empenhar-nos em desmanchá-lo e retirar-lhe os mitos que encerram, sob pena de o dito atraso nos prejudicar de forma socialmente estrutural, retirando ao País capacidade de manter o seu interior e o mundo rural vivo, obrigado que ficará a ser um deserto abandonado e morto, palco da devastação regular e cíclica do fogo insaciável.

Não pretendo ser polémico, creiam-me — peço-vos que me vejam antes como direto e objetivo —, mas impõe-se uma nova visão para a floresta de produção, enquadrada na questão energética que vivemos; uma abordagem arrojada sobre a questão da água, a água que nos une,...

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — ... como recentemente anunciou o Governo, e a sua gestão adequada ao território, como forma de combater a desertificação; ou as novas técnicas de melhoramento vegetal e animal, para aumentar a produção e a produtividade, em sintonia com a defesa do ambiente e da

saúde pública. A par do digital e da inovação, são soluções de futuro, compatíveis com a sustentabilidade nas suas três vertentes. São assuntos que temos de ter a audácia de seguir, orientados pela procura do bem-estar e à luz do conhecimento.

Estes e outros temas devem merecer a nossa atenção e, através da discussão fundamentada e despida de preconceitos, servir para impulsionar um desenvolvimento sustentado, consciente e informado, permitindo ao País retirar das potencialidades que possui os respetivos frutos, promovendo trabalho, fixação de pessoas, ordenamento do território e crescimento económico.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Não cabe, numa disposição como esta, explicar os detalhes que consubstanciam uma tal mudança, mas a consciência e a evidência dos factos levam a que nos imponha, bem como ao Governo, que nos empenhemos urgentemente nessa mudança, colocando de lado a ideologia, ou até alguma demagogia que tem imperado, obrigando o País a perseguir o prejuízo, ao invés de continuamente alcançar resultados, baseados no que está cientificamente provado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — Podemos parar no tempo, mas não o tempo. A inação apenas nos atrasará ainda mais em relação àqueles que abraçaram já o futuro. O Governo está consciente e alertado para as dificuldades que temos por diante. Mas para que possa desencadear um renovado ciclo de progresso, sustentável e duradouro, tem de merecer o apoio dos que representam o povo, razão por que muito gostaria de ver, quando não dissipadas, diminuídas as diferenças de opinião que nos afastam, deixando do lado de fora desta Câmara a ideologia, o preconceito ou o mito.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Ilustres Colegas, reconhecamos à ciência e ao conhecimento o seu verdadeiro valor e potencial.

Estaremos à altura? O País merece, as pessoas merecem. Mais, exigem-nos uma postura proativa, com determinação, que não se limite a anunciar ou alimentar a esperança, precisam de ver e de sentir resultados. Não podemos permitir que o futuro se esfume ou se nos escape. É aqui, e a nós, que compete esse esforço — o mundo rural merece.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, a Mesa regista a inscrição para oito pedidos de esclarecimento.

Pergunto se vai responder em duas vezes, quatro mais quatro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Responde dois a dois!

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O primeiro pedido de esclarecimento é do Grupo Parlamentar do Chega, pelo Sr. Deputado João Graça.

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Oliveira e Sousa, gabo-lhe a coragem política de vir abordar o tema da agricultura quando a sua bancada acabou de apoiar António Costa para a Europa,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Vozes do PS: — Oh!...

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — ... quando a Europa e António Costa são os maiores terroristas políticos contra os agricultores.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — António Costa, que manteve, anos a fio, a tutela da agricultura mais incompetente de sempre. Sim, aquela Ministra cuja demissão o Sr. Deputado, enquanto Presidente da CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal), exigiu — e bem —,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — ... interditou as feiras de agricultura.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — António Costa, que amputou o Ministério da Agricultura nos fundos, nas competências de florestas, no bem-estar animal, e deu a machadada final ao extinguir as direções regionais da agricultura e pescas;...

Vozes do CH: — É verdade! Bem lembrado!

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — ... o mesmo António Costa que perpetuou a política da água criminosa e antibarragens do Bloco de Esquerda,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — ... ao mesmo tempo que o País agrícola e o Algarve morriam, literalmente, à sede;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — ... o mesmo António Costa que entregou um PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum) desastroso para Portugal e fez com que os agricultores fossem para a rua, há quatro meses, para fecharem fronteiras e estradas.

Depois do que ouvi, tenho de lhe perguntar: o Ministro Adjunto e da Coesão Territorial do PSD disse, há poucos dias, que não será dado um passo atrás nas DRAP (Direções Regionais de Agricultura e Pescas), apesar de o próprio Sr. Deputado, de Luís Montenegro e de Nuno Melo terem todos prometido que iriam devolver as DRAP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — Os senhores não vão honrar a palavra dada aos agricultores há quatro meses?

Luís Montenegro prometeu também reprogramar o PEPAC, que tem de ser entregue até ao fim do mês, em Bruxelas. O Governo está a trabalhar nisso? É que o Ministro ainda nem se dignou vir a este Parlamento, nem à Comissão de Agricultura, apesar de o Chega já o ter chamado, com urgência, há mais de um mês.

Os agricultores precisam de um compromisso forte do Governo que o Sr. Deputado apoia, nessa bancada. Se isto não acontecer, os agricultores não lhe vão perdoar.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para o segundo pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Eduardo Oliveira e Sousa, queria cumprimentá-lo por ter trazido o tema — não é estranho que o tenha trazido, como é evidente —, e por o ter trazido da forma elevada como trouxe.

Finalmente, voltamos a poder discutir a agricultura de uma forma positiva neste Parlamento, o que não foi possível durante oito anos, porque, infelizmente, a única forma de se conseguir discutir agricultura era obrigar o Governo a fazê-lo — e, mesmo assim, com dificuldade —, e sempre para falarmos daquilo que o Governo não fazia.

Neste momento, sabendo que há uma atitude diferente — e ninguém o poderá negar —, sabendo que há deste Governo um empenho totalmente diferente, também, na prioridade que dá à agricultura no âmbito das políticas públicas, obviamente que temos de fazer algumas escolhas. O Sr. Deputado falou de algumas delas, na sua intervenção, mas queria perguntar-lhe sobre outra, que tem a ver com questões processuais: entende ou não que um dos primeiros sinais que tem de ser dado — e uma das primeiras medidas que tem de ser concretizada — é no sentido de desburocratizar a relação entre os agricultores, as suas associações e o Ministério da Agricultura?

Permitir a relação de cada agricultor e, principalmente, a relação dos agricultores uns com os outros, para se associarem — e o reconhecimento que esse associativismo deve ter, depois, por parte da tutela —, deve ser a prioridade.

Por outro lado, deverá regressar também a previsibilidade que, noutros tempos, nos tempos de Governo PSD e CDS, existia, por exemplo, nos pagamentos aos agricultores, em que os agricultores sabiam quando é que receberiam cada um dos pagamentos e não tinham de andar não só na incerteza como, pior do que isso, quase a mendigar para que lhes pagassem aquilo que era deles por direito.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Era importante voltarmos a ter, também, essa previsibilidade.

Refiro uma última questão, que é conceptual, e tem muito a ver com a filosofia que o Sr. Deputado introduziu no final da sua intervenção, de conciliação — que para alguém que tem uma visão positiva da agricultura é a coisa mais normal do mundo —, que permitirá preservar os recursos, defender os recursos. Só os agricultores sabem, melhor do que ninguém, que se esses recursos deixarem de existir, a própria agricultura deixa também de existir.

Assim, numa lógica de soberania alimentar, em que não alimentamos discursos irrealistas e políticas irrealistas ao nível europeu, será importante delimitar a produção dentro do espaço da União, ao invés de, depois, irmos importar produtos de outras origens, a produtores que não produzem com as mesmas regras com que os agricultores europeus são obrigados a produzir e, pior, importar produtos de pior qualidade do que aqueles que se produzem aqui.

É preciso que a União Europeia não entre nessa hipocrisia de ser panfletária a ponto de prejudicar a sua própria produção e a sua autonomia alimentar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para o terceiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Eduardo Oliveira e Silva — Oliveira e Sousa, peço desculpa pela minha dislexia, sempre a pregar-me uma partida —, estamos de acordo em que a agricultura tem de ser modernizada. Os Estados Unidos já o fizeram, o Canadá já o fez, a Nova Zelândia já o fez, a Austrália já o fez e, aliás, a propósito disso, tivemos hoje uma audição na Comissão de Agricultura e Pescas, com o Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNEV), que veio alertar

precisamente para isto, para o facto de ser necessário modernizar, trazer tecnologia para a agricultura e que, mais do que isso, era um imperativo ético. Era uma questão, aliás, de sobrevivência da humanidade e que afetava não apenas os países envolvidos, onde Portugal se insere, mas sobretudo os países em desenvolvimento.

E falaram destas tecnologias, nomeadamente a nanotecnologia ou a edição genómica. É pena que os partidos que tipicamente têm uma posição contra a edição genómica — não é certamente ancorada numa visão científica, porque essa já estabeleceu a segurança da edição genómica, mas baseada em preconceitos —, nomeadamente vários partidos que estão aqui representados, não tivessem estado presentes nessa Comissão, que teve lugar hoje, às duas da tarde.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Bem lembrado!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não estive o PAN, não estive o Livre, não estive o Bloco e não estive o PCP. É pena! Teria sido útil escutarem as conclusões dessa Comissão que teve lugar hoje, às 2 horas da tarde.

Não estive o PAN, não estive o Livre, não estive o Bloco e não estive o PCP.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — É verdade!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É pena, porque teria sido útil escutarem as conclusões desses relatórios, que são perentórias: é preciso mais tecnologia na agricultura, é preciso edição genómica, é preciso trazer mais rendimento às produções.

Nada contra a produção biológica, mas precisamos de produção em escala, porque não vão ser os países europeus ou ocidentais os primeiros a ser afetados, mas sim os países em desenvolvimento. Os países da África Subsariana serão as primeiras vítimas de não conseguirmos atuar a tempo.

Portanto, a questão que dirijo ao Partido Social Democrata e ao CDS-PP, que fazem parte do Governo, é como é que agora vamos materializar as conclusões deste relatório em ação política, em medidas. Como é que finalmente vamos começar a combater, tanto aqui como a nível europeu, este preconceito — que não é ancorado na ciência, é bom referir isso! — que existe contra o uso de tecnologia na agricultura.

Aplausos da IL e do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para terminar esta ronda de pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Grupo Parlamentar do Livre.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, sabemos que a agricultura e a ecologia não são inimigas, muito pelo contrário, e o Sr. Deputado falou de algumas questões que são bastante relevantes, como a incorporação da ciência na agricultura e no apoio a uma agricultura mais sustentável.

Portanto, o que venho perguntar é qual é a disponibilidade do PSD, e do Governo que o PSD apoia, para reforçar o orçamento para Investigação & Desenvolvimento em Portugal, que tem estado demasiado baixo, e na transferência e aplicação desse conhecimento, nomeadamente, às práticas agrícolas em Portugal, seja na gestão dos solos, seja nas práticas agrícolas que preservam a biodiversidade, que têm de andar sempre a par e passo, seja, por exemplo, em programas de apoio à agricultura de precisão, como o Livre defendeu — e foi aprovado — no último Orçamento do Estado, que permite poupar água e recursos e ter uma agricultura mais sustentável.

Mas existe também o outro lado. Temos de proteger os agricultores de práticas, nomeadamente, de *dumping* por parte das grandes cadeias de distribuição alimentar.

Quais são as propostas do PSD para proteger os pequenos e médios agricultores face às grandes cadeias alimentares que, muitas vezes, nem pagam aquilo que cobre o preço de custo da produção dos produtos agrícolas?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Oliveira e Sousa.

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou tentar ser breve. Não sei quanto tempo tenho. São três minutos, portanto vamos ver.

Sr. Deputado João Graça, sobre a questão do PEPAC, creio que tem sido regular a intervenção do Sr. Ministro a dizer que está exatamente a preparar a sua revisão, conforme se comprometeu o partido na campanha eleitoral. Este é um dos assuntos que transita do anterior Governo para o atual, numa fase em que a contestação dos agricultores se foi subseqüentemente agravando até chegar a Bruxelas. Ela tinha começado, aqui em Portugal, com sete megamanifestações, encabeçadas por mim, como se lembra, e a base era exatamente a incompetência que estava patente no PEPAC que foi construído.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — Não é tão fácil como isso fazer isto de um dia para o outro, mas o Governo está a fazer.

Protestos do PS.

A outra pergunta que me fez foi sobre as direções regionais.

Abordamos isso, Sr. Deputado, quer no programa eleitoral quer no Programa do Governo. Até lhe leio o que é que diz o Programa do Governo: «Valorizar e agregar a funcionalidade institucional do Ministério e dos seus organismos, respondendo as alterações à arquitetura institucional-territorial das Florestas e da Agricultura e Pescas.» No programa eleitoral, por sua vez, há uma promessa de o Governo mexer neste assunto.

Ora bem, atendendo àquilo que o Governo tem provado no pouco tempo em que está em exercício, ao que já conseguiu fazer, não tenho dúvidas de que este assunto estará na agenda e será anunciado em breve aquilo que se vai decidir sobre esta matéria.

Aplausos do PSD.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vocês extinguiram e agora estão com pressa?!

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — Dois meses, Sr. Deputado. São dois meses.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É preciso uma lata!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vocês não faziam, mas agora exigem!

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — Sr. Deputado João Almeida — para que possa tentar cumprir o tempo —, a desburocratização é uma das prioridades do Governo. É um processo complicado, porque mexe também com regras comunitárias, mas é uma das prioridades do Governo.

Sobre a defesa dos recursos e a soberania alimentar, tive o cuidado de juntar, inclusivamente, a saúde pública, porque são as novas técnicas e o desmanchar dos mitos que nos permitem abraçar a tecnologia que está à nossa disposição.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — Portanto, temos, de uma vez por todas, de deixar lá fora as tais ideologias que prejudicam o avançar da ciência e que não nos permitem aproximarmo-nos dos países que estão mais avançados do que nós.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, deixe-me dizer-lhe que aquilo que ouvimos hoje foi quase uma lição. Temos mesmo de acreditar na ciência, nos cientistas. Estamos aqui hoje, libertos da covid, por causa da ciência.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — Ou bem que aceitamos a ciência, e então vamos começar a pô-la em prática, ou deixamo-la sempre por aplicar e isso retira-nos competitividade e obriga-nos a executar práticas ancestrais que não são competitivas nem abraçam o progresso.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — Como atuar? Retirando a ideologia das intervenções de cada grupo. E por isso apelei ao consenso nesta casa.

Para terminar, a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes falou sobre o reforço do orçamento. Se há coisa em que o Ministro da Agricultura atual é especialista é na absorção e gestão dos fundos internacionais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — E ele próprio tem dito que pretende reforçar todo o mecanismo de apoio à agricultura, para além dos apoios que estão previstos na própria Política Agrícola Comum.

Portanto, de certeza absoluta que, sendo uma pessoa vanguardista nessa matéria, ele será o primeiro a fazer esse tipo de desempenho.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — Tomei ainda nota de uma outra pergunta da Sr.^a Deputada...

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Proteger os agricultores das grandes superfícies e do *dumping*.

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — Exato, Sr.^a Deputada. Quanto às grandes superfícies ou o *dumping* — e, Sr. Presidente, com a sua tolerância, faço aqui apenas uma referência —, a grande proteção dos pequenos agricultores e dos agricultores em geral é a sua profissionalização no comércio, através das organizações de produtores.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — O Partido Socialista quase destruiu as organizações de produtores durante o seu Governo...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — ... e agora temos de reforçar e incentivar os agricultores a associarem-se para fazerem essa matéria.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos iniciar a segunda ronda de quatro pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, julgo que todos aqui acreditamos nas possibilidades da ciência — à exceção de alguns Deputados que, eventualmente, acham que a Terra é plana, todos nós acreditamos na ciência.

Mas a ciência tanto produz bombas atómicas como a cura para doenças raras. A ciência tanto produz vírus como produz vacinas.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

A ciência tem ideologia e não é inócua. E, sobretudo, nós temos de perceber a serviço de quem é que pomos a ciência.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Da alimentação!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — O maior erro seria pôr a ciência a trabalhar para o mito de que podemos continuar a viver como vivemos até agora, a produzir com os modelos de produção que tivemos até agora, como se não existisse uma coisa chamada alterações climáticas. Não há maneira de falar sobre água sem discutir uma realidade inescapável, que é a falta de água.

Protestos dos Deputados do PSD Emília Cerqueira e Hugo Soares.

Portanto, aquilo que lhe pergunto, em primeiro lugar, é se vai manter a tentação que o Partido Socialista teve de, em parte, achar que se resolve a falta de água castigando aqueles que menos culpa têm pelo consumo, ou seja, aumentando os preços da água nas regiões mais afetadas pela seca — como o Governo do Partido Socialista teve a tentação de fazer. Pergunto-lhe se essa será uma das medidas que o Governo do PSD e do CDS vai adotar.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Tem de falar com o Governo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Quem apoiava esses Orçamentos era o Bloco!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — A outra medida tem a ver com os caudais e está relacionada, precisamente, com esta ideia de quem é que se deve adaptar a quê.

A pergunta, e isto foi bastante discutido na campanha eleitoral, é se este Governo vai ou não assumir uma posição e se vai ou não defender a construção de megatransvases, para fazer transferência de caudais de norte para sul. Sabemos que houve partidos que os defenderam e houve partidos, como o Bloco de Esquerda, que acham que o modelo é outro. Temos de ter outro modelo de produção, outro modelo de desenvolvimento; não é o planeta que se vai adaptar a nós, nós é que vamos ter de nos adaptar aos estragos que fizemos no planeta. Portanto, pergunto-lhe se tem uma posição fechada sobre a questão dos megatransvases.

Tenho uma última nota, em relação à intervenção do Sr. Deputado João Almeida, que dizia que ninguém mais do que os agricultores sabe defender o território.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Concordo completamente. O problema é que muitos daqueles que estão a explorar grandes zonas de território no Alentejo e no Algarve já não são agricultores, são grandes multinacionais que alugam os terrenos para os esgotar e, passados 10 ou 20 anos, largá-los porque já não servem para nada. Esses não estão a proteger o território, esses estão a esgotar as nossas terras.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Obrigado, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Termine Sr. Presidente.

Os verdadeiros agricultores que, ao lado, querem fazer agricultura biológica, que querem ter água, que querem ter produções sustentáveis...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tudo tem o seu lugar!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... não conseguem, porque as terras estão contaminadas e porque essas grandes multinacionais lhes secaram os terrenos.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para mais um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Eduardo Oliveira e Sousa, assim de repente, parece que entrámos numa cápsula do tempo em que, de facto, ficámos sem perceber se o PSD, agora, vem defender uma política para a agricultura do futuro ou do passado.

É que, sabendo o que as alterações climáticas representam hoje — que não são um dogma,...

Protestos do CH.

... não são uma ideologia, são uma evidência científica; e falou tantas vezes na ciência —,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ciência paga por quem?!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... pergunto-lhe se acha que a Direção-Geral da Saúde (DGS), que nos alertou já para o facto de, por exemplo, o consumo excessivo da carne...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ciência paga por quem?!

Pausa.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Não sei se a bancada do Chega tem alguma questão. Se não, Sr. Presidente, quando puder retomar...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Aqui em cima está tudo normal. A Sr.^a Deputada pode continuar com o seu pedido de esclarecimento.

Risos do CH.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, conforme já referi, sempre que houver apartes que possam perturbar as intervenções, irei interromper, porque todos os Deputados devem fazer a sua intervenção condignamente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.^a Deputada, não sei se tem conhecimento disto, mas a acústica na Sala não é igual em todo o lado.

Penso que, entre o dia de hoje e o de ontem, já demonstrei que estou atento àquilo que é possível ouvir aqui em cima. Se não pus ordem é porque não estava a sentir desordem.

Vozes do CH: — Muito bem, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Portanto, peço que termine e vou dar-lhe a pequena tolerância que tiver de dar para terminar o seu pedido de esclarecimento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Era o que ela queria!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Ainda não esgotei sequer o meu tempo, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — Tem de repetir a pergunta, porque não percebi.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Ainda não a expus, Sr. Deputado, e irei evidentemente concluir a minha questão.

Como dizia, a Direção-Geral da Saúde já nos alertou para o facto de o consumo excessivo de carne...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A carne é o que faz falta!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... ter mais malefícios para a saúde do que o consumo de tabaco. A própria Organização Mundial da Saúde (OMS) também já nos veio dizer que é preciso apostarmos mais na produção de leguminosas e numa alimentação de base vegetal.

Falou na seca extrema, Sr. Deputado. Ora, nesse ponto estamos absolutamente de acordo. O próprio Tribunal de Contas já nos veio dar nota de que mais de metade do território está em seca extrema. É preciso fazer um bom uso da água, o que não se coaduna com estarmos, mais uma vez, a fomentar a produção pecuária intensiva e superintensiva, até porque, por cada quilo de carne produzido estamos a falar, como sabemos, de uma pegada hídrica — de um consumo de água — de mais de 15 000 litros.

Por isso mesmo, não podemos falar aqui em dogmas sem, de facto, termos presente que todas estas entidades — que claramente não estão marcadas por dogmas, mas pelo conhecimento científico — nos vêm alertar a importância deste tema. E não ouvimos no discurso do Sr. Deputado, em representação do PSD, qualquer palavra sobre a necessidade de uma maior transição; pelo contrário, vem pôr, mais uma vez, em causa o caminho que temos de fazer, da descarbonização.

Protestos da Deputada do PSD Emília Cerqueira.

Mais uma vez, trago ainda a questão de Portugal importar 77 000 toneladas de leguminosas, quando poderíamos ser autossuficientes. Onde é que fica a aposta em e o apoio aos produtores para, por exemplo, reconverterem as suas atividades? Não ouvimos uma palavra sobre isso.

Por isso mesmo, pergunto: que tipo de política é que o PSD quer trazer para Portugal, uma política do futuro ou uma política do passado?

É que Portugal tem, de facto, pequenos e médios produtores, mas quem está, neste momento, a esgotar os solos e a ser apoiado são as grandes internacionais; é a vizinha Espanha, que vem, por exemplo, com o olival intensivo e superintensivo esgotar os nossos solos;...

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Como os americanos!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... ou até mesmo em Odemira, onde empresas internacionais vêm para cá, mais uma vez, esgotar todos os nossos recursos.

Por isso, tendo em conta todos estes alertas, pergunto onde é que fica o combate às alterações climáticas e o verdadeiro apoio aos produtores.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para mais um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Pinheiro, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vai, Ricardo!

O Sr. **Ricardo Pinheiro** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Srs. Deputados, muitas vezes falamos na palavra «terrorismo», mas diria, de certeza absoluta, que a forma como o ex-Primeiro-Ministro António Costa olhou para projetos como a barragem do Pisão,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh!

O Sr. **Ricardo Pinheiro** (PS): — ... ou olhou para projetos como o bloco de rega da Vidigueira, ou como o bloco de rega de Reguengos, em Évora, foi a pensar que era só introduzir no espaço nacional mais 40 000 ha. de terra rural, permitindo que esse espaço passasse a estar com disponibilidade hídrica.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó Ricardo, o Pisão é uma charca! É uma charcazinha!

O Sr. **Ricardo Pinheiro** (PS): — Sei bem que a vossa inexperiência às vezes pode levar a cometer erros desta natureza, mas estamos cá para fazer um diálogo aberto, sério e técnico, e para vos ajudar a melhorar a vossa visão sobre a agricultura e o ambiente.

Em relação à intervenção do Deputado Eduardo Oliveira e Sousa, de facto, gostaria de interrogar o Grupo Parlamentar do PSD em relação a duas questões.

Primeira questão: a atual PEPAC foi negociada num quadro em que as exigências ambientais levaram a que existisse uma introdução de políticas biológicas e de produção integrada no primeiro pilar da PEPAC. Sr. Deputado Eduardo Oliveira e Sousa, gostava de saber qual é a sua posição em relação à reprogramação da PEPAC, até ao dia 30 de junho, e de perceber se o PSD está disponível para passar essas duas medidas para o segundo pilar e, desta forma, dar uma ajuda e fazer um aumento absolutamente enorme à agricultura de sequeiro em Portugal, à semelhança do que foi a PEPAC anterior.

Segunda questão: a forma como o final da Legislatura passada levou a que existissem inúmeras manifestações de agricultores, precisamente por este ponto — por existir uma cabimentação errada em relação à forma como os agricultores decidiram introduzir nos seus modelos produtivos a agricultura biológica e de produção integrada —, o que gostaria de lhe perguntar, Sr. Deputado Oliveira e Sousa, é se, de facto, até ao dia 30 de junho, depois do esforço enorme que o Partido Socialista fez para conseguir o cumprimento do pagamento destas medidas até à sua totalidade, no âmbito do primeiro pilar, no segundo eixo, temos condições de remunerar os agricultores com aquilo que lhes é devido.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O partido que menos pagou aos agricultores! O partido que se atrasou nas verbas para os agricultores!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para o último pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Eduardo Oliveira e Sousa, cumprimento-o pelo tema que trouxe a debate.

A situação da agricultura no nosso País já é marcada, de facto, por profundas desigualdades, constrangimentos que impedem que Portugal aproveite plenamente a sua capacidade produtiva. E estas dificuldades contribuem para gravíssimos défices que comprometem a soberania alimentar.

De facto, a PAC (Política Agrícola Comum) com as suas regras de benefício das grandes potências, significou, ontem — com um avolumar hoje —, o definhar da agricultura portuguesa e o abandono das terras pelos produtores, esmagados nos seus rendimentos. A PAC, recorde, foi aprovada por PSD, CDS e PS e as

regras foram aplicadas a rigor, por sucessivos governos, com a cumplicidade agora do Chega e da Iniciativa Liberal,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E bem, e bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... sempre contra os interesses nacionais e dos agricultores portugueses.

Não há, do atual Governo, qualquer sinal que garanta que alguma coisa irá ser feita pelos agricultores — «mercado», «liberalizar» são as únicas palavras de comando e são sempre os agricultores portugueses quem mais perde.

Trago aqui alguns exemplos concretos. No caso do vinho, foi a liberalização dos direitos de plantio na União Europeia que criou a situação de dificuldade de escoamento que atravessam hoje os produtores nacionais. Por exemplo, na fruta, os produtores recebem 20, 30 ou 40 cêntimos por quilo de fruta, que é vendida nas grandes superfícies a 2 euros. Mas poderíamos também falar do azeite: temos o País infestado de olival em prática superintensiva, apoiado com dinheiros públicos; somos autossuficientes, mas o preço está a valores nunca vistos.

Por isso, gostava de lhe colocar algumas perguntas. A primeira é: o que é que tem a dizer aos pequenos produtores, esmagados entre os altos custos de produção e os miseráveis preços pagos pela sua produção, por essa verdadeira ditadura da grande distribuição? Está disponível para intervir na distribuição de valor ao longo da cadeia?

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Está a falar da SONAE?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Que medidas de apoio à produção está disposto a discutir e a aprovar? Que obras de infraestrutura agrícola julga serem necessárias? O que está disposto a fazer para a valorização da agricultura familiar, que é a base da agricultura nacional, designadamente a valorização do Estatuto da Agricultura Familiar? Uma última pergunta: as DRAP, são para devolver?

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bata palmas!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Batam palmas vocês! Vocês são mais, podem bater palmas. Estão autorizados!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado Eduardo Oliveira e Sousa tem 3 minutos para responder a esta segunda ronda.

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Joana Mortágua, abordou a questão de eventualmente usar a ciência para continuar a produzir como até agora. Creio que sim, que a solução está em avançar para novas técnicas de produção abraçando a ciência, abraçando o conhecimento que está a ser produzido, conforme referi na minha intervenção.

Associo isso à questão que levantou, dos caudais. Pergunta se vamos ou se não vamos defender o transvase — utilizou a palavra «transvase», mas numas situações, poderá ser transvase, noutras situações poderá ser outra coisa qualquer. Sr.^a Deputada, tenha consciência do seguinte: a única forma de travarmos o avanço do deserto, que já passou do norte da África para o sul da Europa, é através de uma utilização correta da água. E a água que existe no planeta é uma só.

Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.

É uma só! Não se fabrica nem se gasta. O segredo da água é a sua correta gestão. É isso que nós não temos estado a fazer.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — Temos de fazer uma correta gestão dos recursos que estão à nossa disposição.

«A agricultura está a esgotar o território» — são exatamente estes mitos que acho que deviam ser desmanchados.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — A agricultura intensiva, como depreciativamente se pretende apelidar, é o contrário. É daí que saem melhores condições de produtividade, protegendo os locais onde ela é praticada. Desafio os Srs. Deputados a irem aos locais onde há hoje olivais, ou onde houve olivais antes, para verem depois o que se vai lá fazer a seguir.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sou de Alvito!

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, fala em defender a agricultura, mas digo-lhe: pensava que o tempo, e a discussão — perfeitamente inerte —, de associar alterações climáticas ao consumo da carne e querer que os desgraçados dos animais sejam os culpados pelas alterações climáticas já tivesse passado.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Fala em produzir mais leguminosas. Ninguém impede os produtores de produzirem mais leguminosas, só que os produtores são agentes económicos, procuram maximizar as suas produções e, portanto, fazem as escolhas que o mercado lhes pede.

Sobre a política de esgotar os solos ou a questão de que falou em Odemira, a Sr.^a Deputada já foi a Odemira verificar, como deve ser, o que é que lá se passa?

Protestos da Deputada do PAN Inês de Sousa Real e contraprotestos do CH.

É seguro que não conhece em pormenor o resultado daquela exploração, porque, se há local onde a tecnologia é devidamente utilizada e os recursos são parcamente utilizados, é exatamente na região da Odemira, que sofre, e de que maneira, com a questão da falta de água, devido às alterações climáticas.

Sr. Deputado Ricardo Pinheiro, sobre o PEPAC, ele foi negociado com grandes restrições ambientais. Foi exatamente aí que pedimos à Sr.^a Ministra da Agricultura de então que mudasse aquilo que estava a fazer, que reforçasse o primeiro pilar com verbas do segundo pilar.

O Sr. **Ricardo Pinheiro** (PS): — Mas estamos agora na altura e gostava de saber!

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — Ela não quis fazê-lo e agora vai ter de ser feito. Agora vai ter de ser feito. Perguntava se a cabimentação estava errada. Estava! Estava errada e vai ter de ser corrigida. Mas esses processos são complicados, têm prazos.

Pergunta-me se será até ao dia 30 de junho. Deixe-me corrigi-lo de uma forma perfeitamente cordata. Até ao dia 30 de junho não sei. Não sou parte do Governo e não sei se o Governo já está a trabalhar nisso. Mas creio que sim, que haverá condições para que esses assuntos sejam tratados em tempo oportuno.

Sr.^a Deputada Paula Santos,...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Peço que termine, Sr. Deputado.

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — ... fala-me sobre as desigualdades e diz que a PAC esmagou os agricultores.

Sr.^a Deputada, a PAC foi construída para retirar a Europa da fome. Passaram mais de 60 ou de 70 anos e hoje temos de adaptar a PAC aos problemas da atualidade.

Não correu bem este exagero das questões ambientais. Os agricultores foram para a rua, agora voltou-se atrás. Há que requalificar, há que voltar a perceber como é que se faz. Proteger os pequenos agricultores e a agricultura familiar é não os obrigar a serem pequeninos. É que não é preciso serem grandes no território, eles podem ser pequenos no território, mas ser grandes agricultores.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Eduardo Oliveira e Sousa** (PSD): — É disso que o Partido Comunista não gosta: que eles cresçam. E eles têm de crescer através daquilo que fazem.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Têm de se associar, têm de recorrer às suas associações, têm de recorrer às OP (Organizações de Produtores) para fazerem frente a um mercado livre, porque espero que não regresse ao mundo económico o tempo da economia planificada.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Passamos agora à declaração política da Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ih!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal perde, todos os anos, cerca de 18 mil milhões de euros para a corrupção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha!...

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Falamos de 10 vezes mais do que o orçamento de apoio a quem está desempregado, da dotação do fundo ambiental ou até mesmo do valor orçamentado anualmente para a saúde no nosso País.

Só no mês de janeiro, enquanto estávamos em plena campanha eleitoral, o Grupo de Estados contra a Corrupção (GRECO) do Conselho da Europa, no âmbito dos resultados da sua 5.^a avaliação da atuação dos Estados relativa à luta contra a corrupção, dizia que Portugal, mais uma vez, não cumpriu satisfatoriamente 12 das 15 recomendações que nos foram feitas há nove anos, e que não se registou sequer nenhum progresso face à última avaliação, ocorrida em 2022.

Uma das recomendações do GRECO, que este Parlamento e os sucessivos Governos têm vindo a deixar na gaveta há nove anos, é precisamente a regulamentação do *lobbying*. Este é um tema que tem ficado na gaveta mesmo quando, sucessivamente, os portugueses se confrontam com casos e casinhos, seja o da Operação *Influencer*, seja o do favorecimento, no caso das gémeas, que originou a Comissão Parlamentar de Inquérito — Gémeas Tratadas com o Medicamento Zolgensma.

Não podemos confundir a atividade de *lobbying* exercida legitimamente com fenómenos de corrupção, mas a verdade é que a regulamentação de *lobbying* e de mecanismos de fomento da agenda pública ajuda a que tais situações possam ser mais escrutinadas no tempo devido e, assim, evitadas.

No entanto, a regulamentação do *lobbying* e a promoção da transparência têm continuado na gaveta, mesmo quando, ainda na semana passada, a condenação de Ricardo Salgado e de Manuel Pinho nos demonstrou quão lesiva pode ser para o interesse público a ausência de regras de relacionamento de titulares de cargos públicos com grupos de interesse.

O PAN entende que a regulamentação do *lobbying* não pode continuar na gaveta e que este debate não pode ser adiado para os finais da Legislatura, sendo certo e sabido que veremos, mais uma vez, em pleno

final de Legislatura, PS e PSD a revezarem-se para dizer que um tema destes não pode ser decidido no final de Legislatura.

Por isso mesmo, e antecipando esta preocupação, o PAN deu entrada, ainda hoje, de uma iniciativa para assegurar a regulamentação do *lobbying*, e queremos que, com o debate de hoje, se sensibilizem e convoquem todos os partidos para se juntarem, reunindo o consenso necessário, para que se preencha, de uma vez por todas, esta lacuna na promoção da transparência e luta contra a corrupção.

Não queremos despenalizar o tráfico de influências. Esse é um argumento já ouvido e gasto. Queremos, sim, que aquilo que se apresenta como crime, à luz da proposta do PAN, assim permaneça. O que se pretende é traçar uma linha clara entre a influência legal, aceitável, e até útil, às políticas públicas e a influência ilegítima e o tratamento de favor que têm ficado sem sanção penal por estarem enredados numa cortina de fumo criada apenas e só por falta de regulamentação, como, por exemplo, o *lobbying* que abre a porta à impunidade.

Não se pretende tão-pouco criar um nicho de negócio, porque a indústria do *lobbying*, como todos sabemos, já existe e é ocupada em Portugal por algumas sociedades, sejam elas de advogados, multidisciplinares, entre outras. O que se pretende, sim, é que o *lobbying* deixe de ser um mundo sem regras, em que só entram as entidades e as pessoas com mais recursos e melhor lista de contactos.

Queremos pôr fim a um contexto que convida a que os assuntos de Estado possam ser tratados à mesa de restaurantes e que haja políticas públicas feitas à medida de alguns.

Uma democracia madura e com 50 anos de existência não deve tolerar que apenas uma elite com uma boa lista de contactos telefónicos possa influenciar as políticas públicas.

É, sim, preciso democratizar o relacionamento dos cidadãos, das associações e das empresas com os titulares de cargos políticos e tornar transparentes todas as interações realizadas.

Ora, na iniciativa que o PAN apresentou, propõe-se a regulamentação da atividade de *lobbying* em Portugal através de um conjunto de regras, nomeadamente de transparência, que sejam aplicáveis às interações entre entidades públicas e outras entidades que, sob qualquer forma, pretendam assegurar a representação dos grupos de interesse ou de *lobbies*. Esta iniciativa aproveita muita da reflexão que este Parlamento já fez, aliás, nas anteriores legislaturas — pois este também não é um tema novo —, procurando inovar e ir mais longe em vários aspetos, tendo em conta todo o debate que já aqui amplamente fizemos.

Tendo em conta que já estão identificados os vários problemas, porque já os debatemos, importa, assim, adotar um sistema de regulamentação de *lobbying* similar ao que existe na Comissão Europeia e no Parlamento Europeu e introduzir um sistema integrado de registo único e centralizado a funcionar junto à entidade da transparência em que os lobistas têm obrigatoriamente de se inscrever, mas em que também as entidades públicas possam reportar mensalmente todas as interações mantidas com os lobistas.

É importante, também, consagrarmos, de uma vez por todas, um mecanismo de pegada legislativa, que seja obrigatório no quadro da Assembleia da República e facultativo para os demais níveis de poder, de modo a assegurar o cumprimento das recomendações do GRECO e da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), que têm defendido a introdução deste mecanismo no nosso País com o intuito de tornar o processo legislativo mais transparente e inclusivo.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, não podemos aceitar que a regulamentação do *lobbying* seja um mero gesto de cosmética ou meramente simbólico, que haja uma lei sem dentes ou que se regule a árvore e se esqueça a floresta.

Por isso mesmo, de uma vez por todas, temos de espoletar um processo, em que o PAN desafia as demais forças políticas a juntarem-se a nós, para que possamos colocar limites àquilo que é hoje uma área cinzenta ou que abre portas giratórias entre a política e o mundo do *lobbying*.

Queremos também incluir outras entidades ou sociedades, como as sociedades de advogados, que se dedicam ao *lobbying* e ao âmbito do conceito de lobista, como defende a própria Ordem dos Advogados, que reconhece já esta problemática, ou como propuseram, no passado, Deputados da JSD (Juventude Social Democrata), como Margarida Balseiro Lopes, atual Ministra, e Alexandre Poço.

Será difícil que uma sociedade de advogados seja qualificada como lobista na União Europeia e que não o venha a ser no âmbito nacional, porque isso também não harmoniza a legislação vigente e menos ainda credibiliza as instituições, nas quais tanta confiança necessitamos de restabelecer, junto dos nossos concidadãos.

É preciso também que não permitamos que não haja um quadro sancionatório exigente perante a violação de uma futura lei do *lobbying*, que urge debater nesta Assembleia e que possa, por exemplo, limitar o acesso a subsídios ou apoios financeiros.

Aquilo que hoje pretendemos trazer, com esta declaração política, Sr.^{as} e Srs. Deputados, — até para concluir — é que haja, de facto, um debate em relação à regulamentação do *lobbying* em que cada partido seja chamado e que possamos começar a trilhar novamente um caminho, para que se gere um amplo consenso e para que, de uma vez por todas, possamos fomentar, em Portugal, uma maior transparência, através de um diploma conjunto da lei do *lobbying*.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.^a Deputada, tem três pedidos de esclarecimento. Como pretende responder?

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Responso em conjunto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito bem.

Então, vamos começar pelo pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Pedro Pinto, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, se alguém está à vontade neste tema, neste assunto do *lobbying*, é o Chega.

Fixámos a ordem do dia, apresentámos projetos e a Sr.^a Deputada absteve-se. Vou recordar só isso. É que a abstenção não valeu de nada, porque nós temos de estar juntos neste assunto do combate à corrupção, nisto do *lobbying*, que é extremamente importante. Nós apresentámos um projeto e a Sr.^a Deputada agora vem aqui dizer «tem de se fazer mais». Tem de se fazer mais, mas a Sr.^a Deputada absteve-se, portanto, isso conta pouco.

Mas vamos falar de corrupção, de transparência e de combate à corrupção. Eu vou-lhe recordar mais coisas, por exemplo, que, se alguém nunca quis nada com o combate à corrupção e com a transparência, foi esse grupo parlamentar que está aí ao seu lado, o do Partido Socialista. E sabe como é que a Sr.^a Deputada votou sempre os Orçamentos do Partido Socialista? Votou ao lado deles.

Portanto, é uma pura hipocrisia, uma pura demagogia, vir agora dizer: «Ai, a transparência, a corrupção...!»

Olhe, quer falar mais de transparência e corrupção? Lembrei-me também: onde é que está o PAN na Madeira? Repito: onde é que está o PAN na Madeira?

Protestos do PAN.

É que a Sr.^a Deputada do PAN da Madeira viabilizou o governo de Miguel Albuquerque, que tinha caído por um alegado esquema de corrupção. São factos, são factos.

Protestos da Deputada do PSD Emília Cerqueira.

Esse governo de Miguel Albuquerque voltou a ganhar as eleições...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E então?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): —.... e a Sr.^a Deputada do PAN, tão indignada com a corrupção, sabe o que é que disse? Eu vou dizer-lhe o que é que ela disse, ontem: que acha lógico Miguel Albuquerque continuar.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então, acha lógico Miguel Albuquerque continuar? Está indiciado em corrupção e achamos lógico que a corrupção continue? Achamos lógico pactuar com a corrupção? É isso, Sr.^a Deputada.

Portanto, não passa de demagogia, repito, não passa de demagogia.

Sei que está aqui sozinha, sei que, na Madeira, também está sozinha. Nos Açores, o PAN já desapareceu e, na Europa, também. Eu sei que isso acontece. Agora, vir aqui falar de corrupção, de transparência, quando são os primeiros a dar um mau exemplo, desculpe, Sr.^a Deputada, não passa de pura demagogia.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, houve aqui um lapso nosso: não são três, são quatro pedidos de esclarecimento. Continua a responder em conjunto ou quer separar?

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Separar.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito bem. Então, vamos agora para o segundo esclarecimento, que é do Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, começo por dizer que nós, na Legislatura anterior, apresentámos um projeto de regulamentação do *lobbying* que, se não estou em erro, até o PAN votou a favor — e nós votámos a favor do projeto do PAN de regulamentação do *lobbying*, e voltaremos a fazê-lo.

Achamos precisamente que esta defesa de interesses não pode ser feita de forma encapotada, varrendo para debaixo do tapete. Deve ser feita com transparência, com maturidade.

Dito isto, acho que, no debate da corrupção, é preciso esclarecer aqui um ponto: as pessoas nascem loiras, nascem morenas, nascem altas, nascem baixas, não nascem corruptas.

Risos do Deputado do L Rui Tavares.

Não existe um gene da corrupção. E porque é que isto é importante? Porque «é a circunstância que faz o ladrão».

A corrupção não é um problema de agência, é um problema de estrutura e, às vezes, as estruturas, em particular o Estado português, a estrutura portuguesa, são mais ou menos permeáveis à corrupção e acontece que, em Portugal, são bastantes permeáveis à corrupção. É um dos elementos-chave que alimenta esta estrutura é a burocracia. A burocracia é o bálsamo da corrupção.

Isto é importante, porque há partidos que veem a corrupção, sobretudo, como uma condição de classe. Ora são os ricos ora são os capitalistas ora são os políticos e os tachistas e, portanto, vão encontrando bodes expiatórios, questões de agência, para tentar encontrar os seus corruptos.

O diagnóstico é errado e as soluções são péssimas. Por um lado, se dizem que o Estado é permeável a interesses, a solução desses partidos é mais Estado. Vamos aumentar ainda mais o Estado, vamos coletivizar tudo. Portanto, aí toda a gente está sujeita a interesses.

Por outro lado, a solução de outros partidos é aumentar as penas, como se 5 ou 10 anos fossem resolver o problema da corrupção. Isso não resolve nada, a corrupção já ocorreu. Isto é pena pela corrupção.

Portanto, não é assim que se resolve o problema da corrupção. É preciso falar com seriedade, é preciso simplificar, desburocratizar, remover esse terreno fértil à corrupção. Quem cria dificuldades incentiva a venda de facilidades, naturalmente.

Portanto, a pergunta que tenho para dirigir à Sr.^a Deputada é um caso claríssimo de burocracia que impede o avanço do País, impede o avanço tecnológico e que até poderá — não estou a dizer que o faz! — gerar casos de corrupção. Falo, por exemplo, da questão da regulamentação das centrais fotovoltaicas, que, em Portugal, demora três ou quatro anos a ocorrer, ou então das comunidades de energia renovável, em que as próprias instituições, autoridades e direções-gerais não sabem como implementar a própria lei. Portanto, estamos num estado de paralisia total. Era essa a pergunta que lhe dirigia.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real tem três minutos.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, agradeço as questões colocadas por ambos os Srs. Deputados.

Começaria pelo Chega. Sr. Deputado Pedro Pinto, gostaria de fazer um exercício de memória e recorde que, na Legislatura passada, o Chega, de facto, apresentou uma proposta, mas era uma proposta que em tudo replicava uma proposta já apresentada na Legislatura anterior,...

Protestos do Deputado do PS Pedro Delgado Alves.

... que basicamente era um *copy-paste*.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nós fizemos um debate sobre isso!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — De facto, é positivo quando vão aproveitar boas iniciativas, só que ela estava desatualizada e por isso é que o PAN teve de se abster.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Estava desatualizada!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — A proposta que, na altura, o PAN e outras forças políticas trouxeram aqui a debate...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Foi o PS que não deixou!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... já tinha um conjunto de inovações, nomeadamente, esta que acolhe o parecer da Ordem dos Advogados, que vem, de facto, incluir as sociedades de advogados.

Portanto, faça este exercício de memória,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PS não deixou!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... porque, efetivamente, há uma razão para esta abstenção, que diferiu o nosso sentido de voto na proposta do Chega, precisamente porque temos por base e por princípio não ter espartilhos ideológicos em boas propostas, mas é preciso que elas sejam boas, o que não era, efetivamente, o caso.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PS é que não deixou!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Quanto ao Orçamento do Estado, recorde-lhe que o PAN se absteve, precisamente porque o PAN foi a única força política que conseguiu aprovar medidas de combate à corrupção. Não foi o Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas quais?!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Recorde-lhe, aliás, que o Chega, na Legislatura passada, aprovou zero iniciativas, e o PAN aprovou não só a realização de uma nova estratégia,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ah, nova estratégia, essa é boa!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... como o reforço dos meios de combate à corrupção, e caberá agora à AD executar o que está no Orçamento e garantir que o reforço dos meios técnicos de combate à corrupção seja uma realidade, já neste ano e não para o ano.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem corrido bem!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Relativamente à Madeira, Sr. Deputado, recorde-lhe também — isto hoje, de facto, é preciso aqui um exercício de memória — que foi o PAN que retirou a confiança política a Miguel Albuquerque e que quebrou o acordo que existia, precisamente porque, para nós, um princípio sagrado é que, se não existem condições para continuar, então, o PAN mantém a sua palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é verdade! Estão aqui as declarações dela!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Quanto às perguntas do Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal, que desde já agradeço, o debate que aqui estamos a fazer não é, de facto, um debate de revisionismo histórico, é um debate sério em torno do combate e da prevenção dos fenómenos do tráfico de influências e do *lobbying*.

No entanto, o exemplo que deu não me parece que seja o mais feliz. Concordamos que efetivamente é preciso desburocratizar muitas dimensões da nossa Administração Pública para combater também a corrupção, mas isso não significa que seja a todo o custo, menos ainda com a destruição de valores naturais ou quando, como nos exemplos que deu, temos casos que estão a ser investigados precisamente por corrupção.

Recordo-lhe que, em relação ao Simplex Ambiental, que já está em vigor e que é, neste momento, uma carta branca, uma autêntica via verde para destruir e não para preservar valores ambientais,...

Protestos do Deputado da IL Bernardo Blanco.

... as próprias organizações não-governamentais do ambiente já vieram alertar para os perigos que existem...

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

... nesse tipo de implementações, nomeadamente porque estão a destruir terrenos agrícolas e áreas de floresta, entre tantos outros.

Falo do *data center* de Sines, 2000 milhões de euros. Falo também de outros negócios associados, como foi o caso que indiciou ao processo e que levou até a pôr em causa o Presidente da APA (Agência Portuguesa do Ambiente).

Portanto, é, de facto, um péssimo exemplo aquele que veio dar. Nós concordamos com o princípio — há áreas da nossa sociedade e da Administração Pública que é preciso desburocratizar —, mas a área ambiental e a área urbanística têm de ter dinâmicas sobre as quais temos de ter alguma cautela, sob pena de estarmos a pôr em causa o adequado ordenamento do território, que não é o que se pretende.

Quanto à lei do *lobbying*, tendo em conta a posição da Iniciativa Liberal, esperamos que se juntem a nós e que também apresentem uma iniciativa,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Já apresentámos!

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... porque, quanto mais amplo for o consenso nesta Casa, certamente melhor poderemos chegar, nesta Legislatura, a uma lei que satisfaça, de facto, esta necessidade de preenchimento de uma lacuna, de uma área cinzenta, que existe no nosso País.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos à segunda ronda de pedidos de esclarecimento. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, em primeiro lugar, saudava-a pelo agendamento, apesar de que teria sido mais produtivo saudá-la pelo agendamento se tivéssemos conhecido e tivéssemos a oportunidade de discutir aquilo que o PAN vai querer apresentar com as propostas agendadas. Ou seja, apresentou, mas, evidentemente, se quisesse fazer um debate pormenorizado sobre o que é que avançou, em matéria de proteção do *lobbying*, seguramente um agendamento seria mais adequado.

Protestos do PAN.

Esta matéria, felizmente, reúne um consenso parlamentar bastante alargado. Já no passado, o CDS, o PAN e o PS tinham um projeto concluído.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Texto final.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Aliás, o Sr. Deputado João Almeida ainda cá estava nessa Legislatura, que foi o segundo falecimento da tentativa de aprovação dessa legislação. Já na Legislatura anterior a essa, a matéria tinha sido construída e, de facto, à terceira não foi de vez, no final da última Legislatura.

É útil, efetivamente, — nesse ponto concordamos com a Sr.^a Deputada — que, mais no início da Legislatura do que no seu final, esta matéria seja abordada e concluída.

A convergência entre os projetos apresentados na última Legislatura é significativa. Todos se cosem pelas mesmas linhas, alguns mesmo copiando uns dos outros, mas, quanto àqueles que seriamente abordaram este debate desde o início — e neles incluo praticamente todos os grupos parlamentares que apresentaram a matéria —, sobram algumas questões novas, e era sobre isso que gostava de lhe colocar uma questão, uma vez que a focou na sua intervenção.

Efetivamente, da sucessiva leitura de pareceres e dos próprios projetos, há uma matéria em relação à qual há alguma insatisfação sobre como se tem encontrado uma solução que respeita precisamente à forma como advogados e solicitadores devem ser enquadrados neste domínio.

Ou seja, é para nós, neste momento, inegável que as reuniões e a atividade de contacto, como acontece na União Europeia, têm de ser objeto de registo também no quadro nacional.

A dúvida que se nos coloca — e é fundamental que isto seja abordado com as próprias ordens envolvidas — é se isso deve significar uma proibição da atividade de *lobbying* por advogados e solicitadores, como consta, até agora, das iniciativas apresentadas, ou se alternativamente deve ser encontrada uma solução diferente, que não perca o objetivo principal, que é o da transparência e o da clareza de todos os contactos, precisamente para que não se escondam numa ou noutra função para escapar a essa transparência.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Portanto, este é um daqueles aspetos em que o debate e os pareceres e a auscultação com os restantes serão produtivos.

Acho que todos, na Câmara, fazemos votos para que, desta vez, seja efetivamente possível superar estas dificuldades e que se mantenha o contexto em que esta discussão está a decorrer neste momento, de construção de consenso e de procura de soluções equilibradas e que, ao fim de mais de sete anos, finalmente, permitam resolver um problema que se arrasta há tempo demais da nossa ordem jurídica.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para o último pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Andreia Neto, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.^a **Andreia Neto** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, parece que, nesta Legislatura, ainda este tema não tinha vindo ao debate, mas a verdade é que o combate à

corrupção está no Programa deste Governo e o combate à corrupção foi definido exatamente como uma prioridade para este Governo.

Aliás, Sr.^a Deputada, já teve oportunidade o Governo de convidar todos os grupos parlamentares para se sentarem à mesa com a Sr.^a Ministra da Justiça, precisamente porque aquilo que este Governo defende é o combate à corrupção como prioridade, mas também não deixar de fora os grupos parlamentares e promover essencialmente também um diálogo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ela não tem grupo parlamentar!

A Sr.^a **Andreia Neto** (PSD): — Mas parece-me que a Sr.^a Deputada se esqueceu efetivamente de toda esta realidade.

A verdade é que nós, bancada do PSD, naturalmente, estaremos disponíveis e iremos apresentar uma iniciativa legislativa, mas também vamos respeitar aquilo que o Governo tem feito e vamos procurar aguardar, exatamente, por essa proposta do Governo.

Mas, Sr.^a Deputada, seguramente que a bancada do PSD não ficará de fora deste combate e acompanhará o Governo de Portugal no combate à corrupção como uma prioridade.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, em três minutos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, agradeço a ambos os Srs. Deputados as questões colocadas.

No que diz respeito à questão colocada pelo Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, relativamente aos advogados e solicitadores, parece-nos que há, de facto, um desafio no que diz respeito ao conceito que tem de ser definido, por um lado.

Por outro, introduzimos agora as sociedades multidisciplinares, que é algo que, com a última alteração do estatuto das ordens profissionais, acaba por ter de estar na ordem do dia para garantirmos não uma proibição — não é disso que se trata — mas sim uma regulamentação e um registo que possa estar centralizado, nomeadamente junto da Entidade para a Transparência, para que possa haver cruzamento de informação e uma maior transparência nesta que é a sua atuação.

Relativamente à gestão de conflitos de interesses, temos de perceber também, do ponto de vista deontológico, o que é que pode estar em causa e acautelar que, efetivamente, temos uma pegada legislativa adequada, conforme e harmonizada com aquilo que está previsto na União Europeia.

Não nos faz sentido que, atualmente, na União Europeia, estas sociedades já tenham de estar a fazer este registo e em Portugal não tenham de o fazer e, assim, possamos ter aqui, de facto, portas abertas não apenas para estas entidades, mas também, por exemplo, para antigos Deputados. Não nos faz sentido que antigos Deputados, que estejam a exercer atividade de lobistas, também não tenham de se submeter a este registo.

Portanto, há que repensar a forma como a nossa sociedade funciona para que haja aqui uma democratização do *lobbying* e dessa atividade. Não nos podemos esquecer que não podemos ter cidadãos ou organizações de primeira e de segunda, todos devem ter acesso ao poder governativo e ao poder político, nomeadamente à Assembleia da República, sem que para isso tenham de ter uma agenda ou um contacto telefónico privilegiado.

No que diz respeito às questões colocadas pela Sr.^a Deputada Andreia Neto, Sr.^a Deputada, recordo que a Assembleia da República não deixou de ter poderes. A Assembleia da República tem não apenas o poder de fiscalização da atividade do Governo, mas também tem o poder de legislar. Nós estamos aqui e fomos eleitos para isso mesmo.

Respeitamos o trabalho do Governo e o PAN não só esteve presente nessas reuniões, como inclusivamente deu contributos para o combate à corrupção, tal como fizemos na Legislatura passada. Não

começámos ontem a trabalhar este tema, respeitamos o papel do Governo, mas nesta Assembleia não nos demitimos daquilo para que os cidadãos nos elegeram.

Portanto, não nos demitimos desse papel e estamos aqui, de facto, com uma iniciativa para a qual esperamos que o PSD, em particular, tendo agora estas responsabilidades governativas, se junte a este mesmo debate, que deve ser alargado ao Parlamento e não exclusivo do Governo.

Estamos a falar de uma legislação extremamente sensível, porque não se pretende estar a diabolizar profissões, nem a tornar lícito ou a confundir conceitos de licitude no que possa ser gerir influências, mas sim a traçar uma linha clara entre o que é lícito e o que é ilícito e, até, contribuir assim para uma maior prevenção criminal dos fenómenos da corrupção ou do tráfico de influências.

Assim, esperamos que o PSD desta vez não venha apresentar, orgulhosamente só, uma proposta do Governo, mas que permita a toda a Assembleia fazer este debate, porque ganhará certamente com isso a nossa sociedade.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos, então, passar ao próximo ponto da agenda, que consiste na declaração política por parte do Governo, cuja intervenção vai ser feita pelo Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Pedro Duarte.

Pausa.

Peço só aos serviços que coloquem no quadro 1 minuto para o PAN, para o debate que se irá seguir. Obrigado.

Sr. Ministro, pode usar da palavra.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Pedro Duarte): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Completam-se hoje dois meses desde a investidura parlamentar deste Governo.

O País inteiro tem sido testemunha de um Governo que ouve, que dialoga, que faz acontecer. Fá-lo com sentido de urgência. É um Governo que não se arrasta nem se acomoda. Repito, é um Governo que tem urgência em implementar medidas, em resolver problemas, em responder às necessidades dos portugueses.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, não tenhamos complexos com a palavra «urgência», porque essa urgência resulta, precisamente, da necessidade de encontrar soluções novas para problemas antigos.

Por isso, lançámos o novo aeroporto Luís de Camões, a terceira travessia sobre o Tejo e a ligação ferroviária de alta velocidade entre Lisboa e Madrid.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Dirão que isso é para o futuro. É verdade, mas não há futuro sem decisões no presente. E se os portugueses não estavam habituados a esta capacidade de decidir, pois bem, nos últimos 60 dias passaram a estar.

Risos do PS.

Mas esta urgência, esta premência, esta vontade de decidir resultam também de um objetivo que é primordial na nossa governação: cuidar das pessoas — cuidar das pessoas desde que nascem até ao final das suas vidas, mostrando-lhes que podem sonhar com um pouco mais no presente. Podem sonhar já, podem sonhar hoje!

Por isso, os beneficiários do complemento solidário para idosos (CSI) já receberam mais dinheiro em junho e deixaram de pagar medicamentos. Desde o início deste mês, nenhum idoso em Portugal deixou de ter acesso aos seus medicamentos por falta de recursos económicos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Nenhum idoso teve de escolher entre tratar da saúde ou pagar a conta do supermercado, da eletricidade ou do gás.

Voz do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Isso é que era bom!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Por isso, este ano os jovens pagarão menos IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) e terão menos dificuldades para arrendar ou comprar a sua casa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por isso, criámos uma linha de apoio às grávidas e, desde o primeiro dia de junho, já foram atendidas, em média, 271 grávidas por dia. Por isso, comprometemo-nos a acabar, em três meses, com a lista de espera para cirurgia oncológica e, em poucas semanas, já foram operados mais de 2000 utentes oncológicos.

Sim, colocamos prazos nas medidas que implementamos e cá estaremos, com regularidade, para responder pelos prazos e para prestar contas do que estaremos a concretizar. Estamos a fazer muito...

Voz do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — ... porque era muito o que tinha sido deixado por fazer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo não fecha os olhos à mudança. Num país que absorveu quase 1 milhão de imigrantes em 10 anos, há quase metade deles a viver num limbo. É admissível? Não, não é! Precisamos destas pessoas? Claro que sim! Mas precisamos delas em segurança e com dignidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Faltava, por isso, criar um plano humanista para regular a imigração. Hoje, já não falta.

Desde que tomámos posse, temos mostrado, antes de tudo, urgência em dialogar: dialogar é querer construir pontes, pontes que sejam verdadeiras rampas de lançamento para a ação. E é isso que temos, desde o primeiro dia, tentado fazer. Por isso, chegámos a um entendimento com os professores, devolvendo a paz às nossas escolas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Por isso, chegámos a um entendimento com os funcionários judiciais, depois de mais de 18 meses de conflito social.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Por isso, não desistiremos de alcançar um acordo com as forças de segurança, de quem esperamos razoabilidade perante o enorme esforço que estamos a fazer. Não desistiremos de dialogar com os portugueses, porque é para os portugueses que estamos a governar.

Tal como não desistiremos de continuar a procurar diálogo, acordos e entendimentos com todas as forças políticas deste Parlamento, mesmo com aquelas que parecem ter pouca disponibilidade para dialogar e muita vontade de contragovernar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Sim, contragovernar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Contragovernar é impor medidas que não estão no Programa do Governo sufragado pelos portugueses e viabilizado por este Parlamento. Contragovernar é a ação de um partido que apresenta medidas que nunca propôs durante os oito anos em que governou e que agora só o faz não por convicção, mas por puro cálculo político, por vontade de dinamitar esta Legislatura.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vai conseguir. De resto, todos podem estar conscientes. Todos, incluindo aqueles que se têm focado em contragovernar.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Podem ter uma certeza: quando estiverem disponíveis para negociar, construtivamente, em nome do interesse nacional, estaremos aqui, como sempre estivemos.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Até lá, este Governo não vai abrandar. O ritmo vai continuar alto, o trabalho vai continuar a ser muito e as soluções para os problemas vão continuar a ser implementadas. Este Governo não vai abrandar, porque o País não tem tempo a perder.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para formular perguntas pelo Partido Socialista, tem a palavra a Sr.^a Deputada Alexandra Leitão.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Só um momento, porque estamos todos a adaptar-nos a esta nova grelha desta rara declaração do Governo. Diga, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, era só para lembrar que a grelha que foi distribuída diz que o primeiro partido a usar da palavra é o PSD.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Não têm mais nada para dizer!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Pensei que isso já tinha ficado claro nas conversas telefónicas, mas, para que também fique claro para todas as pessoas, explico que na grelha apareceu o PSD em primeiro lugar porque foi feita a partir da que foi usada quando aconteceu um debate destes, em 2016, e, nessa altura, era Governo o Partido Socialista, o PSD fez essa intervenção enquanto maior partido da oposição.

O entendimento da Mesa, seguindo aquilo que é a *praxis* parlamentar desta tipologia de debates, é que quando há uma intervenção inicial do Governo, a primeira intervenção logo a seguir é dada ao maior partido da oposição. Foi esse o entendimento da Mesa e por isso chamámos o Partido Socialista, mas se o Partido Socialista não quiser usar da palavra...

Portanto, estamos a entender que estamos a dignificar o maior partido da oposição, foi esse o entendimento da Mesa, seguindo a *praxis* parlamentar, daí termos chamado e há pouco termos dado nota disso.

Pausa.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente em exercício, caro Sr. Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Sr. Ministro traz-nos aqui um exercício em jeito de balanço, apresentando, aliás, algumas medidas, como o lançamento do aeroporto — o anúncio do aeroporto —, que estavam mais do que feitas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não foi o anúncio, foi a decisão!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Mas, já agora, permita-me fazer um exercício de balanço alternativo. Ora, sim, em 60 dias, nove demissões de dirigentes da Administração Pública:...

Vozes do PSD: — Ah!!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — ... AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.); AMA (Agência para a Modernização Administrativa); PSP; Instituto da Segurança Social; Santa Casa da Misericórdia; SNS (Serviço Nacional de Saúde); Museus e Monumentos; IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional).

Oito Conselhos de Ministros, todos feitos em cima das eleições — não valeu de grande coisa, perderam-nas na mesma! —, repito, todos feitos em cima das eleições,...

Aplausos do PS.

... para aprovar um conjunto de planos, medidas avulsas, pouco amadurecidas, nada calendarizadas e muito menos contabilizadas.

Protestos do PSD.

Números: zero; contas, zero. Não sabemos quanto custa e, aliás, a preocupação do Banco de Portugal já está aí.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro! Essa entidade isenta, que o ex-Primeiro-Ministro queria trazer para o Governo!

Protestos do PS.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Balanço no Parlamento: zero propostas aprovadas, contra cinco projetos de lei aprovados pelo maior partido da oposição.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Ah, mas fizeram uma coisa muito importante e interessante logo a abrir: alteraram o logotipo da República. Coisa simbólica, já reverteram o logotipo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E muito bem!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Portanto, foi isso que fizeram, mas o que temos, na verdade, é um Governo incapaz de dialogar. Um Governo que enche a boca com a palavra «diálogo», mas que, na verdade, não conversa com ninguém: do IRS à habitação, houve uma vertiginosa onda de anúncios que nada tiveram de discussão, de diálogo, com nenhum partido da oposição.

Mas agora, levaram isto a um nível à frente. E o novo nível, a nova fase a que passaram é a fase de, em vez sequer de enviarem propostas de lei ao Parlamento — talvez porque saibam que não as conseguem fazer aprovar! —, adotarem o sistema das leis de autorização legislativa.

Portanto, querem um cheque em branco para que consigam subtrair a esta Assembleia a análise e a aprovação da própria proposta de lei, tendo só as leis da autorização legislativa.

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Também têm de ser aprovadas!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Pretendem um cheque em branco que os portugueses não vos deram — que os portugueses não vos deram! —, basta olhar para a composição deste Parlamento.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Sim, o Governo anterior tinha uma composição parlamentar bem diferente.

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Que disparate!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — E, portanto, ao arrepio do mandato que os portugueses vos deram, os senhores querem usar as leis de autorização legislativa como forma de fazer exatamente o oposto daquilo que o Primeiro-Ministro, ainda na noite das eleições, disse que iria fazer, que era «dialogar mais, dialogar mais». Pois o vosso «dialogar mais» é mandar leis de autorização para o Parlamento para subtrair a discussão das próprias propostas de lei.

Aplausos do PS.

Mas, já agora, é este o momento de dar provas da vontade de diálogo e, por isso, pergunto: é intenção do Governo continuar a apresentar autorizações legislativas em vez de, como deve ser, tendo em conta a composição parlamentar que têm, vir ao Parlamento e tentar fazer aprovar as vossas propostas de lei e, já agora, dialogar e aceitar as alterações que a oposição lhes queira inserir? É que temos, já a seguir, o IRS Jovem e outras coisas que tal, que estão a ser subtraídas totalmente a este diálogo.

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

A outra coisa que perguntava é a seguinte: já que até parece que vão contabilizar as medidas da oposição, em relação às vossas também vão apresentar as contas?

Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Ou, pelo contrário, quando perceberem que estão a levar o País para um rumo sem contas certas,...

Protestos do PSD.

... vão reverter as vossas medidas, como reverteram a medida do logotipo?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Seguindo pela ordem crescente, vamos passar ao Partido Social Democrata e, para intervir no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, uma primeira nota, um primeiro sublinhado para aquilo que é óbvio e evidente, mas que a Sr.^a Deputada Alexandra Leitão não quis notar. Há quanto tempo não vinha o Governo ao Parlamento fazer uma declaração política através do Ministro dos Assuntos Parlamentares?

Protestos do PS e contraprotestos do PSD.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O PS não precisava, era dono disto tudo!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Parece realmente uma coisa de somenos, perante a reação do Partido Socialista, mas o Parlamento é isto mesmo e dialogar é isto mesmo. Aquilo que o Partido Socialista reclama que o Governo não faz, fá-lo perante um Governo que veio ao Parlamento dialogar precisamente com todos os partidos da oposição.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Ou os senhores acham que o que estamos aqui a fazer é um teatro e um circo para se ver lá em casa? Não será para responder perante o Parlamento e perante a oposição que o Governo está aqui hoje?

Protestos do PS.

Os senhores acham que estes debates são um circo televisivo ou é o Governo a dar conta daquilo que faz quando governa?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Posso concluir que, quando chamam sucessivamente os membros do Governo às comissões, o que lhes interessa não é dialogar, mas apenas, também, o circo parlamentar e o circo mediático?

Protestos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não, Sr. Ministro, o que o Governo veio cá hoje fazer é um exemplo de diálogo, de abertura e de construção de soluções com a oposição e um sinal de respeito pelo País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Um Governo que iniciou a Legislatura com a Sr.^a Ministra da Justiça no Parlamento a receber todos os grupos parlamentares para ouvir e construir soluções no combate à corrupção, que a todos nos deve unir.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — E depois? Bola! Não aconteceu mais nada!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Um Governo que, para apresentar um plano para corrigir um flagelo que hoje temos, que tem a ver com a forma como acolhemos os migrantes, reuniu com todos os grupos parlamentares.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Nada!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nada? Já acabou com a manifestação de interesses!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Um Governo que apresentou uma proposta de lei para baixar o IRS e que teve, em mim e neste grupo parlamentar, uma ponte com todos os grupos parlamentares para negociarmos uma solução de consenso para baixarmos o IRS sobre a classe média.

Um Governo que decide todos os dias, pelos vistos a mal da oposição, mas a bem das pessoas e dos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A pergunta é a seguinte: está a oposição contra o acordo que o Governo fez para recuperar o tempo de serviço dos professores, que estava há anos congelado?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Está a oposição contra a decisão que dizem ter tomado — mas que não tinham tomado, porque senão não havia necessidade de ser este Governo a tomar — sobre o novo aeroporto da região de Lisboa, o aeroporto de Luís de Camões, a terceira travessia sobre o Tejo e a ligação em ferrovia de alta velocidade a Madrid?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Está a oposição contra o aumento do complemento solidário para idosos? Ou está a oposição contra a comparticipação a 100 % dos medicamentos daqueles que não têm dinheiro para comprar os medicamentos todos os meses?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do PS.

Está a oposição, designadamente o Partido Socialista, do lado do Governo, na negociação com as forças e serviços de segurança para corrigir uma injustiça e uma iniquidade que o Partido Socialista criou? Ou está a oposição e o Partido Socialista do lado do Chega, que acha que tudo é possível e que o dinheiro não conta no final do dia?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

Sr. Ministro, o Partido Socialista, por um lado, acusa o Governo de fazer muito e, por outro lado, acusa o Governo de fazer demais porque está em campanha eleitoral. Mas diz o Partido Socialista, enchendo-se de garbo: «Nós, aqui, no Parlamento, já aprovámos uma data de coisas e os senhores não aprovaram nada». Ora, pergunte-se lá ao Partido Socialista: com a muleta de quem aprovou essas iniciativas nesta Casa? É com o Chega e com o Partido Socialista que as medidas estão a ser aprovadas! Mas, depois, enchem a boca contra o populismo!

Aplausos do PSD.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E terminaram esta interpelação ao Governo, podendo aproveitá-la para construir diálogo,...

Protestos do PS.

... Sr. Ministro, veja bem, perguntando-lhe se está o Governo confiante com as contas certas do próximo Orçamento do Estado. Pois eu quero responder — se o Sr. Ministro me permitir, o Sr. Ministro responderá no seu tempo — à Deputada Alexandra Leitão. Deixem o Governo executar o seu programa.

Protestos do PS.

Deixem o Governo ter o seu orçamento, não estejam a encavalitar já despesa pública no próximo Orçamento do Estado...

Protestos da Deputada do PS Alexandra Leitão.

... e eu garanto o seguinte: pelas contas certas e pela resolução dos problemas das pessoas responde o Governo e respondem estas duas bancadas.

Aplausos do PSD, de pé, e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para formular perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, percebo este entusiasmo do Partido Social Democrata porque já não se via há muito tempo. Tinham abandonado a oposição ao Partido Socialista e agora vêm com esse entusiasmo todo.

Protestos do PSD.

Sr. Deputado Hugo Soares, o senhor referiu que o Chega acha que tudo é possível. Ó Sr. Deputado, o Chega o que acha é que para melhorar a vida dos portugueses, sim, tudo é possível.

Os senhores, em vez de fazerem um orçamento rectificativo, estão a governar com um orçamento do Partido Socialista, que chumbaram. Repito: que chumbaram, Sr. Deputado!

Aplausos do CH.

E o Chega não é muleta nenhuma do Partido Socialista, Sr. Deputado. Não é muleta nenhuma!

Vozes do PSD e da IL: — É, é!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Chega, ao contrário...

Vozes do PSD: — É, é!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... do que o PS e o PSD estavam habituados, que era fazer promessas aos portugueses e não cumprir, cumpre o seu programa eleitoral. Essa é que é a grande diferença! Os senhores é que estão habituados a não cumprir!

Aplausos do CH.

Há uma coisa que não seremos, Sr. Deputado, é muleta de António Costa para a Europa. O Chega e esta bancada não serão muleta de António Costa para a Europa.

Aplausos do CH.

Sr. Ministro, o Partido Socialista deixou este País num caos.

Vozes do PS: — Oh!...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Caos na saúde, caos na educação, caos nos serviços públicos, caos na imigração com a política de portas abertas, um aumento da criminalidade, aumento dos sem-abrigo e, particularmente, 4 milhões de pessoas no limiar da pobreza.

Para os senhores, como Governo, que estão lá há 60 dias, não era difícil fazer melhor. Com um país num caos, temos de fazer melhor e os senhores estão a tentar. E louvo este Governo por tentar fazer melhor.

No entanto, o que é que fizeram? Anunciaram pontes, TGV (*train à grande vitesse*), aeroportos,... É bom sonhar, Sr. Ministro! Estamos de acordo, é bom sonhar, mas e os sonhos para o dia a dia dos portugueses? Os sonhos para os jovens não terem de emigrar?

Protestos do PSD.

Os sonhos para os jovens poderem estabelecer-se em Portugal e fazer a sua vida em Portugal? Para aqueles jovens que o Partido Socialista mandou embora, porque nada fez para os jovens. É para esses que nós temos de governar e é para esses que o seu Governo terá de governar.

Ouvi muitas palavras, muitas promessas, mas as medidas são todas para 2025, Sr. Ministro.

Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis.

Ó Sr. Deputado, tenha lá calma. Está só aí aos gritos, aos gritos. Isto aqui não é escola primária! Não é escola primária.

Protestos do PSD e contraprotestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Reis, há duas razões pelas quais é preciso alguma serenidade e alguma ordem no Plenário. A primeira é global, porque é uma questão de urbanidade; a segunda é uma questão egoísta, porque nós, aqui em cima, não conseguimos ouvir as intervenções, e fazemos gosto de ouvir os nossos pares.

Portanto, Sr. Deputado Pedro Pinto, pode continuar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estava eu a dizer que as medidas que têm sido anunciadas são todas para 2025, mas o que os portugueses precisam é de medidas agora. Tem sido uma política de anúncios, uma política de «faz de conta», mas vamos ver no que é que vai dar.

Sr. Ministro, vamos falar da AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo). Como é que vão resolver esse problema? Sabemos que milhares de pessoas estão à espera, milhares de pessoas que o Partido Socialista deixou nas ruas de Lisboa e do Porto à espera. Como é que vamos resolver esse problema? São horas e horas de espera.

Existe um problema de falta de pessoal na AIMA e, agora, os senhores abriram um concurso para 73 pessoas. Ó Sr. Ministro, 73 pessoas é muito curto, não chegam para nada. São precisas muitas mais pessoas para este serviço da AIMA e é isso que é importante. Ao invés de serem 73, deviam ser 200, 300, porque é aquilo que faz falta aos serviços.

Para controlar as fronteiras, querem criar uma unidade de estrangeiros e fronteiras na PSP. É aquela espécie de «SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) pequenino» que querem criar, só para não dizer que vão reverter a extinção do SEF. Mas quando é que isso será feito? E como é que será feito?

Vou recordar, Sr. Ministro, que a PSP não tem condições, a PSP não tem homens e mulheres para prestar esse serviço, pois a carreira está pouco atrativa, a carreira é cada vez menos atrativa, cada vez existem

menos pessoas a quererem ser polícias. Sabemos que têm poucos meios, o parque automóvel está caduco e os jovens não querem entrar para a polícia.

Sr. Ministro, é urgente tornar a carreira de polícia atrativa — urgente! —, e isso não está a ser feito. Tem havido negociações, mas, se calhar, em vez de negociações, negociações e mais negociações, não era bonito cederem às pretensões das forças de segurança? São fundamentais no nosso País e está na hora de se resolver este problema.

Aplausos do CH.

Em relação à imigração, vou-lhe dar um exemplo, Sr. Ministro, que nos preocupa muito. Como é que vão fiscalizar aquilo que se passa em Portugal em relação à imigração? Vou dar um exemplo de uma loja no Martim Moniz, em Lisboa, que tem 6 m² e tem 50 trabalhadores — 6 m² e 50 trabalhadores! Como é que vão controlar isso se não existe pessoal?

É isto que o PSD tem de fazer e que este Governo tem de fazer.

Em relação às medidas para a imigração, lemos com atenção o programa, foi um programa que foi lançado à pressa, no meio do jogo eleitoral para as europeias, mas que não serve para resolver o problema. São precisas mais medidas — e vou terminar, Sr. Presidente.

Depois, também queria falar, muito rapidamente, de mais duas coisas que a nós nos parecem extremamente importantes...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Só uma, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É rápido: coesão territorial — pela qual vejo este Governo a fazer pouco — e justiça. O que fazer para os processos serem mais céleres? Também não vejo medidas deste Governo nesse sentido e para que processos, como o de José Sócrates, não corram o risco de prescrever.

Aplausos do CH, tendo o Deputado Filipe Melo aplaudido de pé.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, temos 60 dias de Governo e eu dividiria estes 60 dias em duas partes diferentes. Uma primeira parte — nos primeiros 30 dias — em que creio que o Governo foi atropelado pelos acontecimentos e uma segunda parte em que, depois de ter sido atropelado pelos acontecimentos, procurou recuperar a iniciativa política e tornou-se uma espécie de «Governo televidas» — com anúncios, anúncios, anúncios.

Eu não lhe vou fazer a injustiça de dizer que alguns desses anúncios não estiveram ligados a medidas concretas que vão ter um efeito transformador no País. Mas queria dizer-lhe também que, se o último Governo do PS foi eleito para dar continuidade — podemos discordar ou não — ao trabalho que estava a fazer, este Governo foi eleito para mudar o País.

Portanto, nesta dimensão, temos de avaliar também algumas medidas que, de facto, vão ter efeito. Do aeroporto já falaram aqui, e a verdade é que havia um problema sério de imigração e de completa falência do Estado. É importante tomar medidas nessa matéria, para ver se recuperamos o controlo, sobretudo com o humanismo que é preciso ter no tratamento desta situação.

Por outro lado, há questões fundamentais na vida dos portugueses, e vou falar de algumas, para as quais me parece que não basta fazer anúncios.

Vou-lhe dizer que o próprio Governo de António Costa, a determinada altura, anunciou, anunciou muito. Eu ouvi, nesta Casa, o maior plano para a floresta desde D. Dinis! Eu ouvi, nesta Casa, a promessa de que, numa determinada segunda-feira, os problemas da saúde iriam resolver-se por magia! Portanto, não basta anunciar.

Vou-lhe dar alguns exemplos. Vou-lhe dar o exemplo da habitação. Sim, foram anunciadas e tomadas algumas medidas, mas temos uma crise de oferta. Parece-me que não vamos estar em condições, pelo lado

da oferta — que é o lado essencial, como foi anunciado —, de começar a resolver o problema da habitação dos portugueses.

Queria falar também de impostos. Há uma parte grande da população portuguesa, nomeadamente os portugueses que têm mais de 35 anos, que olha para as medidas que foram tomadas em matéria de IRS e vê que aquilo que elas representam são 2 €, 3 € por mês. Tivemos aqui uma discussão que se prolongou por semanas, com artificialismo, porque, na verdade, as propostas que estavam sobre a mesa, genericamente, desde o lado à esquerda de onde me encontro até ao PS, eram de 2 €, 3 €, 3 €, 2 € por mês. É isso que as pessoas com mais de 35 anos receberam dessa discussão, que foi inflamada.

Na saúde, o princípio que o Governo neste momento aplica é o de convocar a capacidade instalada no setor social e no setor privado apenas depois de o SNS falhar. Ora, o SNS neste momento falha demasiadas vezes, e temos centenas de milhares de portugueses à espera até que falhe, porque o Governo não quer tomar a medida corajosa de convocar todos.

Portanto, Sr. Ministro, sim, é importante apresentar planos. Sim, é importante que esses planos sejam cumpridos e executados dentro dos prazos, mas também é preciso ter objetivos. Queria-lhe perguntar: quantos alunos começarão o novo ano letivo sem professor? Há respostas para isto? Quantos portugueses chegarão ao fim de 2025 sem médico de família? Quantos novos licenciamentos existirão em 2025 na construção, em função das medidas que o Governo está a tomar?

Para terminar, sobre a reforma da Administração Pública, pegando precisamente nessa dimensão dos planos que apresentaram, eu queria perguntar-lhe: qual é o plano, Sr. Ministro?

Aplausos da IL.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sei que o nosso ministro tem categoria para isso, mas os senhores não estão no debate quinzenal!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para intervir no debate, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro: Este Governo começou com um ato de demagogia. Começou levando a mão ao peito e dizendo que toda a nossa identidade patriótica dependia de um logótipo. Repito, toda a nossa identidade dependia de um logótipo.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Essa demagogia durou dois meses. Dois meses! Hoje, vamos à página do Governo e o logótipo, afinal, já não tem qualquer influência sobre o nosso patriotismo ou a nossa identidade. Foram dois meses e, pelo meio, o brasão chegou a ter sete quinas. Agora, já nem sete, nem cinco; agora, nem esfera armilar. Afinal, não era assim tão grave.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Queria era a foice e o martelo, não era?!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — O problema é que isto é simbólico, relativamente a este Governo. É que isto não vai lá com anúncios; isto vai lá mesmo é com governação. O problema é que este Governo passou o primeiro mês a gritar «deixem-me trabalhar!», em vez de trabalhar a sério. Passou o primeiro mês a gritar «deixem-me trabalhar!», em vez de governar. Adotou uma estratégia de vitimização permanente e sobrepôs essa estratégia de vitimização a uma estratégia de governação.

Não foi assim tão ineficaz, é justo dizer, na troca de cadeiras. Essa foi eficaz, foi rapidíssima.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Calma! Calma!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Aliás, até me pergunto o que é que o PSD hoje pensa sobre a CReSAP (Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública). Recordo-me do que o PSD disse sobre a CReSAP durante anos e anos e anos a fio. Agora é vê-los a rodar. Da CReSAP não se ouve nada.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Está muito enganada! Isso é de uma ignorância! Ainda hoje a ministra disse o que ia fazer!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Estou curiosa para saber se vai haver alguma alteração à CReSAP, já que criticou tantas vezes a nomeação de *boys* e *girls* noutros governos. O que é que vai fazer à CReSAP agora, já que não quis nada com a CReSAP?

O Sr. Ministro dizia que hoje é possível sonhar. Pergunto quem é que pode, de facto, sonhar hoje, com este Governo. Os negócios da saúde privada? Ah, esses podem sonhar, certamente! Podem sonhar com a reforma da saúde, porque este Governo já anunciou que transferirá para o privado tudo aquilo que o SNS não for capaz de fazer, com a promessa de que não vai investir mais no SNS. Esgota-se o que há e o resto será para o privado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É surreal! É surreal!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — O setor imobiliário? Ah, esse pode sonhar! Pode sonhar com as isenções fiscais, com as casas de meio milhão que vai conseguir pôr no bolso.

O setor energético, o setor da banca, o setor da distribuição, esses podem sonhar? Esses podem sonhar, com o único choque fiscal realmente existente neste Governo, que é o choque fiscal do IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas).

Aqueles que estão à espera da distribuição do privilégio pelas elites do País podem sonhar à vontade. A esses, o Governo deu mais do que razões para sonhar.

Ontem, o hospital do Barreiro continuava a não aceitar doentes urgentes. Hoje, as notícias sobre a linha de saúde 24 dizem que a situação é explosiva. Aquilo que este Governo fez em relação às urgências foi retirar do *site* a situação em que está o SNS. Ou seja, a situação é a mesma, mas deixamos de poder consultar no *site* quais são as urgências que estão fechadas. Esses continuam a não poder sonhar; as pessoas que precisam das urgências continuam a não poder sonhar.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem de concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Termino, Sr. Presidente.

Continuamos a não saber se podemos sonhar com o início do ano letivo com professores nas escolas. O que sabemos é que o preço das casas continua a subir e os salários, esses, não continuam a subir. E é por isso, Sr. Ministro, que não fui eu que fiz o verdadeiro balanço dos primeiros 60 dias deste Governo: foi o povo que o fez, nas eleições europeias.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Por isso é que o Bloco perdeu um Deputado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A AD subiu! É simples!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Ah, parecia que tinham perdido! Afinal, ganharam as eleições e eu não vi!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Foi o Bloco!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É como os miúdos! Têm mau perder!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para intervir no debate, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Protestos de Deputados do PSD, do CH e do CDS-PP e contraprotestos do BE.

A Sr.ª Deputada Paula Santos, quando puder iniciar a sua intervenção, certamente vai agradecer.

Continuação de protestos de Deputados do PSD, do CH e do CDS-PP e contraprotestos do BE.

Vou citar o Presidente da Assembleia da República ainda hoje neste Plenário: por mim, posso estar aqui até à meia-noite.

Pausa.

Vamos, então, dar condições, porque ainda temos votações a seguir e há pessoas também nas galerias que aguardam o momento das votações. Portanto, respeitemos os cidadãos que acompanham os trabalhos.

Sr.ª Deputada Paula Santos, tem a palavra.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro: O PCP não tem qualquer ilusão sobre os objetivos do Governo nem sobre os interesses que defende e dos quais depende.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É o grande capital, a grande distribuição, a ofensiva da NATO (North Atlantic Treaty Organization)!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — A verdade é que este Governo se tem multiplicado em anúncios para fazer crer que está a enfrentar os problemas. Aquilo que este Governo não consegue esconder é que aproveita os problemas, aproveita as dificuldades como novas oportunidades de negócio dos grupos económicos.

Vozes do CH: — Ah!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Eu não disse?!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Há setores onde isto é bem visível. Podemos olhar para a saúde: não há uma linha no plano de emergência para a saúde que este Governo apresentou para valorizar os profissionais de saúde, para valorizar as suas carreiras, para valorizar os seus salários, quando sabemos que a carência de profissionais de saúde é o que está a criar dificuldades na atribuição de médico de família, no funcionamento dos serviços, nos elevados tempos de espera.

Mas aí não há qualquer resposta, porque todos os recursos financeiros são mobilizados para satisfazer e alimentar o negócio da doença dos grupos privados.

Mas podemos falar da habitação, de quem procura e não consegue encontrar casa que consiga pagar. E o Governo, o que é que nos traz?! Mais especulação imobiliária.

Não há propostas para o controlo e redução das rendas, para proteger os inquilinos, para intervir no arrendamento e para pôr fim à facilitação do despejo. Aquilo que há é mais benefícios, mais privilégios para aqueles que têm lucrado, tornando a habitação numa mercadoria. Estamos a falar da banca, estamos a falar dos fundos, estamos a falar dos promotores imobiliários.

Protestos do Deputado do CH Jorge Galveias.

Falou dos jovens, mas diga lá, Sr. Ministro, como é que os jovens conseguem ter uma perspetiva de futuro no nosso País, quando não há uma palavra para o aumento dos salários, para o combate à precariedade? Não há uma única palavra por parte deste Governo!

Protestos de Deputados do PSD.

Aliás, os trabalhadores do nosso País com baixos salários — este é um problema central — não ouviram na sua intervenção, nem uma única vez, qualquer sinal no sentido do aumento efetivo dos salários, quando há efetivamente condições para o fazer. Não se faz por opção política, porque a opção deste Governo é a de continuar a alimentar os lucros dos grandes grupos económicos: falamos da banca, do setor energético, da grande distribuição. Isso é, de facto, o que move este Governo.

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

Para terminar, Sr. Presidente, a questão que gostaria de colocar — já aqui fizemos esta referência — é sobre os salários, é sobre os reformados. Referiu que nenhum idoso vai ter de optar entre medicamentos e comida, mas diga lá como é que isso é possível, quando cerca de 70 % dos idosos do nosso País têm uma pensão de até 520 €?

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito obrigado, Sr.^a Deputada. Tem de terminar.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não se ouviu também, por parte do Governo, nenhuma palavra sobre o aumento intercalar das pensões até 7,5 % nem sobre o mínimo de 70 €, como o PCP propõe.

Para terminar, Sr. Presidente,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Oh!...

A Sr.^a **Patrícia Gilvaz** (IL): — O tempo!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... aquilo que queria dizer é que, da parte do PCP, cá estaremos. Cá estaremos para enfrentar estas opções políticas que levam a mais desigualdades, a mais injustiças, ao agravamento das condições de vida, à degradação dos serviços públicos.

Protestos do CDS-PP e de Deputados do PSD, do CH e da IL.

Os trabalhadores, os reformados e o povo irão continuar a lutar pelos seus direitos.

Continuação de protestos do CDS-PP e de Deputados do PSD, do CH e da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem mesmo de terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Bem percebemos que esta intervenção incomoda, mas não deixaremos de a fazer aqui, na Assembleia da República, para defender os interesses dos trabalhadores e do povo.

*Aplausos do PCP.**Protestos do CDS-PP e de Deputados do PSD e do CH.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ultrapassou quase o dobro do tempo! Há limites!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Quem conduz os trabalhos é a Mesa. Agradecemos a tentativa de ajuda, mas ainda é a Mesa.

Para intervir no debate, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Grupo Parlamentar do Livre.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Ministro: Este Governo tomou posse dizendo que iria dialogar e manteve essa narrativa do diálogo; ainda hoje o Sr. Ministro voltou a falar do diálogo. Mas a verdade é que tivemos umas reuniões para apresentação de medidas — uma reunião sobre justiça, uma reunião sobre imigração e acolhimento, uma reunião sobre habitação — que foram apenas para apresentação de medidas. Não há um seguimento, não nos sentamos à mesa, não negociamos.

Protestos de Deputados do PSD e do CH.

Portanto, na verdade, é um «toca e foge», não é um verdadeiro diálogo, e o diálogo, de facto, é essencial.

Já falámos no mandato passado, e voltámos a falar neste mandato, sobre a proposta de discussão e construção conjunta neste Parlamento de um compromisso de equidade e investimento, para saber o que é que o País pode fazer com o *superavit* que tem e que poderá vir a ter nos próximos anos. Temos de saber, à partida, como é que podemos aplicar o dinheiro: se pagamos uma parte da dívida, se apoiamos quem mais precisa, e que parte irá para o investimento no nosso Estado social e no nosso modelo de desenvolvimento.

Um plano de equidade e investimento é, por excelência, um instrumento de diálogo, se for discutido no Parlamento. Por isso, voltamos a lançar o desafio de se fazer um plano de equidade e investimento para o País.

Mas mais: o Governo não pode governar à margem da Assembleia da República. Ainda ontem, a Sr.^a Ministra da Juventude e Modernização disse que o Governo tenciona implementar a garantia pública de habitação por portaria. Ora, uma portaria impede a discussão desta proposta no Parlamento, impede o diálogo e impede a apresentação de propostas alternativas. E o Livre tem propostas alternativas para o apoio à compra de casa que gostaria de discutir no Parlamento e com o Governo.

Por isso, 60 dias depois, podemos então afirmar que isto não é diálogo. Deixamos, portanto, um desafio ao Governo: o de, passados estes 60 dias, começar a dialogar e a trabalhar com o Parlamento, a trazer as propostas de lei, para podermos então apresentar alternativas e discutir as coisas em conjunto.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para intervir neste debate, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro: Queria, em primeiro lugar, saudá-lo por esta iniciativa do Governo de vir prestar contas ao fim de dois meses.

Passados dois meses, a primeira coisa que queria salientar era isso, porque andamos a ouvir falar de balanços sobre a governação que fazem parecer que o Governo está em funções há seis meses, há um ano,...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... com um nível de exigência que é justo, porque é um nível de exigência correspondente a um Governo que já fez muitas coisas em pouco tempo. Portanto, é natural que as pessoas também tenham esta exigência.

Nunca ninguém se lembrou de fazer um balanço de um Governo de António Costa ao fim de 60 dias!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso não passava pela cabeça de ninguém. Iam fazer o balanço de quê? Nós aqui estamos a fazer o balanço de decisões. Se fizéssemos um balanço de um Governo de António Costa ao fim de 60 dias, só se fosse de demissões, que começaram logo no primeiro dia e foram umas atrás das outras, num Governo de maioria absoluta.

Protestos de Deputados do PS.

Assim, a primeira constatação que tem de se fazer é que há, de facto, a possibilidade de vir aqui fazer este debate, porque há matéria para isso.

Aplausos do PSD.

Podíamos pensar que as bancadas da oposição, que tanto querem criticar, viessem com substância falar de algumas dessas matérias. Podiam dizer: «Ah, o Governo faz disto, daquilo, só faz anúncios...» Então, falem lá dos anúncios, mas, depois, acabam a falar do logótipo. Ao fim de dois meses, falam exatamente da mesma coisa que falaram na primeira semana.

Ó Srs. Deputados, já nem nós nos lembramos do logótipo. Já nem nós nos lembramos do logótipo! É ridículo. É ridículo!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Já há outro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foi bem feito, foi instrumental, mas já ninguém se lembra disso.

Srs. Deputados, falem de outras coisas. Falem sobre a habitação para os jovens. Digam lá! Falem do complemento solidário para idosos, dos medicamentos. Digam lá! Falem do plano de emergência para a saúde! Digam lá!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Esquecem-se!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Falem de educação, da autoridade dos professores. Digam lá! Zero! Zero, Srs. Deputados!

Aplausos do PSD.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Para o ano é que é!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Por acaso, Sr. Presidente, Sr. Ministro, estou a ser injusto. Zero não é rigoroso; os Srs. Deputados do Partido Socialista não tiveram a oportunidade de se pronunciar sobre as matérias que o Governo propôs, apresentou e decidiu durante este período, porque estiveram ocupados a fazer exatamente o contrário daquilo que tinham feito durante oito anos de governação. Ou seja, estiveram ocupados a tomar decisões no Parlamento sobre matérias que, quando tiveram o poder e a gestão orçamental, nunca cumpriram, por uma simples razão: eram incapazes! Incapazes!

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Calma!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Os senhores não conseguiram fazê-lo quando tinham a responsabilidade e acham agora, como já foi dito várias vezes, confiando na capacidade de governação do Governo da Aliança Democrática, que nós vamos poder fazer o que os senhores não fizeram.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ó Sr. Ministro, vamos a uma questão muito concreta.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Vou terminar, Sr. Presidente — e não vou gastar o dobro do tempo como gastou o PCP —, dizendo que a primeira abertura de diálogo que o Governo fez com a oposição foi sobre corrupção, que é um tema central no nosso País.

Queria fazer uma pergunta muito concreta ao Sr. Ministro: quando é que vamos ter conclusões do diálogo que foi feito com as oposições sobre corrupção e quando é que o Governo apresentará as suas propostas?

Aplausos de Deputados do PSD.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, para intervir no debate.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro: Tivemos aqui um exercício de revisão destes primeiros 60 dias de Governo, mas esperamos que os próximos sejam mais ambiciosos, porque, efetivamente, não basta virmos falar daquilo que está a ser feito, e que estamos a acompanhar; é preciso olharmos, numa altura do ano tão crítica como esta em que estamos, sobretudo para o futuro.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Connosco há exames, não há alterações!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Falo-lhe dos grandes incêndios no nosso País e da valorização de profissionais como os bombeiros, que têm ficado esquecidos na mesa de negociação. Nesta segunda-feira, nas cerimónias do 10 de Junho, tivemos a oportunidade de ouvir, pela sua própria voz, um dos bombeiros que foi vítima nos incêndios de Pedrógão Grande. Referiu que tinha sido bombeiro voluntário e não bombeiro profissional. Foi precisamente pela mão do PSD que, na Legislatura passada, se adiou a aprovação do estatuto e do reconhecimento desta profissão como de desgaste rápido, e também do reconhecimento do direito à reforma antecipada.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Está a falar de quê?!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Por isso, pondo os olhos no futuro, Sr. Ministro, porque efetivamente temos de ter respostas para estas áreas tão fundamentais, pergunto se estão ou não disponíveis para permitir que, de uma vez por todas, a Assembleia viabilize uma matéria como esta, até porque o PAN já apresentou uma iniciativa e não houve qualquer sinal da sua bancada para que a mesma possa ser viabilizada, resolvendo-se este problema tão crítico.

Pergunto, ainda, o que é que vão fazer para o combate aos incêndios, porque revisionismos, de facto, não servem para o País.

Para concluir, quero falar sobre um retrocesso: a causa animal. Neste momento, estamos no sexto mês do ano e não há uma única execução dos avisos para a proteção e o bem-estar animal.

Pergunto-lhe: vão deixar esses avisos na gaveta ou vão efetivamente ajudar as associações que estão no terreno todos os dias a resgatar animais e a ajudar na esterilização? Vão permitir que haja também aqui um retrocesso, como já foi anunciado, com a passagem das competências do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) para a DGAV (Direção-Geral de Alimentação e Veterinária)? Vão fazer esse mesmo retrocesso relativamente aos apoios às associações?

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Misturou tudo! Meteu tudo na Bimby e deu nisto!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, começo por agradecer a todos os Srs. Deputados que intervieram e peço desculpa antecipadamente, porque, de facto, é fisicamente impossível responder a todas as questões que foram levantadas — acho que todos compreenderão —, mas vou tentar, na medida do possível, abordar aquilo que é essencial.

Num primeiro ponto, quero dizer que, de facto, parece que alguns grupos parlamentares — ao contrário do Governo, que está, e tentou prová-lo aqui hoje, focado na vida dos portugueses e no interesse concreto dos portugueses — estão mais focados em logótipos, em ocupação de lugares na Administração Pública.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso!

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Permitir-me-ão, Srs. Deputados, que não dê prioridade a esses aspetos e aborde outras matérias.

A primeira tem a ver com o diálogo, com o famoso diálogo. Sejam honestos: não há memória, na história parlamentar, de um Governo que em 60 dias tenha promovido tanto diálogo sério no Parlamento com as diferentes forças políticas.

Protestos da Deputada do PS Alexandra Leitão e da Deputada do L Isabel Mendes Lopes.

Não me estou a referir — e talvez seja essa a confusão de alguns — à mercantilização de apoios e de votos que se vê, às vezes, entre algumas bancadas, até de forma inesperada.

Aplausos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

Não me estou a referir a isso; estou a referir-me ao diálogo sobre políticas de fundo, sobre as ideias de cada um, e temos tentado ouvir-nos uns aos outros, julgo eu. É isso que tem sido feito e que vamos continuar a fazer.

Dou um exemplo e respondo já ao Sr. Deputado João Pinho de Almeida: vamos, na próxima semana — e sou sensível à intervenção da Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes —, no que respeita à Agenda Anticorrupção, retomar esses contactos, para podermos concretizar aquilo que já começámos no passado. Este é mais um exemplo. Portanto, não vamos desistir de continuar a dialogar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Agora, talvez haja aqui uma distinção: é que para nós o diálogo não é um pretexto para pararmos, não é um pretexto para pausarmos; o diálogo só faz sentido se for, de facto, para a ação, para, a seguir, tomarmos medidas. E o Governo não vai abrandar por causa do diálogo; nós vamos, com certeza, continuar a querer dialogar, mas não vamos abrandar o ritmo de tomar medidas e de tomar decisões que são benéficas para a população.

Isso leva-me para o segundo ponto, que tem a ver com o mito que se está a tentar gerar, à falta de melhor argumento, para contrariar as propostas do Governo, dizendo que são meros anúncios.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exato!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Ora, isso, de facto, é um mito, é absolutamente inacreditável. Pergunto-vos, Srs. Deputados: aquelas 271 grávidas que hoje, a cada dia, já acedem ao SNS Grávida, estão a aceder a um anúncio?

Protestos de Deputados do PS.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Fizeram o registo e afinal não tiveram! Já vieram dizer que está bloqueado!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Os milhares de doentes oncológicos que tiveram acesso nas últimas semanas às cirurgias, com o nosso programa, acedem a um anúncio? Essas cirurgias são anúncios?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — É falso! Já vieram corrigir esses números!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Os idosos que tiveram, já neste mês, mais 50 € de aumento, via o complemento solidário para idosos, estão a aceder a um anúncio? É um anúncio o aumento na sua conta bancária? Os idosos que estão a ir às farmácias e que hoje em dia já não pagam pelos seus medicamentos, quando não têm condições para isso, estão a aceder a um anúncio?

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Muito bem!

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Os professores, os alunos e os pais vivem, hoje em dia, uma paz na escola que não tinham há umas semanas. Isso é um anúncio? Os professores viram a sua vida dignificada e valorizada — já aconteceu, Srs. Deputados! Isso é um anúncio?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Na habitação, a disponibilização de casas, que já assinámos ontem com 83 autarquias via PRR, é um anúncio? E são medidas do lado da oferta, Sr. Deputado Rui Rocha, facilitando o acesso à compra.

A disponibilização dos imóveis do Estado que já estamos a concretizar também é um anúncio?

Protestos de Deputados do PS.

Na imigração, as medidas que já apresentámos, que já aprovámos e que estamos já a implementar, nomeadamente através de uma unidade de missão, de contratação de mais pessoal e de reforço funcional, seja nas polícias, nas Forças de Segurança, seja na AIMA, são anúncios?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Na juventude, a proposta de um IRS Jovem que já está apresentada, que já foi votada em Conselho de Ministros e que vai melhorar os salários e os rendimentos dos jovens portugueses, é só um anúncio?

Protestos de Deputados do PS e da Deputada do PCP Paula Santos.

As medidas para o alojamento estudantil e para a habitação em geral — aliás, ontem discutimos neste Parlamento o IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) para os jovens, que hoje os Srs. Deputados vão ter oportunidade de votar — são medidas para fixar os jovens, não são anúncios!

Protestos de Deputados do PS.

Falem com a juventude portuguesa e percebam o que está já a acontecer em concreto. Mas há outros pontos rápidos que eu queria...

Vozes do PS: — São só mitos!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Se quiserem os mitos também...

Sobre a questão das contas, Sr.^a Deputada Alexandra Leitão, perdoe-me, mas as nossas medidas, é uma questão de as ir ler. Temos evidentemente tudo estimado do ponto de vista de contas e não recebemos, vai perdoar-me, lições do Partido Socialista sobre contas certas. Não recebemos!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Ai não? Deviam!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Não fomos nós que conduzimos o País à bancarrota há uns anos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Ah! Foi a tróica?!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Não fomos nós que utilizámos truques artificiais para alterar o rácio da dívida pública há uns meses. Não fomos nós!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

Estejam descansados, estejam descansados, que nós, como sempre, vamos cumprir aquilo que prometemos e vamos fazê-lo com as contas certas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Não vacilaremos a esse respeito e teremos oportunidade de fazer essas mesmas contas no devido momento.

Há um último ponto que eu queria aqui trazer e que tem a ver com o seguinte: ouvi, até com alguma estupefação, a Sr.^a Deputada Alexandra Leitão dizer, com orgulho, que o Governo nada conseguiu aprovar neste Parlamento.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — É um facto!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O imposto de IVA (imposto sobre o valor acrescentado)!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — E disse-o não escondendo orgulho nisso.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — É um facto!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Eu fico chocado, confesso, porque há um Governo que está, de facto, a governar para os portugueses, que foi legitimado pelos portugueses e pelo Parlamento,...

Protestos de Deputados do PS.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Também pela oposição!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... e depois vemos uma coligação negativa neste Parlamento entre o Partido Socialista e o Chega que se orgulha de boicotar, de dinamitar, de sabotar o trabalho do Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E do Parlamento!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é verdade!

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — Não é coligação negativa o Parlamento funcionar!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem de terminar, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — A mim, que sou um democrata, que acredito genuinamente no Parlamento, custa-me muito ver que estejamos a caminhar para uma dualidade no nosso sistema político, em que, de um lado, temos um Parlamento que boicota, que impede os avanços, que trava, mesmo com coligações negativas oportunistas.

O Sr. **Ricardo Pinheiro** (PS): — É a democracia! É a democracia!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Do outro lado, o País vê um Governo que avança, que toma medidas, que cuida da população portuguesa e que tem uma visão de futuro para o País.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

Espero que isso não continue a acontecer e que o Parlamento se junte ao Governo neste movimento de progresso que estamos a empreender.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra, Sr.^a Deputada, para uma interpelação à Mesa.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, peço para, se me permitem,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — ... fazer uma defesa da Assembleia da República.

Protestos do PSD e do CH.

É uma defesa da honra! É uma defesa da honra!

Vozes do PSD: — Ah!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, nem estou a conseguir ouvir a Sr.^a Deputada, com tanto barulho.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Volto a sentar-me até me poder pronunciar.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, volto a dizer que, por mim, estou cá até à meia-noite.

Protestos do CH.

Sr.^a Deputada, a primeira coisa que todos temos de perceber é qual é a figura regimental em causa, para depois lhe poder dar a palavra.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — É para defesa da honra, Sr. Presidente em exercício.

Risos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Então, para defesa da honra da bancada, tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, só queria salientar, e defendo desta forma a honra da minha bancada e das outras, de certa forma...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Da minha, não!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Não, das vossas, não!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Querem ir para casa hoje?

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Pergunto em que democracia é que o Sr. Ministro vive, para entender que o Parlamento, legitimado democraticamente pelas eleições, quando aprova...

Protestos do CH.

Eu falo alto, mas confesso que assim...

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Eu giro bem o tempo. O primeiro problema é que não conseguimos sequer perceber as coisas aqui em cima.

Bom, parece que já amainou. A Sr.^a Deputada pode continuar a defesa da honra.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Considero uma postura arrogante...

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Eh!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — ... e antidemocrática considerar que, quando as bancadas deste Parlamento, legítima e democraticamente eleitas, aprovam projetos de lei que fazem parte dos seus programas de Governo, estão a boicotar ou a sabotar o que quer que seja.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Sr. Ministro, vocês representam alguns eleitores, nós representamos outros, que merecem a mesma legitimidade e o mesmo respeito nesta Assembleia.

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — «Vocês»?!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Agora, peço ao Plenário que crie as condições para que, regimentalmente, possamos cumprir a resposta a uma defesa da honra.

Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Alexandra Leitão, com a serenidade que estes temas devem merecer, queria deixar claro o seguinte: não foi nunca minha intenção ser arrogante, e acho que não fui.

Vozes do PS: — Ah!...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso, isso! Quem é que é arrogante?!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Talvez a Sr.^a Deputada, se revir as intervenções de ambos, mais tarde vá perceber que não foi bem assim. Mas a minha consideração por si leva-me a relevar as expressões que utilizou para comentar a minha intervenção, porque — e vai-me perdoar que o diga — eu também não recebo lições de democracia ou democraticidade, nem de defesa do Parlamento. É precisamente por eu gostar muito do Parlamento e por reconhecer a sua importância que referi que lamentava a atitude que alguns grupos parlamentares estavam a ter, nomeadamente o Partido Socialista.

Nunca pus em causa a legitimidade formal — e isto talvez não tenha sido percebido. É óbvio que a têm toda. Podem votar com o Chega à segunda-feira, com o Partido Comunista à terça, com o Bloco de Esquerda à quarta e com quem muito bem entenderem à quinta-feira. A legitimidade é total. O que ponho em causa é a legitimidade política e a atitude política de quem quer contra-governar na bancada parlamentar, de quem não está a olhar para o interesse do País, mas está a tentar boicotar a ação do Governo. Isso é algo muito diferente, que não tem a ver com legitimidade formal, mas com ações políticas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

A Sr.^a **Alexandra Leitão** (PS): — Legitimidade formal e material!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sermos parlamentaristas também é defendermos o confronto político, e estou a confrontar o Partido Socialista com uma atitude política que acho que é destrutiva e profundamente negativa para o País.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Marina Gonçalves** (PS): — É a democracia!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Os portugueses certamente serão um dia chamados a responder e a avaliar o trabalho de cada um.

O Sr. **Ricardo Pinheiro** (PS): — Já responderam no domingo!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — As bancadas que suportam o Governo estão de consciência tranquila, porque estão a pensar positivamente no futuro do País. Espero que todos sigam esse exemplo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva) — Damos, assim, por encerrado este ponto.

Vamos passar às votações, pelo que solicito aos serviços que abram o sistema de verificação de quórum.

Pausa.

Alguém teve dificuldade no registo?

Peço aos serviços que considerem, para efeitos de quórum, o Sr. Deputado Paulo Raimundo, do Partido Comunista Português, que está com alguma dificuldade no PC — peço desculpa!

Risos.

Peço, então, aos serviços que, juntando o Sr. Deputado, procedam à verificação de quórum.

Antes de darmos início às votações — e vamos começar com três projetos de votos de pesar —, vou dar a palavra ao Sr. Secretário da Mesa, para fazer alguns anúncios formais que têm de ser feitos.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, informo a Câmara que estão a participar nos nossos trabalhos, por videoconferência, o Sr. Deputado Flávio Martins, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, o Sr. Deputado Pedro Sousa, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e a Sr.^a Deputada Sonia dos Reis, também do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Sr. Presidente, informo igualmente a Câmara da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 175/XVI/1.^a, do partido Animais e Natureza — Aprova o regime de concessão de crédito bonificado à habitação para jovens, e dos Projetos de Resolução n.ºs 145/XVI/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo português que se associe ao processo relativo à aplicação da convenção para a prevenção e repressão do crime de genocídio na Faixa de Gaza (África do Sul contra Israel), 147/XVI/1.^a, do partido Animais e Natureza — Recomenda ao Governo uma maior divulgação da possibilidade de prorrogação por mais dois anos da isenção de IMI na compra de casa própria, aprovada pela Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, 148/XVI/1.^a (PCP) — Em defesa da pesca nacional e dos rendimentos dos pescadores e produtores, e 149/XVI/1.^a (PCP) — Resgatar o direito ao transporte público fluvial entre as margens do rio Sado.

É tudo, Sr. Presidente.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva) — Para fazer uma interpelação à Mesa, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, é apenas para fazer uma retificação. O partido é «Pessoas, Animais, Natureza» e não «partido Animais e Natureza».

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É igual!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva) — Muito bem, fica registado.

Vamos então passar à leitura dos votos de pesar. Pedia à Câmara que, sobretudo durante a leitura de votos de pesar, tivesse o respeito que é devido, até porque, relativamente a um, há familiares presentes.

Vamos começar pelo Projeto de Voto n.º 107/XVI/1.^a (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento do Professor Santana Castilho.

Peço à Sr.^a Secretária da Mesa Germana Rocha para fazer a leitura do mesmo.

A Sr.^a **Secretária** (Germana Rocha): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Faleceu, aos 80 anos, o Professor Santana Castilho, uma figura ímpar no panorama educacional português, deixando um legado inestimável e uma marca indelével na educação em Portugal.

Nascido em Beja, o Professor Santana Castilho dedicou a sua vida ao ensino e à defesa de uma educação pública de qualidade. Com uma carreira que se estendeu por várias décadas, exerceu a sua influência como professor, escritor, governante, comentador e consultor. Era conhecido pela sua paixão, integridade e pelas suas posições firmes e esclarecidas em prol de uma educação justa e inclusiva.

Com uma vasta experiência no ensino secundário e superior, o Professor Santana Castilho não se limitou à sala de aula: tornou-se uma voz respeitada e muitas vezes incontornável no debate público sobre políticas educativas, contribuindo regularmente com artigos e opiniões em diversos meios de comunicação.

Os seus escritos, sempre claros e incisivos, refletiam a sua profunda convicção de que a educação é a pedra angular de uma sociedade justa e desenvolvida. O seu percurso levou-o a desempenhar funções governativas enquanto Subsecretário de Estado dos Assuntos Pedagógicos do Ministério da Educação e Universidades e Subsecretário de Estado Adjunto do VIII Governo Constitucional. Enquanto consultor, colaborou com várias instituições, como a União Europeia, o Banco Mundial e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), e participou na elaboração de políticas públicas, sempre com o objetivo de melhorar o sistema educativo.

A sua dedicação à causa pública valeu-lhe o respeito e a admiração dos colegas, alunos e de toda a comunidade educativa. Para além do seu contributo académico e profissional, o Professor Santana Castilho era também um humanista. Defendia com veemência os valores da justiça social, igualdade e inclusão, acreditando que a educação tinha um papel crucial na construção de uma sociedade mais equitativa e solidária.

O seu desaparecimento deixa um vazio imenso, mas também uma herança de luta e dedicação que continuará a inspirar futuras gerações de educadores e defensores da educação pública. A memória do Professor Santana Castilho viverá através dos seus escritos, das suas ideias e das muitas vidas que tocou ao longo da sua notável carreira.

A Assembleia da República, reunida em sessão plenária, expressa a sua profunda tristeza pelo falecimento do Professor Santana Castilho e envia as suas condolências à sua família e amigos.»

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva) — Vamos passar à votação da parte deliberativa deste projeto de voto.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Vamos passar ao Projeto de Voto n.º 114/XVI/1.^a (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pelo falecimento de Casimiro de Brito.

Peço à Sr.^a Secretária Joana Lima que faça a leitura do mesmo.

A Sr.^a **Secretária** (Joana Lima): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Faleceu no passado dia 16 de maio, em Braga, onde residia desde 2020, aos 86 anos, o poeta, romancista, contista, ficcionista e ensaísta Casimiro de Brito.

Nascido em Loulé, a 14 de janeiro de 1938, passou a infância no Algarve, onde estudou na Escola Industrial e Comercial de Faro. Frequentou o Westfield College em Londres e viveu algum tempo na Alemanha, nos anos 60, antes de se fixar em Lisboa, em 1971.

Casimiro de Brito publicou mais de meia centena de títulos de poesia, ficção e crítica literária, notabilizando-se, no entanto, pela sua extensa obra poética presente nas principais antologias de poesia portuguesa, traduzida em várias línguas e premiada em Portugal e no estrangeiro, marcada pelo equilíbrio de uma experiência subjetivamente amorosa e com o que seria uma experiência do conhecimento místico oriental, recorrendo ainda neste contexto à expressão aforística.

Dirigiu várias coleções e revistas de poesia, designadamente os *Cadernos do Meio-Dia*, com António Ramos Rosa, integrando o movimento Poesia 61, com *Canto Adolescente*. Ganhou vários prémios literários, incluindo o Grande Prémio de Poesia da Associação Portuguesa de Escritores, e tem obras incluídas em mais de 100 antologias, publicadas em diversos países, encontrando-se traduzido para o galego, castelhano, catalão, italiano, francês, inglês, alemão, flamengo, holandês, sueco, polaco, grego, romeno, búlgaro, húngaro ou iídiche.

Foi Presidente da Association Européenne pour la Promotion de la Poésie, de Lovaina, e Presidente do P.E.N. Clube Português, tendo sido agraciado em 2008 com o grau de Comendador da Ordem do Infante D. Henrique, pelo Presidente da República. Seria, ainda, distinguido com o Grande Prémio de Poesia da Associação Portuguesa de Escritores, o Prémio Versília, de Viareggio, para a melhor obra completa estrangeira, e o Prémio da Poesia do P.E.N. Club, bem como homenageado em Loulé, em 2016, pela Fundação Manuel Viegas Guerreiro, no âmbito do Festival Literário FLIQ (Festival Literário Internacional de Querença).

A sua obra e o seu papel ativo na divulgação da poesia deixam um legado inestimável na cultura portuguesa e mundial.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta o seu sentido e profundo pesar pelo falecimento de Casimiro de Brito e transmite as mais profundas condolências à sua família, amigos e admiradores, saudando a sua obra como poeta, ficcionista e ensaísta, sempre pautada por preocupações de ordem política e social.»

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva) — Vamos passar à votação da parte deliberativa deste projeto de voto.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Vamos passar ao Projeto de Voto n.º 121/XVI/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito por Deputadas do PS) — De pesar pelo falecimento do embaixador Paulo Jorge Lopes Lourenço.

Irei eu fazer a leitura do mesmo, deixando já uma palavra para os familiares presentes, em especial para o seu filho:

«No dia 24 de maio último, o embaixador de Portugal em Cabo Verde, Paulo Jorge Lopes Lourenço, faleceu subitamente, na cidade da Praia, seu último posto, após uma caminhada.

Paulo Jorge Lopes Lourenço nasceu a 10 de março de 1972, em Angola. Era diplomata de carreira desde 1995 e desempenhou funções nas embaixadas de Portugal em Luanda, Londres, Sarajevo e Belgrado.

Entre 2012 e 2018 foi cônsul-geral em São Paulo.

Entre fevereiro de 2020 e até ser nomeado embaixador em Cabo Verde, em dezembro de 2022, chefiou a Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, funções nas quais negociou o novo programa-quadro de defesa entre Portugal e Cabo Verde para o período de 2022 a 2026.

Na nota de pesar divulgada, o Chefe do Governo português destacou a “brilhante carreira de quase 30 anos ao serviço do Estado”.

Por seu turno, a Presidência da República, numa mensagem de pesar, refere que o Sr. Presidente da República recebeu “a triste notícia do falecimento repentino do embaixador Paulo Lourenço”. “Diplomata

competente e dedicado, na força da idade, o seu desaparecimento deixa um vazio em todos os que com ele conviveram e trabalharam”.

O Governo de Cabo Verde expressou condolências e “profunda tristeza” pela morte de Paulo Lourenço, embaixador de Portugal em Cabo Verde, função que desempenhou “com elevado sentido de Estado, sempre atento e disponível para cooperar para o fortalecimento das relações entre Cabo Verde e Portugal, a todos os níveis”.

É impossível reproduzir as condolências que foram expressas por inúmeras personalidades nacionais e internacionais.

Os amigos e amigas, que são tantos, os colegas e as colegas, que são tantos, testemunharam uma vida ímpar, que acumulava excesso de talentos. O diplomata com inteligência acutilante e permanente sentido de missão era também cinéfilo, escritor, autor de vários textos e livros, como *Os sonhos imperfeitos*.

Um sorvedor de conhecimento incansável, um oleiro da estética e da ética, dono de um humor sublime, um amigo cuidador e, sobretudo, como o próprio dizia, pai. Dos seus filhos, tão pequenos, escreveu “os meus passos preferidos”.

Fica na memória de todos um verdadeiro exemplo de dedicação e serviço à causa pública, não poucas vezes com sacrifício da sua vida pessoal e familiar, que o Estado português agradece.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Embaixador Paulo Jorge Lopes Lourenço e apresenta as suas condolências aos seus familiares e amigos.»

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva) — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Srs. Deputados, na sequência das votações a que acabámos de proceder, vamos guardar 1 minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Segue-se o Projeto de Voto n.º 117/XVI/1.^a (apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas) — De congratulação à ACOS (Associação de Agricultores do Sul) pela organização da 40.^a edição da Ovibeja, que vai ser lido pelo Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, passo a ler o projeto de voto:

«A Ovibeja comemorou este ano a sua 40.^a edição, tendo esta sido dedicada ao tema “40 anos de associativismo”.

Destacando-se como um evento plural, a Ovibeja é uma das feiras líderes no setor agrícola e agroalimentar, uma plataforma para promoção de empresas da área, um centro de negócios e uma forma de promoção do desenvolvimento rural, juntando tradição e inovação.

“Numa altura em que o setor agrícola mais necessita de um olhar comprometido com a salvaguarda da biodiversidade e da sustentabilidade, empresarial e rural, importa refletir sobre o papel do associativismo como voz dos agentes da produção, transformação e comercialização agropecuários e florestais. A Ovibeja, tem tido, ao longo das suas várias edições, um papel decisivo no arranque de obras ou desbloqueio de decisões governamentais referentes ao setor agrícola no Alentejo.”

A Ovibeja é um evento de extrema relevância para o setor agrícola, com especial incidência para os agricultores do Baixo Alentejo.

Segundo os organizadores, a Ovibeja é mais do que isso: “A Ovibeja é a construção partilhada, o passo em frente que é preciso dar sempre, continuamente, à procura de novas soluções. A Ovibeja é a marca de uma feira inclusiva, encorajadora, motor impulsionador das diferentes dinâmicas por que é composta a sociedade. É uma feira que apela à participação ativa, ao exercício da cidadania, à construção de mais-valias resultantes de todos os setores de atividade ao encontro da afirmação das diferentes dinâmicas, sejam do setor agrícola e

agropecuário, dos desenvolvimentos tecnológicos, da investigação científica, do saber fazer e do saber ser. É uma feira que nasce na terra e se desenvolve na cidade”.

Pela importância que a Ovibeja representa para o setor agrícola, pela comemoração da 40.^a edição do certame, pela forma como a Comissão foi recebida e principalmente pela disponibilidade permanente de valorizar quem trabalha a terra, a Assembleia da República saúda a direção da Associação de Agricultores do Sul pela realização da 40.^a edição da Ovibeja e pelos valores nela representados, prestando homenagem a todos os que engradeceram este evento nos últimos 40 anos.»

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP e a abstenção do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, é para anunciar que entregarei uma declaração de voto escrita sobre esta votação.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Fica registado, Sr.^a Deputada.

Vamos agora votar o Projeto de Resolução n.º 144/XVI/1.^a (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Suíça.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Segue-se a votação do Projeto de Deliberação n.º 5/XVI/1.^a (PAR) — Prorrogação do período normal de funcionamento da Assembleia da República.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Segue-se a votação, na generalidade, na especialidade e final global, da Proposta de Lei n.º 3/XVI/1.^a (GOV) — Aprova medidas fiscais para a dinamização do mercado de capitais, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, o Código do Imposto do Selo e o Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do CDS-PP e do PAN, os votos contra do BE, do PCP e do L e a abstenção do CH.

A Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes está a pedir a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, é para anunciar que entregaremos uma declaração de voto escrita sobre esta votação.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Fica registado, Sr.^a Deputada.

O Sr. Deputado António Rodrigues também está a pedir a palavra. Faça favor.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, é para solicitar, nos termos do Regimento, a dispensa do período de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões, tendo em conta a urgência da matéria.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Submeto, então, à votação o requerimento agora apresentado pelo Sr. Deputado António Rodrigues.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

De seguida, votamos o Projeto de Resolução n.º 146/XVI/1.ª (PAN) — Pela implementação e fomento das *green bonds* em Portugal.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do BE, do PCP e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L e do PAN e as abstenções do CH e da IL.

Passamos à votação, na generalidade, na especialidade e final global, da Proposta de Lei n.º 6/XVI/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a isentar de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis e imposto do selo a compra de habitação própria e permanente por jovens até aos 35 anos, através da alteração do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e do Código do Imposto do Selo.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do PAN, os votos contra do PCP e do L e as abstenções do PS e do BE.

Aplausos do PSD.

O Sr. Deputado António Rodrigues está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, novamente para requerer, nos termos do Regimento, a dispensa do período de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Submeto, então, à votação o requerimento agora apresentado pelo Sr. Deputado António Rodrigues.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos agora proceder à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 174/XVI/1.ª (PAN) — Cria uma isenção de IMT aplicável à compra de primeira casa por sujeitos passivos com idade compreendida entre os 35 anos e os 45 anos.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do PCP, do L e do CDS-PP, os votos a favor da IL e do PAN e as abstenções do CH e do BE.

A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes está a pedir a palavra. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, é para anunciar que entregaremos uma declaração de voto escrita sobre esta votação e a anterior.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Seguidamente votamos, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 176/XVI/1.ª (BE) — Altera as taxas do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT).

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do BE e do L e as abstenções do PS, do CH, da IL, do PCP e do PAN.

Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 112/XVI/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que condene a aprovação de legislação anti-LGBTI+ no Gana e que inclua informação sobre questões LGBTI+ no Portal Diplomático e na *app* «Registo Viajante».

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN, o voto contra do CH e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado Carlos Reis está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — É para comunicar à Mesa que apresentarei uma declaração de voto individual escrita.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Fica registado, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, votamos agora o Projeto de Resolução n.º 86/XVII/1.ª (BE) — Auditoria aos vistos *gold* atribuídos ao abrigo do regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PS, do CH e da IL.

Segue-se a votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 1/XVI/1.ª (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PS, do BE, do PCP e do L, os votos a favor do PSD, da IL e do CDS-PP e as abstenções do CH e do PAN.

Vamos agora proceder à votação, na generalidade, do texto de substituição, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º 1/XVI/1.ª (GOV).

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do CDS-PP e do PAN, os votos contra do BE e do L e as abstenções do CH e do PCP.

Srs. Deputados, pergunto se há alguém que se oponha a que votemos conjuntamente a mesma iniciativa na especialidade e em votação final global.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, uma é a votação da assunção e a outra é mesmo a votação material, portanto têm de ser votadas separadamente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Assim será.

Vamos, então, votar a assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade, em sede de Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativamente ao texto de substituição sobre a Proposta de Lei n.º 1/XVI/1.ª (GOV).

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Vamos proceder à votação final global do texto de substituição, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º 1/XVI/1.ª (GOV).

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL, do CDS-PP e do PAN, o voto contra do L e as abstenções do CH, do BE e do PCP.

Segue-se a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Lei n.º 66/XVII/1.ª (BE) — Altera as deduções específicas do IRS.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção do CH.

Passamos à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Lei n.º 70/XVI/1.^a (PS) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção do CH.

A Sr.^a Deputada Paula Santos está a pedir a palavra. Faça favor.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, pretendíamos fazer uma declaração de voto oral sobre estas votações relativas ao IRS.

Protestos do CH.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A esta hora?!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Assim será.

Passamos à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Resolução n.º 71/XVI/1.^a (L) — Recomenda ao Governo o reforço de medidas para apoio ao alojamento universitário em Portugal.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do PAN e as abstenções do PSD, do CH e do CDS-PP.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, é para corrigir um sentido de voto na votação, na generalidade, do texto de substituição relativo à Proposta de Lei n.º 1/XVI/1.^a (GOV). O sentido de voto do Bloco de Esquerda é abstenção e não contra.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Portanto, é a primeira votação da página 7 do guião de votações?

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — É na página 6, a votação do texto de substituição na generalidade.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr.^a Deputada, não altera o resultado da votação.

Srs. Deputados, segue-se a votação dos pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, sendo que o Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira irá proceder agora à leitura do primeiro.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste, Juízo Central Cível de Cascais — Juiz 4, relativamente ao Processo n.º 947/22.3T8CSC, Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar a Deputada Mariana Mortágua (BE) a prestar depoimento por escrito, na qualidade de testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

Pausa.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Peço ao Sr. Secretário o favor de ler o próximo parecer.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Central de Instrução Criminal de Lisboa — Juiz 1, relativamente ao Inquérito n.º 326/24.8KRLSB, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Deputado Paulo Pisco (PS) a prestar depoimento por escrito, na qualidade de testemunha, no âmbito dos autos em referência.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

Pausa.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos, então, passar à declaração oral do Partido Comunista Português relativamente àquelas votações. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, o PCP acompanhou a proposta apresentada pelo PS porque, embora fique muito aquém da nossa proposta, é mais benéfica para rendimentos de 1000 €, 1500 €, 2000 € do que as propostas do Governo que reduzem a progressividade do imposto.

Importa sublinhar a convergência de posições para rejeitar a proposta do PCP, apesar de ser mais completa e ir mais longe no aprofundamento da justiça fiscal, por um lado com o alívio do IRS para os rendimentos baixos e intermédios, e, por outro, com a tributação mais efetiva dos rendimentos mais elevados, incluindo os rendimentos prediais e de capital. PS, PSD e CDS impediram a atualização da dedução específica, que teria impacto positivo para todos, mas com um maior peso nos rendimentos mais baixos e intermédios.

Perante a proposta de eliminação de injustiças fiscais, PS, PSD, CDS, Iniciativa Liberal e Chega juntaram-se para a impedir, rejeitando a eliminação do regime dos residentes não habituais, o englobamento obrigatório a partir de rendimentos superiores a 80 000 €, permitindo que rendimentos prediais e de capital de milhões possam ser tributados a uma taxa inferior a um salário na ordem de 2000 €.

Como o PCP tem denunciado, as propostas que PSD e CDS trouxeram à discussão, contrariamente ao que afirmaram, tinham como objetivo não melhorar as condições de vida dos trabalhadores, mas, sim, em nome de uma ideia abstrata de reduzir impostos, abrir as portas à redução do IRC para as grandes empresas e desviar para os bolsos do capital recursos públicos necessários à melhoria do SNS, da escola pública, dos serviços e do investimento público em geral.

Com esta discussão, o Governo visa outro objetivo: conter o necessário e urgente aumento dos salários. O País precisa de justiça fiscal, sim, e precisa, sobretudo, de melhorar a vida dos trabalhadores e do povo, com o aumento significativo dos salários e a melhoria dos serviços públicos.

Aplausos do PCP.

A Sr.ª **Joana Mortágua** (BE): — Peço desculpa, estamos chocados com a declaração de voto oral do PCP!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Da agenda da próxima reunião, dia 19, quarta-feira, que começará às 15 horas, constam, no primeiro ponto, as eleições para vários órgãos externos à Assembleia da República (Comissão Nacional de Eleições, Presidência do Conselho Económico e Social, Presidência da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN, Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública, Conselho Pedagógico do Centro de Estudos Judiciários, Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos, Conselho de Estado, Conselho Superior do Ministério Público e Conselho Superior da Magistratura).

Do segundo ponto consta a fixação da ordem do dia, requerida pelo Chega, sobre «Imigração», com a discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 163/XVI/1.^a (CH) — Altera os critérios de atribuição de prestações do subsistema de solidariedade e de proteção familiar a cidadãos estrangeiros residentes em Portugal, provenientes de Estados terceiros que não tenham celebrado um acordo de livre circulação de pessoas com a União Europeia; 164/XVI/1.^a (CH) — Prevê a desburocratização dos regimes e programas de Apoio ao Retorno Voluntário de imigrantes; 165/XVI/1.^a (CH) — Garante o direito à dignidade da pessoa humana na dimensão que lhe é conferida pela iminente necessidade de estabilidade na habitação, consagrando e impondo limites ao número de atestados de residência por habitação; 166/XVI/1.^a (CH) — Revê as normas da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, em matéria de autorização de residência para exercício de atividade profissional e estabelece quotas anuais para a imigração assentes nas qualificações e nas reais necessidades do mercado de trabalho do País; juntamente com o Projeto de Resolução n.º 136/XVI/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que suspenda imediatamente a emissão de autorizações de residência, até que todos os pedidos pendentes sejam resolvidos.

No terceiro ponto teremos votações regimentais.

Srs. Deputados, muito obrigado, bom fim de semana, até à próxima sessão plenária.

Está encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 58 minutos.

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Nota: *As declarações de voto anunciadas pelo Deputado do PSD Carlos Reis, pela Deputada do L Isabel Mendes Lopes e pela Deputada do PAN Inês de Sousa Real não foram entregues no prazo previsto no n.º 4 do artigo 87.º do Regimento da Assembleia da República.*

Relativa ao Projeto de Voto n.º 60/XVI/1.^a [votado na reunião plenária de 17 de maio de 2024 — DAR I Série n.º 19 (2024-05-18)]:

No passado dia 17 de maio, foi votado e aprovado o Projeto de Voto n.º 60/XVI/1.^a, apresentado pelo Presidente da Assembleia da República, «Pela celebração dos 200 anos da Vista Alegre».

A fábrica de porcelana Vista Alegre celebra 200 anos de existência no próximo dia de 1 de julho. Naturalmente, esta fábrica, que foi pioneira na produção de porcelana em Portugal, assume e prossegue hoje políticas de gestão muito distintas daquelas que estiveram na base da sua criação.

Em 2009, o Grupo Visabeira comprou a maioria do capital social da Vista Alegre que se encontra numa situação financeira bastante difícil. Seguiram-se, desde logo, decisões que em tudo contrariam «um projeto social de cariz empresarial», como é mencionado no voto de saudação em causa.

Exemplo disso são os despejos realizados, em 2010, no bairro operário da Vista Alegre, para dar lugar a um empreendimento de luxo, ou as férias forçadas e a cessação de vínculos precários por decisão da Administração, no ano de 2020, marcado pela pandemia e por um período de grande incerteza para todos os trabalhadores e para todas as trabalhadoras, que ficaram numa situação de maior desproteção.

Não obstante o voto favorável do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda por reconhecer o simbolismo desta empresa, importa realçar que atualmente a Vista Alegre é totalmente controlada pelo Grupo Visabeira e que os fins prosseguidos do ponto de vista social, da preocupação com o lazer e a proteção dos seus trabalhadores e das suas trabalhadoras são muito distintos daqueles que marcaram a criação da Vista Alegre.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda.

[Recebida na Divisão de Redação a 27 de maio de 2024.]

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 89/XVI/1.^a [votado na reunião plenária de 17 de maio de 2024 — DAR I Série n.º 19 (2024-05-18)]:

O PCP defende a liberdade de expressão e informação, garantindo que todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações, seja em Portugal, nos Estados Unidos da América (EUA), nos países que integram a União Europeia, na Rússia ou em qualquer outro país. Por esta razão, o PCP votou favoravelmente.

No entanto, o PCP não acompanha a utilização da defesa da liberdade de expressão e informação, como forma de encobrir linhas de ação que, mais do que a defesa de direitos, visam promover a desestabilização interna de outros países.

Tanto mais quando não se denunciam e tomam similares iniciativas relativamente a outros jornalistas, como Julian Assange — há anos detido por expor crimes de guerra dos EUA no Iraque e a sistemática ingerência das autoridades norte-americanas em países terceiros —, ou o assassinato de dezenas e dezenas de jornalistas palestinianos por parte de Israel, procurando esconder a sua violenta política de ocupação e opressão nos territórios palestinianos ilegalmente ocupados ou a sua política genocida na Faixa de Gaza.

P'lo Grupo Parlamentar do PCP, *Paula Santos*

[Recebida na Divisão de Redação a 3 de junho de 2024.]

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 56/XVI/1.^a [votado na reunião plenária de 24 de maio de 2024 — DAR I Série n.º 23 (2024-05-15)]:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista absteve-se na votação do [Projeto de Resolução n.º 56/XVI/1.^a](#) — apresentado pela Deputada Única Representante do Partido Pessoas-Animais-Natureza, que recomenda ao Governo que proceda à nomeação da Comissão para a elaboração de uma estratégia de prevenção do assédio no ensino superior.

Este sentido de voto justifica-se na medida em que esta iniciativa propõe a criação de uma comissão que já existia, tornando a mesma inócua.

Vejamos:

O [Projeto de Resolução n.º 56/XVI/1.^a](#) recomenda ao Governo que, em articulação com as associações e federações académicas, universidades, institutos superiores politécnicos e demais entidades interessadas, e em cumprimento do disposto no Despacho n.º 6560/2023, proceda à constituição de uma comissão para a criação de uma estratégia de prevenção do assédio nas instituições de ensino superior que tenha como objetivos:

1- Analisar a situação atual no que concerne ao assédio sexual e moral nas instituições de ensino superior, tendo em conta o número de denúncias e respetivas consequências de cada processo;

2- Combater e prevenir o assédio sexual e moral nas instituições de ensino superior;

3- Criar mecanismo de acolhimento das vítimas deste assédio, garantindo a sua auscultação e proteção.

O assédio nas instituições de ensino superior tem merecido uma crescente atenção pelo Partido Socialista nos últimos anos, refletindo uma preocupação geral com a criação de ambientes educativos seguros e inclusivos.

Em consonância com o supra exposto, também a antiga Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Elvira Fortunato, apelou às instituições de ensino superior para adotarem códigos de conduta e boas práticas para prevenir e combater o assédio, criando canais de denúncia ágeis e seguros, capazes de uma avaliação imparcial das situações em causa.

Assim, e tendo por objetivo a promoção de ações para prevenir e combater o assédio perpetuado nas instituições de ensino superior, o XXIII Governo Constitucional, através do [Despacho n.º 6560/2023, de 19 de](#)

junho, procedeu à criação de uma comissão para a elaboração de uma estratégia de prevenção do assédio nas instituições de ensino superior.

Neste seguimento, existem um conjunto de estratégias preventivas e de combate ao assédio sexual, moral e laboral que estão a ser desenvolvidas em mais de 80 % das instituições de ensino superior públicas e privadas, designadamente a adoção de códigos de conduta e boas práticas, quer entre docentes, funcionários e estudantes, quer entre pares; a facilitação de canais para apresentação de denúncias de assédio, com mecanismos ágeis de avaliação imparcial que permitam tramitar adequadamente as situações em causa; e a promoção de iniciativas de sensibilização junto dos estudantes, docentes, investigadores e demais funcionários.

Ora, no passado dia 21 de maio de 2024, foi publicado em Diário da República, pelo atual XXIV Governo Constitucional, o [Despacho n.º 5604-A/2024, de 21 de maio](#), que cria uma comissão para o acompanhamento da implementação das estratégias de prevenção da prática do assédio nas instituições de ensino superior, revogando o anterior [Despacho n.º 6560/2023, de 19 de junho](#), mantendo todo o seu conteúdo igual.

Desta forma, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera essencial a construção de ambientes saudáveis e seguros, que promovam uma cultura de transparência, integridade e respeito, garantindo que todas as partes da comunidade académica estejam envolvidas nesta luta e promovendo uma estratégia para a prevenção do assédio, contudo, não se justifica a aprovação de uma iniciativa que propõe recriar uma comissão que já existia, tornando-a redundante.

As Deputadas e os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, *Alexandra Leitão — Ana Abrunhosa — Ana Bernardo — Ana Catarina Mendonça Mendes — Ana Mendes Godinho — Ana Sofia Antunes — André Pinotes Batista — André Rijo — António Mendonça Mendes — Carlos Brás — Carlos Pereira — Carlos Silva — Cláudia Santos — Edite Estrela — Eduardo Pinheiro — Elza Pais — Eurico Brilhante Dias — Eurídice Pereira — Fátima Correia Pinto — Fernando Medina — Filipe Neto Brandão — Francisco César — Francisco de Assis — Gilberto Anjos — Hugo Costa — Hugo Oliveira — Irene Costa — Isabel Alves Moreira — Isabel Ferreira — Isabel Oneto — Jamila Madeira — Joana Lima — João Azevedo — João Paulo Correia — João Paulo Rebelo — João Torres — Jorge Botelho — José Carlos Barbosa — José Costa — José Luís Carneiro — José Rui Cruz — Luís Dias — Luís Graça — Manuel Pizarro — Mara Lagriminha Coelho — Marcos Perestrello — Maria Begonha — Mariana Vieira da Silva — Marina Gonçalves — Marta Temido — Miguel Cabrita — Miguel Iglesias — Miguel Matos — Nelson Brito — Nuno Fazenda — Palmira Maciel — Patrícia Caixinha — Patrícia Faro — Paulo Cafofo — Paulo Pisco — Pedro Coimbra — Pedro Delgado Alves — Pedro Nuno Santos — Pedro Sousa — Pedro Vaz — Raquel Ferreira — Ricardo Costa — Ricardo Lima — Ricardo Lino — Ricardo Pinheiro — Rosário Gambôa — Sérgio Ávila — Sérgio Sousa Pinto — Sofia Andrade — Susana Correia — Tiago Barbosa Ribeiro — Walter Chicharro.*

[Recebida na Divisão de Redação a 4 de junho de 2024.]

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.